

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

MYRIAM MARTINS LIMA

**POLÍTICA DE INDEXAÇÃO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO:  
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA NA LITERATURA CIENTÍFICA**

Goiânia

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### 1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome completo da autora: Myriam Martins Lima

Título do trabalho: Política de indexação em unidades de informação: uma revisão sistemática na literatura científica

### 2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [ X ] SIM [ ] NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)s autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

#### Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Lais Pereira De Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 11/01/2023, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MYRIAM MARTINS LIMA, Discente**, em 12/01/2023, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3445454** e o código CRC **587E0855**.

MYRIAM MARTINS LIMA

**POLÍTICA DE INDEXAÇÃO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO:  
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA NA LITERATURA CIENTÍFICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Biblioteconomia da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Lais Pereira de Oliveira.

Goiânia

2023

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Lima, Myriam Martins.

L732p Política de indexação em unidades de informação [manuscrito] :  
uma revisão sistemática na literatura científica / Myriam Martins  
Lima. – 2023.  
117 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Faculdade de  
Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, 2023.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Lais Pereira de Oliveira

1. Indexação. 2. Política de indexação. 3. Unidades de informação.  
I. Oliveira, Lais Pereira de. II. Título.

CDU: 025:06

MYRIAM MARTINS LIMA

**POLÍTICA DE INDEXAÇÃO EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO:  
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA NA LITERATURA CIENTÍFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Biblioteconomia da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia; aprovado em 11 de junho de 2023, pela Banca Examinadora constituída pelas seguintes professoras:

*Lais Pereira de Oliveira*

---

Prof.ª Dra. Lais Pereira de Oliveira – UFG Presidente da Banca

*Luciana Candida da Silva*

---

Prof.ª Dra. Luciana Candida da Silva – UFG Membro Examinador

À minha família, que é fonte de inspiração e rede de apoio.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus: “A inteligência suprema, [e] causa primária de todas as coisas” (KARDEC, 2013, p. 55). Aquele que me dá forças e esperança para prosseguir mesmo nos momentos mais difíceis da minha jornada.

Ao meu companheiro de longa data, Jhonatan Henrique Ataíde Faria, que além de marido é meu melhor amigo e maior incentivador, sem o qual jamais teria tido fé em mim mesma para seguir na empreitada acadêmica; sem o qual jamais teria me reencontrado após diversos desencontros em mim mesma e sem o qual meus dias seriam mais tristes e vazios.

À minha mãe Maria do Socorro Pereira Lima, exemplo de mulher, minha primeira e melhor amiga. Seu apoio é imprescindível em minha vida, seu exemplo é fonte de inspiração e seus conselhos são sempre muito cuidadosos e assertivos. Ao meu pai Gismair Martins Teixeira, homem íntegro, pai dedicado, companheiro que sempre me ampara. Incentivador em todos os momentos, um exemplo de fé e comprometimento. À minha irmã Letícia Martins Lima, que me inspira a ser melhor, incentivando-me e auxiliando-me, com sua visão única do mundo, sempre que preciso.

Agradeço ao grande amigo Giovanni de Lima Pereira, grata surpresa que o curso de Biblioteconomia me proporcionou. Um amigo que esteve ao meu lado para além dos percalços acadêmicos, contribuindo com sua alegria e espontaneidade em vários aspectos da minha vida. Agora, está ao meu lado de um jeito diferente, mas desempenhando o mesmo papel, o de me trazer alegria e conforto com sua memória e com sua presença em espírito, de onde quer que esteja olhando por todos nós.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lais Pereira de Oliveira faço um agradecimento especial por toda sua dedicação ao exercício de sua profissão. A forma como se dedica a transmitir seus conhecimentos é inspiradora. Sua diligência ao lidar com seus alunos é excepcional. A forma como conduz sua orientação demonstra toda a presteza e importância que confere ao que se propõe a fazer.

Agradeço à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andrea Pereira dos Santos, com quem tive a oportunidade de participar de atividades que muito me auxiliaram e desenvolveram academicamente. Sua dedicação e atenção são excepcionais.

Agradeço às colegas, Mirielly dos Santos Dourado e Emilly Letícia Vieira de Souza que, pelas circunstâncias da vida, transformaram-se em amigas queridas, parceiras dos infindáveis trabalhos em grupo e grandes apoiadoras em diversos aspectos.

Agradeço, ainda, à Universidade Federal de Goiás por ser uma instituição pautada em valores humanos e que os agrega ao tratamento de seus discentes. À Faculdade de Informação e Comunicação pelo amparo prestado e ao corpo docente do curso de Biblioteconomia e demais profissionais que contribuíram para o meu processo de formação.

*“Informação é poder, porém se tens tal domínio e não o divulgas, torna-te responsável pela ignorância alheia”. Ivan Teorilang*

## RESUMO

Analisa a literatura científica brasileira especializada acerca de política de indexação em unidades de informação na Base de Dados de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). Objetiva a análise da produção científica brasileira relacionada à temática da política de indexação na BRAPCI permeando o período de 1972 a agosto de 2022 visando traçar um delineado das rotinas indexadoras nos diferentes tipos de unidade de informação. Especificamente, objetiva a realização do levantamento por meio de revisão sistemática da literatura no período supracitado; categoriza os artigos levantados conforme a ênfase temática da política de indexação no contexto de variadas unidades informacionais; e explicita os principais pontos abordados nos artigos selecionados por meio de resumos descritivos, prospectando as diretrizes indexadoras neles contempladas. Constitui pesquisa exploratória e descritiva com abordagem quantitativa e qualitativa. Utiliza, para coleta de dados, a técnica de levantamento bibliográfico em conjunto com a técnica de revisão sistemática de literatura aplicada ao levantamento de artigos científicos brasileiros na BRAPCI. Os resultados demonstram que os artigos levantados abordam, principalmente, a tipologia de unidades de informação “bibliotecas universitárias”. A maior parte dos artigos preconiza diretrizes indexadoras embasadas nos mesmos elementos. Conclui que as abordagens na literatura científica brasileira especializada dividem-se em: Tecnicista, Teórica e Gerencial, sendo a Abordagem Tecnicista a predominante.

**Palavras-chave:** política de indexação; organização da informação; unidade de informação; tratamento temático da informação; indexação.

## ABSTRACT

Analyzed the specialized Brazilian scientific literature on indexing policy in information units in the Base de Dados de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). It aims to analyze the Brazilian scientific production related to the issue of indexing policy at BRAPCI permeating the period from 1972 to August 2022, seeking to outline the indexing routines in different types of information units. Specifically, it aims to carry out the survey through a systematic review of the literature in the above-mentioned period; categorize the articles surveyed according to the thematic emphasis of the indexing policy in the context of celebrated informational units; and it explains the main points examined in the selected articles through descriptive summaries, prospecting the indexing guidelines contemplated in them. It constitutes exploratory and descriptive research with a quantitative and qualitative approach. It uses, for data collection, the bibliographic survey technique together with the systematic literature review technique applied to the survey of Brazilian scientific articles in BRAPCI. The results demonstrate that the surveyed articles mainly address the typology of information units “university libraries”. Most articles recommend indexing guidelines based on the same elements. Concludes that approaches in the specialized Brazilian scientific literature are divided into: Technical, Theoretical and Managerial, with the Technical Approach being the predominant one.

**Keywords:** indexing policy; information organization; information unit; subject representation; indexing.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esquema representativo da Organização da Informação.....	24
Figura 2	As ações básicas da análise da informação e o ciclo.....	27
Figura 3	Aspectos conceituais da PI.....	48
Figura 4	Fórmulas para obtenção dos coeficientes de revocação e precisão.....	55
Figura 5	Etapas da prática de leitura.....	56

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico	1	Termo pesquisado.....	84
Gráfico	2	Publicações por autoria.....	85
Gráfico	3	Ano de publicação.....	86
Gráfico	4	Publicações por periódicos.....	87
Gráfico	5	Coleção indexada na BRAPCI.....	89
Gráfico	6	Seção específica para PI.....	90
Gráfico	7	Tipo de UI.....	91

## LISTA DE QUADROS

Quadro	1	Elementos da política de indexação.....	48
Quadro	2	Formas de indexação do documento.....	52
Quadro	3	Unidades de informação e suas principais funções.....	67
Quadro	4	Tipos de bibliotecas.....	68
Quadro	5	Especificações para busca avançada na BRAPCI.....	73
Quadro	6	Critérios adotados para a revisão sistemática de literatura.....	79
Quadro	7	Desenho da pesquisa.....	83
Quadro	8	Abordagens dos artigos.....	99

## LISTA DE TABELAS

Tabela	1	Quantitativo de artigos científicos recuperados no BRAPCI.....	76
--------	---	--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Antes de Cristo
AI	Análise da Informação
AACR	Anglo-American Cataloguing Rules (Código de Catalogação Anglo-Americano)
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CI	Ciências da Informação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FRAD	Functional Requiriments for Authority Data (Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade)
FRBR	Functional Requiriments dos Bibliographic Records (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos)
FRSAD	Functional Requiriments for Subject Authority Data (Requisitos Funcionais de Dados de Autoridade de Assunto)
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias)
NBR	Norma Brasileira
OI	Organização da Informação
PCD	Pessoa com Deficiência
PI	Política de Indexação
RDA	Resource Description and Access (Recursos: Descrição e Acesso)
RI	Representação da Informação
RSL	Revisão Sistemática de Literatura
SOC	Sistemas de Organização do Conhecimento
SRI	Sistema de Recuperação da Informação
TDI	Tratamento Descritivo da Informação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TTI	Tratamento Temático da Informação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

UI                    Unidade de Informação  
UNICAMP          Universidade Estadual de Campinas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
1.1 JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA .....	19
1.2 OBJETIVOS .....	20
<b>1.2.1 Objetivo geral</b> .....	<b>21</b>
<b>1.2.2 Objetivos específicos</b> .....	<b>21</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>22</b>
2.1 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO .....	22
<b>2.1.1 Tratamento descritivo</b> .....	<b>29</b>
<b>2.1.2 Tratamento temático</b> .....	<b>30</b>
2.2 INDEXAÇÃO .....	35
2.3 POLÍTICA DE INDEXAÇÃO .....	41
<b>2.3.1 Aspectos conceituais da política de indexação</b> .....	<b>41</b>
<b>2.3.2 Elementos da política de indexação</b> .....	<b>48</b>
<b>2.3.3 Política de indexação nas Unidades de Informação</b> .....	<b>65</b>
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>72</b>
3.1 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA .....	72
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA .....	75
3.3 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....	76
3.4 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DOS DADOS .....	77
3.5 ETAPAS DA PESQUISA .....	80
3.6 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS .....	80
3.7 DESENHO DA PESQUISA.....	83
<b>4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS</b> .....	<b>84</b>
4.1 DADOS QUANTITATIVOS .....	84
4.2 DADOS QUALITATIVOS .....	92
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>104</b>
<b>APÊNDICE A – Dados coletados</b> .....	<b>112</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A informação, em todos os tempos, consolida-se como importante recurso para aqueles que a obtêm, podendo ser utilizada como instrumento de poder e ditando tendências em diversos âmbitos da sociedade. Dito isso, deve-se observar a necessidade de organização desse importante recurso, uma vez que, sem o devido tratamento, pode haver diversas consequências dentre as quais o fato de que uma informação importante pode jamais ser recuperada por quem necessite dela.

Há um mar de informações, conforme mencionado por Baptista, Araújo Júnior e Carlan (2010), que se encontram dispersas e que, para serem recuperadas de maneira eficaz, faz-se necessário o estabelecimento de técnicas e procedimentos que possibilitem tal recuperação. Tais procedimentos e técnicas culminam na Organização da Informação (OI).

De forma prática, o ato de organizar informações pressupõe o uso de modelagens conceituais possibilitadas pela Organização do Conhecimento (OC). Esta, por sua vez, possibilita a estruturação do conhecimento em conceitos, sendo base para a ordenação e representação de documentos de acordo com seus assuntos específicos. Desta forma, a OC permite, por consequência, a organização da informação (OLIVEIRA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2019).

Considerando diversos fatores contribuintes para a exponencial explosão informacional identificada desde meados do século XX, Marcondes (2021) evidencia a importância do desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Tais sistemas detêm características que visam a organização informacional e são de extrema importância para a eficácia e eficiência do desempenho de uma unidade de informação (UI).

Rio-Branco, Moreira e Fujita (2021), explicitam que há diferentes SOCs detentores de finalidades específicas, e que visam, corroborando com Marcondes (2021), não somente a organização da informação, mas também sua gestão e recuperação.

Para que seja possível aplicar os SOCs em prol da OI, é necessário realizar a representação da informação (RI). Para tal, têm lugar o tratamento descritivo da informação (TDI) e o tratamento temático da informação (TTI). Ambos se complementam, e a representação informacional utiliza-se de ambos. O primeiro, segundo Maimone, Silveira e Tálamo (2011, p. 28):

representa as características específicas do documento, denominada descrição bibliográfica, que permite a individualização do documento. [...] também define e padroniza os pontos de acesso, responsáveis pela busca e recuperação da informação, assim como pela reunião de documentos semelhantes [...].

Já o TTI busca a representação “dos assuntos dos documentos a fim de aproximá-los, tornando mais fácil a recuperação de materiais relevantes que dizem respeito a temas semelhantes” (MAIMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011, p. 28). Oliveira e Martínez-Ávila (2019), em conformidade com Bräscher e Guimarães (2018), destacam a perspectiva de determinação do assunto de um documento e sua especificação. E sobre esta dimensão que a presente pesquisa se debruça.

Também denominada na literatura especializada como “análise documentária, análise temática, análise de assunto, descrição de conteúdo [...]” (OLIVEIRA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2019, p. 88), a expressão tratamento temático da informação é assim utilizada nesta pesquisa, visto que o termo tratamento soa mais semanticamente correto na concepção da autora, além de viabilizar uma amplitude conceitual mais completa no que se refere à conjuntura de processos, produtos e instrumentos inerentes à intervenção bibliotecária sobre o conteúdo documental.

O TTI se utiliza da indexação como um de seus processos de execução. Segundo Rubi e Fujita (2003, p. 67), “pode-se considerar a indexação como a parte mais importante dentro de um sistema de recuperação da informação. É a partir da realização desse processo que os resultados da questão de busca do usuário estarão condicionados”. Uma vez que a indexação deve ser precisa e possibilitar a identificação de conceitos adequados da informação, o profissional bibliotecário responsável pela realização desse processo deve amparar-se em um instrumento que guie suas ações nos aspectos pertinentes a ele. Este instrumento, que é tema central das investigações realizadas na presente pesquisa, é denominado política de indexação (PI).

A política de indexação é um documento formal elaborado e adotado pela UI que visa regulamentar e orientar o processo de indexação. Este documento deve ser estruturado e alinhado ao contexto informacional e é imprescindível para o fazer indexador do bibliotecário (OLIVEIRA, 2017). Deve, também, ser objeto de pesquisa e estudo como forma de inserir-se enquanto instrumento aplicado no trabalho bibliotecário, considerando-se que investigações a seu respeito precisam ocorrer para que sejam possibilitadas as condições de seu aprimoramento.

Este trabalho é composto por cinco seções com subseções que introduzem a temática abordada. Elas discorrem acerca do referencial teórico que embasa os conhecimentos da área, apresentam os procedimentos metodológicos utilizados para alcance dos objetivos definidos, analisam e interpretam os dados obtidos a partir da pesquisa e concluem enfatizando o alcance dos objetivos e sugerindo novos desdobramentos de pesquisa para a temática abordada. São estas as seções: 1 Introdução; 1.1 Justificativa e delimitação do problema; 1.2 Objetivos; 1.2.1

Objetivo geral; 1.2.2 Objetivos específicos; 2 Revisão de literatura; 2.1 Organização da informação; 2.1.1 Tratamento descritivo; 2.1.2 Tratamento temático; 2.2 Indexação; 2.3 Política de indexação; 2.3.1 Aspectos conceituais da política de indexação; 2.3.2 Elementos da política de indexação; 2.3.3 Política de indexação nas unidades de informação; 3 Metodologia; 3.1 Delimitação do campo de pesquisa; 3.2 Universo e amostra; 3.3 Classificação da pesquisa; 3.4 Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados; 3.5 Etapas da pesquisa; 3.6 Procedimentos de coleta e análise de dados; 3.7 Desenho da pesquisa; 4 Análise e interpretação dos dados; 4.1 Dados quantitativos; 4.2 Dados qualitativos; e 5 Conclusão.

## 1.1 JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Para a construção do conhecimento, faz-se necessário a obtenção de informações. A necessidade de recuperação informacional é um fato na sociedade. A organização da informação é essencial para que se torne possível tal recuperação; para sua execução, há processos específicos relacionados ao tratamento informacional. O TTI contribui ativamente para isso e uma das ferramentas utilizadas para executá-lo é a PI.

A motivação para a abordagem temática desta pesquisa se dá devido à afinidade da autora com os procedimentos técnicos inerentes ao fazer bibliotecário. Procedimentos estes que vão além de simples funções tecnicistas, mas perpassam pela subjetividade e compreensão de diversos níveis de entendimento acerca de um objeto informacional. Especificamente, o interesse por PI é decorrente de atividades executadas durante o processo de formação da autora, que despertaram interesse para tal ferramenta, que se caracteriza como instrumento norteador aos profissionais indexadores.

Enquanto justificativa teórica, uma pesquisa evidenciando a contribuição da PI nas rotinas indexadoras inerentes à UI pode agregar valor aos conhecimentos produzidos acerca da otimização do processamento técnico dos objetos informacionais que necessitam de tratamento. Afinal, a PI é agente fundamental para o exercício aplicado do atendimento às necessidades do usuário.

Considerando-se a necessidade de verificação do contexto organizacional e das necessidades específicas do público de cada UI, aspectos específicos da PI devem ser observados pela instituição no momento da elaboração da mesma, visando a tomada de decisões de forma direcionada em relação à prática indexadora que, por sua vez, é decisiva para a disseminação e a recuperação informacional. Razão pela qual, pesquisas dessa ordem podem

apoiar sobremaneira a compreensão teórica da política de indexação para os fins aplicados em sua consecução, sobretudo pela exploração da produção científica no tema.

Ainda sob justificativa teórica, a ênfase da pesquisa sobre artigos científicos produzidos no tema política de indexação se dá devido ao fato desta tipologia de fonte informacional ser importante veículo de disseminação e apresentação dos resultados científicos. A chamada via dourada é um dos principais canais de divulgação científica, funcionando como importante meio de comunicação de livre acesso (OLIVEIRA, 2020). Este estudo pode, portanto, contribuir para a literatura que se dedica ao recorte sobre periódicos e constatações da natureza dessas publicações no âmbito científico, principalmente considerando a temática relacionada à PI.

Enquanto justificativa prática, este trabalho se insere enquanto fonte potencial para subsídio a projetos de constituição de políticas de indexação em unidades de informação. De modo que, ao explorar teoricamente a política de indexação, permite especificar sua modelagem e as possibilidades de constituição desse documento como guia norteador para as práticas indexadoras em diferentes unidades de informação.

Ainda no âmbito da justificativa prática, a presente pesquisa pode contribuir para novos estudos sobre política de indexação, estabelecidos, prioritariamente, dentro da perspectiva de revisão teórica no tema, de forma sistemática. A aplicabilidade de uma revisão sistemática da literatura (RSL), tem por preceito a reprodutividade de obras relevantes para estudiosos da área em que se aplica, gerando a disseminação e a comunicação científica, o que contribui para a construção e difusão do conhecimento. Permite, ainda, a indicação de investigações futuras relacionadas à temática e atua enquanto modelo para grupos de estudo aplicados, ponto de partida para projetos e agregação de um produto em nível prático de aplicação para bibliotecários atuantes no trato informacional.

Desta forma, a problemática que move este estudo se delimita em: **Qual a abordagem da produção científica brasileira sobre política de indexação no que concerne às rotinas indexadoras em diferentes tipos de unidades de informação, encontrada na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)?**

## 1.2 OBJETIVOS

Nas subseções, a seguir, são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos a serem alcançados na presente pesquisa.

### **1.2.1 Objetivo geral**

Analisar a produção científica brasileira sobre política de indexação na forma de artigos de periódicos brasileiros presentes na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) no período de 1972 a agosto de 2022 visando delinear a abordagem em relação às rotinas indexadoras em diferentes tipos de unidades de informação.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- a) Levantar a produção científica brasileira sobre política de indexação na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), por meio de revisão sistemática da literatura no período de 1972 a agosto de 2022;
- b) Categorizar os artigos levantados conforme a ênfase temática da política de indexação voltada aos diferentes tipos de unidades de informação;
- c) Explicitar os principais pontos abordados nos artigos selecionados a partir da elaboração de resumos descritivos e, assim, prospectar as diretrizes indexadoras neles contempladas.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A informação é essencial para a construção de todo conhecimento e pode ser utilizada para diversas finalidades. A impactante relevância da informação levanta a necessidade de sua representação para possível recuperação, tornando sua organização imprescindível (BAPTISTA; ARAÚJO JÚNIOR; CARLAN, 2010).

Sabe-se, ainda, que “a informação só tem sentido se for transmitida e socializada. No entanto, para que isso ocorra é necessário que ela circule e, para tanto, ela deve ser tratada nos seus aspectos formais e temáticos de forma adequada” (CAFÉ; SALES, 2010, p. 127). Tais constatações pautam as subseções a seguir, que discorrem acerca dos desdobramentos inerentes aos processos que promovem a organização informacional de uma unidade de informação.

### 2.1 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A organização, conforme explicitado por Café e Sales (2010), é uma característica humana que está presente desde os primórdios da vida dos indivíduos. É essencial para a compreensão do mundo e para a comunicação entre os sujeitos. Em relação à organização da informação, o princípio não difere, sendo ela imprescindível para a recuperação de objetos e documentos informacionais.

A organização da informação é base para o acesso à informação e possibilitadora de sua recuperação por parte dos usuários. Uma vez que intervém sobre os diversos tipos de materiais/registros, a OI desempenha papel fundamental no processo informacional atuando como processo fundamental em diversos âmbitos. Segundo Café e Sales (2010, p.118), “a organização da informação é um processo de arranjo de acervos tradicionais ou eletrônicos realizado por meio da descrição física e de conteúdo (assunto) de seus objetos informacionais”.

Na perspectiva de Maimone (2020), a OI consiste em um processo composto por atividades que promovem os registros do conhecimento por meio da descrição de características físicas/formais e de conteúdo dos documentos. Já Smit (2009) denota que a OI busca atribuir sentido à informação, justificando sua presença no contexto em que se insere e se preocupando com o acesso à mesma.

Pando e Almeida (2015) discorrem acerca da OI enquanto núcleo fundamental de pesquisa da Ciência da Informação (CI). É evidenciado que para que ocorra a disseminação informacional, é imprescindível a realização de sua organização de maneira prévia. Destaca-se, ainda, o fator primordial a que a OI se dedica, que é possibilitar a recuperação informacional

em diversos âmbitos, o que permite que as informações sirvam “como instrumento para tomada de decisões, produção e disseminação do conhecimento em vários contextos como o acadêmico e empresarial [...]” (PANDO; ALMEIDA, 2015, p. 559).

Em nova pesquisa realizada por Pando e Almeida (2019), os autores evidenciam que, apesar de não haver evidências suficientes, do ponto de vista epistemológico, que sustentem a cientificidade do campo da OI, ela desempenha papel fundamental no contexto da realidade informacional, uma vez que se insere enquanto pilar da CI que presta suporte direto ao tratamento e recuperação da informação. Explicitam, ainda, que:

as atividades relacionadas à organização da informação têm uma importância estratégica e fundamental para os sistemas de informação, tendo em vista que a adequada organização influencia diretamente na recuperação de informações precisas e que atendam às necessidades dos clientes de um sistema de informação como a biblioteca, por exemplo. (PANDO; ALMEIDA, 2019, p. 104).

Conforme a abordagem de Vieira e Pinho (2015), a OI se insere como atividade essencial enquanto mediadora da informação, estabelecendo ligação entre a representação e a utilização informacional ao lidar com objetos dessa natureza. Nesta perspectiva, torna-se evidente que “a OI tem como função, resumidamente, organizar registros de informação para arranjá-los sistematicamente, de forma a possibilitar sua recuperação e posterior uso.” (VIEIRA; PINHO, 2015, p. 112).

Os autores corroboram, ainda, que a OI é essencial para a organização e o tratamento informacional, e que a recuperação das informações é diretamente influenciada por essas ações. Delimitam, ademais, que o objeto da OI é “a informação registrada passível de ser armazenada e organizada, possibilitando sua recuperação quando necessário.” (VIEIRA; PINHO, 2015, p. 116). Torna-se evidente que os processos da OI buscam a recuperação profícua das informações por parte do usuário. A Figura 1 realiza uma concretização visual de tais definições:

**Figura 1** – Esquema representativo da Organização da Informação



Fonte: Adaptado de Vieira e Pinho (2015).

Café e Bräscher (2008) denotam que a OI está diretamente relacionada com a eficiência de um sistema de organização do conhecimento, possibilitando o agrupamento de informações semelhantes e a distinção daquelas que não se assemelham. Torna-se evidente que o objetivo principal dos processos inerentes à OI é a individualização de um item em meio aos demais. Esta individualização contempla a descrição de aspectos acerca do conteúdo do objeto informacional e se ampara por meio de processos que se utilizam de linguagens documentárias.

Em outra perspectiva, que complementa as supracitadas, Ortega (2008) denota a OI enquanto produtora de documentos, uma vez que as representações elaboradas por tal organização a fim de possibilitar o acesso a determinado documento, constituem, por si só, uma produção documental. A autora evidencia, ainda, que a OI se constitui por meio das seguintes etapas:

- registro, controle e preservação de documentos (mais tarde, prestação de serviços de acesso a esses documentos);
- análise e representação do conteúdo dos documentos para recuperação;
- registro, controle e preservação de documentos, assim como a análise e representação do seu conteúdo. (ORTEGA, 2008, p.12).

Sobre estas etapas, salienta-se que a primeira é responsável pela gestão do acervo informacional; a segunda, surgida com os centros de documentação e bases de dados

bibliográficos, volta-se para a gestão informacional; e a terceira consiste na produção documental em sistemas informacionais.

A OI engloba a catalogação, a classificação, a indexação e a análise documental. Sua configuração com tais elementos se inicia a partir de 1876 com o surgimento da Classificação Decimal de Dewey (CDD) e das *Rules for a Dictionary Catalog de Cutter* (CAFÉ; SALES, 2010).

Corroborando com Café e Sales (2010), Pando e Almeida (2015) afirmam que, constituída pelas dimensões descritiva e temática, a OI se manifesta por meio dos processos catalogadores, classificadores, indexadores e analisadores documentais. Não obstante, a OI não deve ser encarada apenas como uma junção de procedimentos técnicos, pois requer operações cognitivas e intelectuais em sua execução.

Pando e Almeida (2019) elencam, embasados em levantamento realizado na literatura brasileira especializada em OI, uma série de procedimentos e técnicas utilizados para a organização informacional. Dentre elas, destacam-se: Modelagem, Ontologias, Taxonomias, Representação da Informação, Indexação, Arquitetura da Informação, Mapas Conceituais, Folksonomias, Classificação, Bibliometria, Análise de domínio, Método Analítico Sintético, dentre outros. Os procedimentos e técnicas listados podem ser considerados como proporcionadores de novos conhecimentos ou resolução de problemas. Isso porque permitem a agregação de valor ao documento, viabilizando a sua organização e permitindo o acesso às informações.

Os processos inerentes à OI perpassam, ainda, pelas técnicas desenvolvidas pela área da Documentação que enfocam sua prática na representação do conteúdo documental dando prioridade às técnicas documentárias de tratamento analítico e recuperação da informação. (FUJITA, 2003; ORTEGA, 2008).

Frizon e Araújo Júnior (2015, p. 176) enfatizam que:

a representação e a organização da informação se aplicam a todos os tipos de registros e suportes, e que constituem imperativos para a recuperação de numerosos e variados documentos (de natureza científica, artística, geral, voltados a negócios e/ou tomada de decisão, entre outros) [...].

Em síntese, para o desenvolvimento de suas práticas, a OI se embasa no tratamento da informação que, por sua vez, apoia-se nas representações documentais que são essenciais para o funcionamento dos sistemas de informação utilizados para consulta e disseminação informacional nas UI. Torna-se evidente, portanto, que há dois processos práticos essenciais ao tratamento da informação:

o primeiro, ligado ao acesso físico aos documentos; e o segundo, de natureza mais complexa, voltado para o acesso ao conteúdo informacional. Desse modo, a organização da informação é composta por dois grandes processos que estão relacionados entre si: o tratamento descritivo e o tratamento temático. (VIEIRA; PINHO, 2015, p. 117).

Ao tratar-se da OI, torna-se substancial mencionar os sistemas utilizados para atingir este fim. Os denominados SOCs objetivam realizar a descrição de cada objeto informacional de forma adequada, refletindo as necessidades informacionais da comunidade que a UI em questão visa a atender. Evidencia-se, ainda, que a OI utiliza padrões e técnicas inerentes à Ciência da Informação (CAFÉ; SALES, 2010).

A CI, segundo Novellino (1996, p. 1) “é uma disciplina voltada para o estudo de fenômenos subjacentes à produção, circulação e uso da informação”. Ao aprofundar-se no estudo dos fenômenos que são objeto da CI, torna-se viável a elaboração de instrumentos e metodologias que amparem a transferência de informações, transferência essa que se dá nas intervenções efetuadas por SOCs na comunicação entre produtor e consumidor do conhecimento.

Em consonância com Novellino (1996, p.1), evidencia-se que “na maioria das áreas a informação constitui atividade meio, o que as difere basicamente da ciência da informação – que tem por objeto a informação registrada, em si [...]” (BAPTISTA; ARAÚJO JÚNIOR; CARLAN, 2010). O que remete à compreensão dos processos utilizados nesta grande área do conhecimento. Baptista, Araújo Júnior e Carlan (2010) evidenciam, ainda, que a CI investiga os processos e sistemas que constituem a coleta, o processamento e a disseminação informacional. Já Souza (2007) indica que a CI se torna evidente em meio a um contexto de ‘avalanche’ do conhecimento na sociedade.

Agregada como um dos fazeres da CI, a Biblioteconomia se insere como usufrutuária das bases conceituais da CI. Sendo assim, evidencia-se o fazer biblioteconômico como responsável pela atividade de OI, o que associa para si papel de mediação frente à possibilidade de utilização das informações a que se propõe a dar tratamento (CAFÉ; SALES, 2010).

Desta forma, a organização da informação se insere como ponto fundamental em Biblioteconomia e Ciência da Informação, sendo seu principal objeto de atuação, uma vez que a CI, enquanto área abrangente da informação, requer os procedimentos e técnicas específicos da Biblioteconomia para a viabilização da OI.

Como forma de se estabelecer, na prática, a organização da informação pressupõe um trabalho analítico por parte do bibliotecário. Este trabalho faz com que seja imperioso o estabelecimento de critérios normativos que direcionem o profissional que irá realizá-lo,

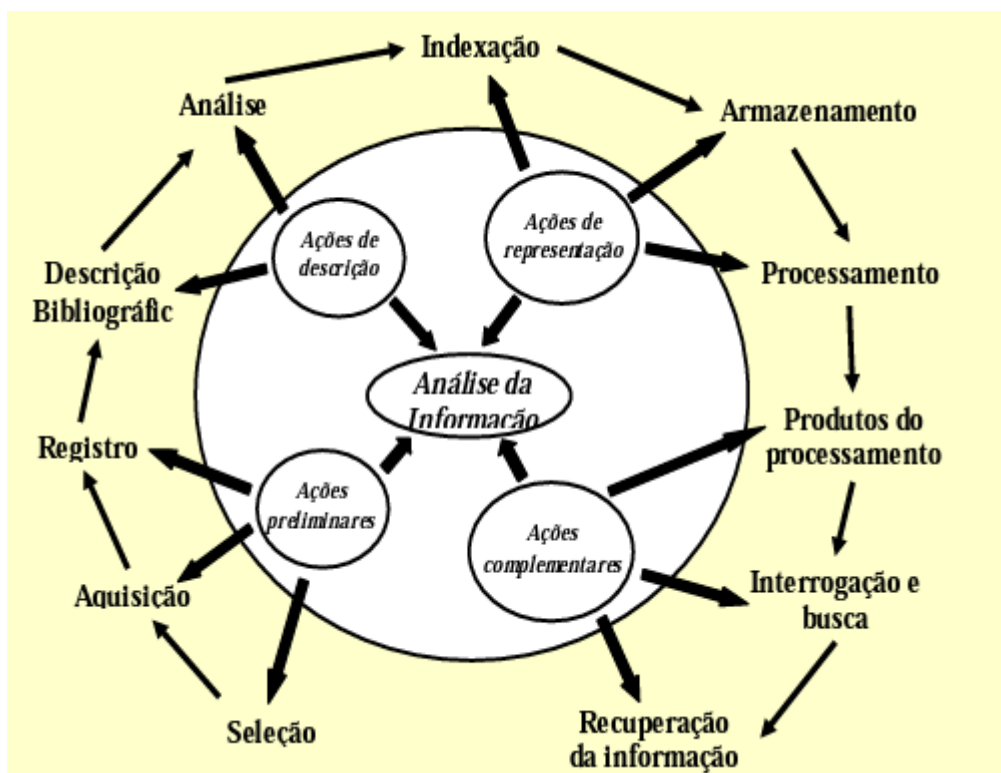
estabelecendo sua execução de forma assertiva para o processo de OI. A este processo de competência do profissional bibliotecário com vistas a identificação de características de um item informacional, denomina-se análise da informação (AI).

A análise da informação é imprescindível para a organização informacional e possibilita o armazenamento e a recuperação de informações pelo usuário por meio da descrição, representação e organização de conteúdos. A correta execução dos processos inerentes à AI permite que “conexões corretas entre conceitos e termos a partir de critérios eminentemente intelectuais resultarão na qualidade da representação de conteúdos e na recuperação eficaz da informação” (BAPTISTA; ARAÚJO JÚNIOR; CARLAN, 2010, p. 65).

Além disso, a AI visa a estruturar representações condensadas dos conteúdos informacionais de um acervo, possibilitando o tratamento informacional que promove a OI e resultando na recuperação informacional, o que permite o atendimento das necessidades dos usuários.

Para melhor elucidar, Baptista, Araújo Júnior e Carlan (2010) apresentam o modelo demonstrado na Figura 2:

**Figura 2** – As ações básicas da análise da informação e o ciclo



Fonte: Baptista, Araújo Júnior e Carlan (2010).

Dos processos inerentes à AI, permeando o bloco de ações de descrição e de representação, cabe destacar a Classificação, a Indexação e a Sumarização (ou resumo). Este estudo se atém a discorrer acerca da Indexação (vide seção 2.2), processo em que se selecionam os termos que se adaptam à descrição de um documento.

Ainda dentro da perspectiva cíclica apresentada na Figura 2, evidencia-se a importância da continuidade do processo de identificação e seleção das características de um objeto informacional. Para que seja dada continuidade ao processo que permite a representação e a recuperação informacional, faz-se imprescindível a realização do tratamento da informação.

Relacionando-se diretamente com a organização da informação (FRIZON; BAPTISTA, 2015), o tratamento da informação, conforme explicitado por Souza (2007), consiste em um processo utilizado para o atingimento de um fim. Sua finalidade se expressa em satisfazer as necessidades informacionais dos usuários.

O tratamento da informação engloba, segundo Dias e Naves (2013, p. 7):

todas as disciplinas, técnicas, métodos e processos relativos a:

- descrição física e temática dos documentos numa biblioteca ou SRI;
- desenvolvimento de instrumentos (códigos, linguagens, normas, padrões) a serem utilizados nessas descrições; e
- concepção/implantação de estruturas físicas ou bases de dados destinadas ao armazenamento dos documentos e de seus simulacros (fichas, registros eletrônicos, etc.). Compreende as disciplinas de classificação, catalogação, indexação, bem como especialidades delas derivadas, ou novas especialidades, tais como metadados e ontologias, entre outras. (DIAS; NAVES, 2013, p. 7).

Os autores explicitam, ainda, que o “tratamento da informação foi levando, progressivamente, à identificação de duas grandes especialidades nessa área: tratamento descritivo e tratamento temático” (DIAS; NAVES, 2013, p. 7). Há, portanto, dois grandes processos essenciais para a realização do tratamento informacional. Estes processos se constituem no tratamento descritivo (físico/formal) e no tratamento temático de determinado objeto informacional. A compreensão e execução de tais processos é fundamental para que a UI consiga atingir seu objetivo de disseminação informacional (DIAS; NAVES, 2013).

Café e Sales (2010, p.120) constata que:

a organização da informação é notadamente composta por duas dimensões relativas ao tratamento da informação – a dimensão descritiva, voltada aos elementos relativos à forma dos documentos (como na catalogação descritiva) e a dimensão temática, voltada aos conteúdos informacionais (como na catalogação de assuntos, na classificação, na indexação e na análise documental).

O que complementa o destaque destes dois processos enquanto norteadores do tratamento da informação. Estes processos são abordados com maior profundidade nas subseções que se seguem.

### 2.1.1 Tratamento descritivo

O tratamento descritivo da informação (TDI), enquanto processo inerente à OI, conforme elucidado por Naves e Dias (2013), concentra-se em representar os aspectos objetivos de um item informacional, realizando a identificação dos dados que descrevem tais aspectos. Estes dados consistem na descrição de elementos como “o autor, o título, a editora, e elementos similares.” (DIAS; NAVES, 2013, p. 7).

Em consonância com Dias e Naves (2013), Sousa (2013) explicita que ao tratamento descritivo se subordina a descrição da forma (física/formal) de um documento. Para tal, realiza-se a identificação de “autoria, título, edição, o responsável pela publicação, data, paginação, entre outros.” (SOUSA, 2013, p. 138).

Os dados representados no TDI possuem, de modo geral, caráter físico/formal, e o processo de sua representação requer “um exame do documento com o objetivo de identificar certos elementos nele constantes e que servirão para identificá-lo.” (DIAS; NAVES, 2013, p. 9). Este exame é feito por meio da leitura técnica do documento, e corrobora com os procedimentos inerentes à AI, concordando com o explicitado por Baptista, Araújo Júnior e Carlan (2010).

Comum ao tratamento descritivo e ao tratamento temático da informação, a leitura técnica do documento é habilidade imprescindível para o profissional bibliotecário que realiza o tratamento da informação. Este tipo de leitura consiste no exame cuidadoso do objeto informacional a ser tratado, visando a identificação de elementos essenciais para sua descrição identificadora em aspectos técnicos, físicos/formais e temáticos (DIAS; NAVES, 2013). Sua aplicação se relaciona, conforme supracitado, com as dimensões inerentes à AI, sendo parte do processo.

Baptista, Araújo Júnior e Carlan (2010, p. 69) evidenciam, ainda, que “para organizar a informação é preciso descrevê-la. Descrever um objeto é enumerar suas características ou as relações desse objeto com outros que o identifiquem.” O tratamento descritivo da informação cumpre, assim, com o propósito de elencar as características de um item informacional, assumindo a função de processo descritor de características físicas/formais e descritivas.

Desse modo, “a descrição física de um objeto informacional se dá pelo processo de catalogação cujo resultado é a representação do suporte físico ou documento. Pode utilizar linguagens específicas, normas e formatos que padronizam este tipo de descrição” (CAFÉ; SALES, 2010, p.118). Baptista, Araújo Júnior e Carlan (2010), por sua vez, referem-se aos

códigos específicos utilizados para padronização da descrição mencionada por Café e Sales (2010). Estes códigos, segundo os autores, constituem-se por campos específicos, descritores/metadados que são empregados a um conjunto de normas definidas em âmbito internacional.

Exemplos de códigos de catalogação mencionados por Baptista, Araújo Júnior e Carlan (2010) são: o Código de Catalogação Anglo Americano, originalmente denominado como *Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition (AACR2r)* e o *Resource Description and Access (RDA)*. O RDA se baseia em modelos conceituais que preveem diretrizes acerca de dados bibliográficos<sup>1</sup> e de autoridade<sup>2</sup>. Tais modelos conceituais se exemplificam pelos Requisitos Funcionais para Registro Bibliográfico, originalmente denominados como *Functional Requiriments for Bibliographic Records (FRBR)*, os Requisitos Funcionais para Dados de Autoridades, que originalmente se denominam *Functional Requiriments for Authority Data (FRAD)* (BASPTISTA; ARAÚJO JÚNIOR; CARLAN, 2010) e os *Functional Requiriments for Subject Authority Data (FRSAD)*, que, originalmente, são chamados de Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de assunto (ASSUMPÇÃO; SANTOS; ZAFALON, 2017) e o IFLA Library Model (IFLA RLM). Este último refere-se a “um modelo de referência conceitual para fornecer estrutura para a análise de metadados não administrativos relacionados aos recursos das bibliotecas”. (RIVA; LE BEOUF; ŽUMER, 2017 p. 1).

As normalizações estabelecidas pelas padronizações internacionais, no âmbito da catalogação, são resultado dos esforços da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), instituição responsável pela elaboração dos modelos conceituais supracitados (ASSUMPÇÃO; SANTOS; ZAFALON, 2017).

### **2.1.2 Tratamento temático**

Segundo Dias e Naves (2013, p. 2) “o acesso à informação/documentos é a questão básica de interesse da ciência da informação, em todas as suas especialidades [...] e em todas as suas modalidades (pesquisa básica, pesquisa aplicada [...])”. Tal afirmação evidencia a relevância de adentrar no estudo dos processos técnicos utilizados para a organização

---

<sup>1</sup> Dados representativos acerca das características físicas/formais da obra bibliográfica (ASSUMPÇÃO; SANTOS; ZAFALON, 2017).

<sup>2</sup> Dados representativos acerca das características físicas/formais da autoria que possui responsabilidade pelo conteúdo da obra (ASSUMPÇÃO; SANTOS; ZAFALON, 2017).

informativa, possibilitadores da recuperação informativa, incluindo o tratamento temático da informação.

O tratamento temático da informação é parte essencial da atividade de processamento técnico que abarca o conteúdo de objetos informativos. Este processo visa a proporcionar a análise, descrição e representação do conteúdo dos documentos e, conforme Guimarães (2008, p. 79): “pode, historicamente, ser caracterizada em três momentos, metaforicamente denominados como a arte, a técnica e a busca por metodologias”.

Na perspectiva da arte mencionada por Guimarães (2008), o TTI deriva de uma espécie de talento, uma verdadeira habilidade artística. Isso se torna evidente ao remeter à Antiguidade, quando há indícios de descrição de conteúdos em envelopes de argila com a descrição do conteúdo de pergaminhos mesopotâmicos; à elaboração de um sistema de classificação na Biblioteca de Alexandria; à elaboração de índices por monges copistas na era medieval e a diversos outros fatos notáveis que evidenciam a conotação artística dessa prática.

Em relação à técnica envolvida no TTI, Guimarães (2008) demonstra que o século XIX propiciou grandes avanços neste aspecto. Estes avanços ocorreram devido à grande produção documental ocorrida nesta época, o que demandou tratamento embasado por técnicas específicas. Estas técnicas possuem grande influência da Revolução Industrial, uma vez que se utilizam de regras e definições claras e se exemplificam por sistemas de classificação e sistemas de indexação.

A metodologia, ou o fazer, do TTI tomou notoriedade a partir dos anos 1950, em que a Europa e os Estados Unidos realizaram o desenvolvimento de bases científicas que propunham, além das técnicas, a construção de metodologias para a sustentação dos procedimentos necessários à execução do TTI. Dentre instrumentos desenvolvidos para o alcance metodológico do TTI, destacam-se as linguagens documentárias (vide seção 2.3.2, alínea *e*) (GUIMARÃES, 2008).

A denominação “tratamento temático da informação” surgiu na década de 1970 por meio de Anthony Charles Foskett, passando, ainda, pela nomenclatura representação temática, tal qual a representação descritiva. Para além da forma de designação, faz-se primordial evidenciar a necessidade de delimitação do TTI. Isso devido à necessidade prática do tratamento documental, que passou a demandar, de forma imprescindível, a reunião e organização dos objetos informativos para a sua recuperação (GUIMARÃES, 2008).

Foskett (1973) aponta a necessidade de aprofundamento do estudo acerca das especificidades do tratamento temático da informação com a finalidade de atender às demandas dos usuários de unidades de informação que não sabem, de fato, a obra que desejam, mas sim

o assunto que almejam encontrar na busca pela informação em tais unidades. Estes apontamentos perpassam para além da noção de necessidade representativa dos aspectos técnicos/formais de um documento conforme é realizado no TDI.

A concepção de TTI perpassa, também, por distintas correntes teóricas para tratar acerca desta área do conhecimento. Estas correntes consistem em: catalogação de assunto, indexação e análise documental. A catalogação de assunto deriva de uma concepção norte-americana e se embasa, principalmente, na catalogação alfabética de Cutter e nos cabeçalhos de assunto da Library of Congress (GUIMARÃES, 2008). Esta corrente leva seu enfoque à “organização de registros bibliográficos e ao controle bibliográfico em geral.” (GUIMARÃES, 2008, p. 82).

Sob a perspectiva da indexação, o TTI se insere como sendo imprescindível às outras tipologias documentárias, incluindo-se “não apenas a realidade bibliotecária tradicional, mas inclusive os centros de documentação especializados e o universo editorial.” (GUIMARÃES, 2008, p. 83). Esta corrente sofre influência inglesa, principalmente a dos trabalhos do *Classification Research Group* e das teorias de Ranganathan.

A análise documental tangencia as concepções da Linguística e da Lógica, que a influenciam diretamente. Sob esta abordagem, “o foco centra-se no próprio processo de TTI, vale dizer, na explicitação dos procedimentos voltados para a identificação e seleção de conceitos para posterior representação e geração de produtos.” (GUIMARÃES, 2008, p. 83). Esta corrente perpassa pela influência de Coyaud, na obra do ano de 1966 e Gardin, nas obras de 1966, 1967, 1970, 1973, 1974 e 1981.

Guimarães (2008) torna evidente que o TTI se constitui por três principais aspectos. Estes aspectos, que podem denominar-se facetas, perpassam pelos processos, produtos e instrumentos inerentes ao TTI. O autor exprime que:

essa dimensão multifacetada do TTI construiu-se, ainda, graças a distintos diálogos com outras disciplinas tais como: a Administração, a Diplomática, a Inteligência artificial, a Língua, a Lógica, a Psicologia e a Terminologia, dentre outras, ressaltando-se, mormente nos tempos atuais, a natureza transversal (ou instrumental) fornecida pelas novas tecnologias de informação e de comunicação para o desenvolvimento – teórico e aplicado – do TTI. (GUIMARÃES, 2008, p. 84).

O tratamento temático da informação se relaciona intimamente à representação informacional e possui o foco centrado no processo de indexação, o que possibilita a geração da informação documentária e sua conseqüente recuperação pelo usuário (SOUSA, 2013).

Guimarães (2008) assinala que o TTI se insere enquanto objeto central da CI, atuando como responsável por mediar a produção e a utilização da informação possibilitando o acesso ao conteúdo informacional.

Em oposição ao TDI, o TTI se atém à representação de aspectos subjetivos de um objeto informacional. Para tal, “visa caracterizar o documento do ponto de vista do seu conteúdo”. (DIAS; NAVES, 2013, p. 7).

O TTI, conforme explicitado por Café e Sales (2010, p. 118), é realizado “pelos processos de classificação, indexação e resumo ou condensação documental”. Verifica-se que:

a classificação gera uma representação da informação no formato de números ou símbolos de classificação. Geralmente, ela descreve o conteúdo do documento de forma mais abrangente. Os instrumentos ou linguagens utilizados neste caso são os Sistemas de Classificação, cujos exemplos clássicos são a Classificação Decimal Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU) (CAFÉ; SALES, 2010, p. 118).

Corroborando com Café e Sales (2010), Fujita, Rubi e Boccato (2009) denotam que o TTI visa promover a recuperação informacional conforme as demandas dos usuários. Isto se dá por meio de processos como a indexação, a catalogação de assuntos, a classificação e a elaboração de resumos. Estes processos dizem respeito ao assunto tratado no documento.

Ainda acerca da classificação inserida enquanto processo inerente ao TTI, faz-se imperioso destacar que a influência de diversos filósofos se fez presente em suas concepções iniciais. Guimarães (2008, p. 78) assinala que: “não se desconsideram as influências de natureza filosófica que as concepções de Platão, Aristóteles e Bacon, dentre outros, exerceram nos esquemas de classificação, relativamente à divisão do conhecimento”.

Em consonância com a ótica de Foskett (1973), Sales (2012) afirma que o TTI consiste na dimensão temática responsável pelo tratamento dos conteúdos e a organização da informação. Estes processos se dão, segundo os autores, por meio das abordagens de classificação de assuntos, da catalogação de assuntos e da indexação. A classificação de assuntos consiste em teorias derivadas da história das classificações, perpassando por Aristóteles, Descartes, Hobbes, Bacon, dentre diversos outros, até chegar aos sistemas de classificação bibliográfica tais como os propostos por Dewey, Cutter, Otlet, La Fontaine e etc. A catalogação de assuntos, por sua vez, remete ao processo de indexação, apresentado na subseção 2.2.

Robredo (2005) põe em evidência que, a fim de atingir a representação do conteúdo de determinado objeto informacional, constituem-se dois grandes eixos de procedimentos. São eles: “a ordenação ou arranjo dos documentos [e] a localização de dados e informações pertinentes.” (ROBREDO, 2005, p.127). Segundo o autor, pertencem ao primeiro grupo os sistemas de classificação e, ao segundo, os procedimentos inerentes à indexação.

Souza (2007) denota que a criação de esquemas de classificação bibliográfica é imprescindível para a realização do tratamento de um documento informacional e para sua recuperação. A classificação, por sua vez, consiste em unir as coisas similares entre si. Relacionando esta prática aos sistemas e serviços de informação, principalmente nas bibliotecas, “utilizam-se sistemas de classificação hierárquicos, para organizar as coleções. Tais esquemas baseiam-se no pressuposto de que os tópicos podem se subdividir em tópicos mais específicos.” (ROBREDO, 2005, p. 128).

Classificar, segundo Piedade (1983, p. 16), “é dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. É dispor conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos”. Este processo, que é inerente ao ser humano em diversos âmbitos, aplica-se ao âmbito informacional enquanto ato de localizar o assunto pré-determinado de um item informacional dentro de um sistema previamente concebido, a fim de promover a organização bibliográfica. Na área da Biblioteconomia, a classificação é empregada para designar sistemas ou símbolos de classificação.

A indexação consiste na escolha de termos pertinentes para a descrição temática de um documento. Este processo, enquanto contribuinte para a OI, complementa a classificação, levando em conta princípios de especificidade e exaustividade (CAFÉ; SALES, 2010).

O resumo (ou condensação documental) objetiva inteirar as informações especificadas pela classificação e pela indexação. Sua normalização segue o indicado pela Norma brasileira (NBR) 6028 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que especifica os termos e definições:

**Palavra-chave:** palavra representativa do conteúdo do documento, escolhida, preferentemente, em vocabulário controlado

**Recensão:** análise crítica, descritiva e/ou comparativa, geralmente elaborada por especialista

**Resenha:** análise do conteúdo de um documento, objeto, fato ou evento

**Resumo:** apresentação concisa dos pontos relevantes de um documento

**Resumo indicativo:** trabalho que indica os pontos principais de um documento sem apresentar detalhamentos, como dados qualitativos e quantitativos, e que, de modo geral, não dispensa consulta ao original.

**Resumo informativo:** trabalho que informa finalidades, metodologia, resultados e conclusões do documento, de tal forma, que possa, inclusive, dispensar a consulta ao original. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2021, p.1).

Ainda, segundo Lancaster (2004, p.1) “os processos de indexação identificam o assunto de que trata o documento; e o resumo serve para sintetizar o conteúdo do item”. Tal afirmação fomenta a concepção de que os processos indexadores perpassam pelo tratamento documental por meio da identificação do conteúdo do mesmo, evidenciando, ainda, a importância da utilização do resumo enquanto ferramenta essencial ao TTI.

Os processos de classificação, indexação e elaboração de resumos, culminam, portanto, na informação documentária, que pode ser considerada o elo entre usuário e documento e consiste no “resultado de um processo de tradução semântica daquilo que é dito pelo autor por uma representação do conteúdo do documento [...]” (CAFÉ; SALES, 2010, p. 119).

Especificamente no que diz respeito à indexação, utiliza-se da determinação de termos que expressem o conteúdo de um item informacional. Por meio de uma análise do profissional bibliotecário, que caso não seja guiado por princípios norteadores pode incorrer em noções prejudiciais causadas pela subjetividade, identificam-se os conceitos inerentes ao item informacional e expressam-nos mediante termos representativos. Na subseção 2.2 a seguir, trata-se de maneira mais abrangente acerca da indexação.

## 2.2 INDEXAÇÃO

A indexação é um conceito pertinente a várias áreas do conhecimento. Pinto (2001) evidencia que se utilizam deste conceito: a Economia, a Demografia, o Comércio e a Ciência da Informação. Na perspectiva da CI, apresenta-se enquanto processo inerente à OI (DIAS; NAVES, 2013). Segundo Piedade (1983), a indexação consiste no ato de realizar a inclusão do registro de um documento em um repositório de informações. Corroborando com tal afirmação, Baptista, Araújo Júnior e Carlan (2010) asseveram que esta prática é parte do processo operacional da análise da informação e consiste na definição de um ou mais termos que possibilitem a descrição de um documento.

Surgida em decorrência da atividade de elaboração de índices, a indexação deriva da necessidade humana de recuperação das informações registradas em documentos. Sua constituição remonta, primeiramente, à memória, que era o instrumento primordialmente utilizado para a gravação e posterior recuperação informacional. Perpassa, ainda, por diversos capítulos do desenvolvimento tecnológico que culminaram nos processos de organização informacional (SILVA; FUJITA, 2004).

Conforme explicitado por Fujita, Rubi e Boccato (2009a), a indexação começa a ser identificada na História desde os tempos das tábuas de argila, o que remonta ao século II antes de Cristo (a.C). Obviamente as práticas reconhecidas nesta época não possuíam tal denominação, e se constituíam por meio de representações condensadas que proporcionavam o acesso a documentos.

A história da indexação se confunde com o início da história bibliográfica, e passa a ter maior atenção após o surgimento das publicações periódicas, criando uma grande demanda em

relação à necessidade organizacional desse tipo de objeto informacional. Esta prática toma maior forma a partir do século XIX, quando ocorre exponencial aumento dos documentos a serem indexados (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009a).

O termo “indexação” remonta ao ato de descrever e identificar determinado objeto informacional de acordo com o assunto contido no mesmo (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009a). Complementando tal definição, Rubi (2009, p. 81) assinala que “a indexação diz respeito à identificação do conteúdo do documento por meio do processo de análise de assunto e à representação desse conteúdo por meio de conceitos”.

O ato de indexar, conforme salientado por Nunes (2004, p. 55), consiste em:

representar o conteúdo temático de um documento, o que se faz mediante a determinação do assunto de que trata o documento, a seleção dos conceitos relevantes associados ao assunto determinado e à tradução desses conceitos para os termos autorizados de uma linguagem documentária.

A prática indexadora se apropria de terminologia específica para elencar os termos descritores utilizados na indexação de um objeto informacional. Verifica-se, ainda, em relação ao termo, que “os termos atribuídos pelo indexador servem como pontos de acesso mediante os quais um item é localizado e recuperado [...]” (LANCASTER, 2004, p. 6).

Os descritores, de acordo com Robredo (2005), geralmente se ordenam com a finalidade de representação da sequência de pensamento dos autores. Indica-se em alguns casos, inclusive, a prática de redundância conceitual aumentando a possibilidade de recuperação informacional.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (1992, p. 2) define indexação por meio da Norma brasileira (NBR) 12.676 como: “ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação”. Aponta, ainda, que:

a indexação consiste basicamente nos três estágios seguintes que, na realidade, tendem a se sobrepor:

- a) exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo;
- b) identificação dos conceitos presentes no assunto;
- c) tradução destes conceitos nos termos de uma linguagem de indexação.

(ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 2).

A NBR 12.676 estabelece, ainda, que os estágios constituintes da indexação devem ser amparados por instrumentos indexadores que se compõem por tesouros, códigos de classificação, cabeçalhos de assunto e etc.

Fujita (2003) infere que a indexação se trata de uma combinação metodológica dotada de estratégia entre o tratamento de conteúdo documental e a recuperação por parte dos usuários de tais documentos. Para além da descrição e identificação inerente ao processo indexador, este

processo deve permitir a busca e o acesso à informação armazenada. A autora destaca, ainda, que a indexação é parte essencial para o funcionamento de um sistema de informação, uma vez que os resultados de uma estratégia de busca realizada em um desses sistemas estão condicionados a sua correta execução. Ainda em consonância com o explicitado, torna-se evidente que:

a recuperação do documento mais pertinente à questão de busca é aquela cuja indexação proporcionou a identificação de conceitos mais pertinentes ao seu conteúdo, produzindo uma correspondência precisa com o assunto pesquisado em índices. (FUJITA, 2003, p. 62).

Evidencia-se, ainda, que “o principal propósito de um serviço de indexação é assegurar da forma mais eficiente e econômica possível, que qualquer documento ou informação seja fornecido ao usuário no momento preciso.” (CARNEIRO, 1985, p. 222).

Frizon e Baptista (2015) abordam a indexação enquanto um dos processos técnicos realizados em unidades informacionais. Este processo, segundo os autores, “tem seu foco voltado basicamente à extração de conceitos presentes em um registro textual, sonoro ou imagético, com vistas a traduzi-los em palavras.” (FRIZON; BAPTISTA, 2015).

Já sob a perspectiva de Evangelista (2016), a indexação se insere enquanto processo responsável pela tradução de assuntos para termos que proporcionam o reconhecimento da utilidade de um documento em decorrência da necessidade de quem o demanda.

Café e Sales (2010) explicitam que a indexação se trata da distinção de termos adequados para a descrição temática de um documento. Este processo culmina na representação da informação mediante descritores ou palavras-chave, que podem resultar na formação de índices. Indexar abrange, ainda, processos de identificação de um documento, a delimitação do assunto a que se refere e a seleção dos termos adequados para sua representação (PIEDEDE, 1983).

Acerca da indexação, Sousa (2013, p.139) aponta que:

é uma operação que lida com a representação do conteúdo dos documentos, para permitir posterior recuperação no acervo da biblioteca. Não é um processo finalizado em si, pois a preocupação não se finda no armazenamento do item indexado, pelo contrário, é planejada e executada para o uso que será feito.

A indexação, conforme definido por Robredo (2005), corresponde a um processo intelectual que realiza a indicação do conteúdo temático de um objeto informacional por meio de termos atribuídos e passíveis de recuperação. A recuperação informacional visa a atender aos usuários, que segundo o autor se subdividem em dois tipos. O primeiro tipo de usuário satisfaz suas demandas informacionais já indicando aspectos próprios à informação que deseja

recuperar. Já o segundo tipo busca documentos relacionados a determinados assuntos sem maiores especificações que o definam. Torna-se evidente que o segundo tipo é aquele que deve ser primordialmente atendido mediante a indexação, uma vez que não possui os dados específicos físico/formais que caracterizam um determinado objeto informacional.

Lancaster (2004) denota que a indexação é uma das atividades inerentes à representação do conteúdo temático de documento. Esta atividade proporciona a descrição do conteúdo temático documental por meio da indicação de termos usualmente selecionados de um vocabulário controlado.

Na perspectiva de Silva e Fujita (2004), a indexação consiste em uma atividade subordinada à análise documentária que prevê a recuperação da informação. Consiste, portanto, no “resultado da fase de representação, fase final da análise documentária, em que se utilizam as linguagens documentárias para a geração de produtos documentários.” (SILVA; FUJITA, 2004, p. 136-137). Ainda segundo a perspectiva das autoras, a indexação se destaca enquanto principal processo da análise documentária em relação aos sistemas de informação, pois é sua correta execução que possibilita a recuperação informacional nesses sistemas.

A indexação pode ser indicada como:

um conjunto de atividades que consiste em identificar, nos documentos, os seus Traços descritivos (TD's) ou macroproposições e, em seguida, extrair os elementos/descriptores (sintagmas) indicadores do seu conteúdo, visando à sua recuperação posterior. (PINTO, 2001, p. 226).

Ainda sob a perspectiva de Pinto (2001), nota-se que a indexação é constituída por três etapas essenciais, sendo elas: análise conceitual, tradução e controle de qualidade.

Denota-se, ainda, que “no desenvolvimento da indexação, o bibliotecário precisa ter clareza sobre a tematicidade, ou seja, do que trata o documento que é objeto da análise.” (OLIVEIRA, 2017, p. 41). O papel do profissional indexador enquanto responsável pela correta execução do processo de indexação se torna, então, evidente e para nortear suas ações com a devida objetividade se faz necessária a elaboração de uma política de indexação (vide seção 2.3), que proporciona diretrizes orientadoras para tal.

Gomes (2019) sintetiza, por meio de diversos teóricos, que a indexação consiste na atribuição de um ou mais descritores a um documento por meio de sua análise prévia. Enfatiza, ainda, que a análise de assunto é imprescindível ao seu fazer, uma vez que promove a representação temática do conteúdo do objeto informacional possibilitando sua recuperação. O autor frisa, ainda, que a indexação se trata de um processo técnico que transpassa por grande subjetividade.

A indexação, segundo Chaumier (1988), constitui-se enquanto processo mais importante da análise documentária, determinando o valor de um sistema documentário. Define-se, segundo o autor, pela operação responsável por escrever e caracterizar determinado documento mediante os conceitos existentes no mesmo, conceitos estes que devem ser transcritos em linguagens documentárias após sua extração por meio de uma análise prévia.

Ainda de acordo com a perspectiva de Chaumier (1988), a indexação é constituída por quatro etapas, sendo elas: a tomada de conhecimento do conteúdo do documento, a escolha dos conceitos que serão representados por meio de critérios de seletividade e exaustividade, a tradução dos conceitos para termos descritores por meio de linguagem documentária e a incorporação de elementos sintáticos que preveem a importância dos conceitos em relação ao documento. O autor frisa que os instrumentos necessários para a execução da indexação são: linguagens de estrutura hierárquica (classificações) e linguagens de estrutura combinatória (os tesouros).

São indicados dois estágios para o processo de indexação conforme apontado por Fujita (2003). Estes estágios se fundamentam no âmbito analítico, em que ocorrem as etapas de compreensão do texto, identificação e seleção dos conceitos que serão utilizados. O outro estágio que pode ser mencionado é o de tradução, que trata da representação dos conceitos anteriormente elencados para termos retirados das linguagens de indexação, o que conforme Lancaster (2004, p. 6) “envolve a conversão da análise conceitual de um documento num determinado conjunto de termos de indexação”.

Em concordância entre Fujita (2003), Lancaster (2004) e Gomes (2019) evidencia-se que a indexação contempla duas etapas, sendo a análise conceitual e a tradução. Oliveira (2017, p. 41) também torna evidente que “análise conceitual e tradução são etapas fundamentais para condução da indexação, sendo a primeira destinada à compreensão do conteúdo do documento e a segunda, à adequação do termo de acordo com a linguagem da unidade de informação”.

Rubi e Fujita (2003), em consonância com Oliveira (2017), acrescentam que há falta de concordância entre as correntes teóricas em relação à quantidade de estágios no processo indexador, no entanto, todos consistem na identificação dos conceitos existentes em um documento e, posteriormente, em sua tradução para a linguagem do sistema. Robredo (2005, p. 165), por exemplo, especifica quatro etapas relacionadas ao processo indexador, sendo elas:

- a análise conceitual do conteúdo significativo do documento, ou seja, a identificação do assunto;
- a expressão desta análise, através de um conjunto de palavras, frases ou códigos que representem o assunto;
- a tradução das descrições dos assuntos relevantes para a linguagem de indexação;

- a organização das descrições padronizadas dos assuntos de acordo com a sintaxe da linguagem de indexação.

Frisa-se, ainda, que a identificação de conceitos ocorre em duas etapas durante o processo indexador. A primeira ocorre no momento da identificação dos conceitos existentes no conteúdo para a identificação do tema deste. A segunda etapa se dá após a identificação prévia, no momento da tradução para termos situados nas linguagens documentárias (FUJITA, 2003).

Acerca da compreensão do documento a ser indexado, evidencia-se a importância da leitura com especial atenção de algumas de suas partes, tais como: “título, introdução e as primeiras frases de capítulos e parágrafos; ilustrações, tabelas, diagrama e suas explicações; conclusão; palavras ou grupos de palavras sublinhadas ou impressas com tipo diferente” (FUJITA, 2003, p. 64).

Corroborando com Fujita (2003), Robredo (2005, p. 166) afirma que a leitura integral do documento a ser indexado é, geralmente, impraticável. Deve-se, assim, observar com maior atenção: “o título, o prefácio e/ou a introdução, o sumário, o resumo, os primeiros parágrafos, as figuras, as palavras sublinhadas ou impressas num tipo de letra diferente do texto (negrito, itálico, etc.), as conclusões e o índice”. Lancaster (2004, p. 24), complementa ainda que “as partes a serem lidas atentamente são as que apresentam maior probabilidade de dizer o máximo sobre o conteúdo no menor tempo: título, resumo, sinopse e conclusões. [...] títulos das seções e legendas das ilustrações ou tabelas”.

Em relação à compreensão de conceitos, recomenda-se sua identificação por meio do esquema de categorias contidas no próprio documento abarcando: “o fenômeno, o processo, as propriedades, as operações, o material, o equipamento, etc.” (FUJITA, 2003, p. 64). Evidencia-se que nem todos os conceitos identificados serão necessariamente selecionados, uma vez que se deve levar em consideração os objetivos da indexação.

Dadas as concepções expostas, conceitualiza-se com Fujita e Santos (2016) que a indexação se trata de um procedimento responsável pela descrição de documentos e que se utiliza da análise de conteúdo temático culminando em sua representação por meio da utilização de conceitos derivados de uma linguagem documental.

Dado o exposto, a seção seguinte discorre acerca do processo de política de indexação, instrumento primordial para o norteamento da execução da prática indexadora.

## 2.3 POLÍTICA DE INDEXAÇÃO

Nas subseções a seguir são abordados os aspectos conceituais da política de indexação, demonstram-se os elementos constituintes deste tipo de política e se contextualizam os diferentes tipos de unidades de informação em que a utilização de uma PI se insere enquanto processo necessário.

### 2.3.1 Aspectos conceituais da política de indexação

A política de indexação é uma diretriz administrativa adotada por uma unidade de informação. Esta diretriz guia a tomada de decisões por meio de orientações pré-estabelecidas que possibilitam a realização do trabalho do bibliotecário de maneira mais racional e objetiva. A elaboração de uma PI deve ser desenvolvida no âmbito da administração da biblioteca. Deve guiar-se pelos objetivos da instituição e refletir sua filosofia em suas resoluções e não apenas elaborá-la, considerando a indexação como um processo técnico (RUBI, 2012).

Rubi (2009) denota, ainda, que a PI deve descrever as condutas teóricas e práticas a serem tomadas pelos profissionais indexadores no momento da realização da indexação. A autora torna evidente que esta política deve estar estruturada e registrada em um manual de indexação, permitindo, além de sua consulta, sua avaliação e modificação caso seja identificada a necessidade.

Oliveira (2017) evidencia a importância de um documento formal que estabeleça regulamentações e orientações ao trabalho indexador e à forma como o tratamento temático deve ser realizado. Este documento deve alinhar-se com o contexto informacional, levando em consideração a importância que a indexação assume nas unidades de informação e deve, ainda, ser construída de maneira clara e precisa. A formalização deste documento promove a possibilidade de padronização do processo indexador contribuindo ativamente para a redução da subjetividade que pode lhe ser inerente.

Ainda sob a perspectiva de Oliveira (2017), a PI não se trata apenas de um documento formalizado, mas se constitui como “parte de uma visão coletiva integrada sobre o tratamento informacional.” (OLIVEIRA, 2017, p. 42). É, ainda, responsável por elencar diretrizes acerca de processos tais como: a linguagem utilizada, a forma como a indexação será realizada, a quantidade de termos descritores utilizados, o modo como os descritores serão aplicados, a profundidade destes, os parâmetros em relação aos documentos, dentre outros.

O estabelecimento formal de uma PI garante “uniformidade e padronização na análise e atribuição de descritores de assunto, o que irá favorecer diretamente o tratamento temático e a recuperação da informação.” (OLIVEIRA, 2017, p. 43). Garante, também, o auxílio e amparo ao bibliotecário por meio de definições norteadoras acerca do processo de indexação. Além disso, Nunes (2004) torna evidente que a formalização de uma PI em uma unidade de informação assegura a permanência das práticas adotadas pela mesma, ainda que ocorra a substituição do profissional indexador atuante no momento de sua elaboração, garantindo, desta forma, a continuidade da aplicação de tais práticas.

É relevante ressaltar que a PI é elemento embaixador para construção de um manual de indexação. Acerca disso, denota-se que “as políticas diferem dos manuais no sentido de que as primeiras são bases para que se construam os segundos.” (FUJITA; SANTOS, 2016, p. 61). Verifica-se, então, que a formalização da PI ocorre por meio do manual de indexação de uma UI.

Buscando traçar uma definição que sintetize do que se trata uma PI, nota-se que esta consiste em “uma diretriz que explicita as escolhas técnicas (por isso política) que a biblioteca faz [...], considerando fundamentalmente duas variáveis: o seu usuário e o seu acervo.” (NUNES, 2004, p. 55). Nunes (2004) salienta, ainda, que as diretrizes estabelecidas por meio da PI proporcionam economia de tempo e de recursos, sejam eles materiais ou financeiros. Isso se dá devido ao fato de a PI promover a racionalização do processo indexador.

Pinto (2001) expõe que a PI deve ser definida em uma UI alinhada aos objetivos e à missão da organização em que esta se insere. Salienta, ainda, que deve ser condizente com as necessidades dos usuários e deve “estar contida em um manual, de maneira que os indexadores possam tomar conhecimento das regras estabelecidas e possam segui-las. Essa decisão poderá contribuir para reduzir, de certa forma, a subjetividade suscitada por esta atividade.” (PINTO, 2001, p. 229).

Fujita (2016) denota que a PI objetiva a orientação e sistematização da atividade indexadora, possibilitando o aperfeiçoamento da indexação e a recuperação da informação. Discorre, ainda, que a função de uma PI consiste em:

circunstanciar as condições daquele momento para o respaldo das decisões a respeito de elementos da política de indexação, como por exemplo, a exaustividade e a especificidade da indexação, o processo de indexação e a linguagem de indexação no que tange a sua especificidade e exaustividade (FUJITA, 2016, p. 16).

Além das considerações acerca de sua definição, Fujita (2016) assinala que a PI é necessidade imprescindível para uma unidade de informação (UI), que por sua vez necessita da

sistematização dos processos e condutas da indexação. Além disso, a autora evidencia que a PI poderá ser modificada com vistas à melhoria das condições de sua infraestrutura ou de acordo com a demanda dos usuários. Acerca de sua elaboração, nota-se que:

emana sempre de um consenso entre usuários, indexadores, bibliotecários de referência e dirigentes, atores principais envolvidos no processo cotidiano onde as ações e mudanças acontecem e não dependem de um padrão de conduta uniforme, mas essencialmente de necessidades, comportamentos, decisões estratégicas e, sobretudo, de sociocognição (FUJITA, 2016, p. 17).

Acerca dos atores participantes do processo de elaboração de uma PI, destaca-se a importância do profissional indexador, uma vez que este é o responsável por tornar evidente o conhecimento relacionado aos aspectos intrínsecos à PI. Isso se dá devido à sociocognição inerente aos profissionais indexadores. Acerca dos atores participantes do processo de elaboração de uma PI, destaca-se a importância do profissional indexador, uma vez que este é o responsável por tornar evidente o conhecimento relacionado aos aspectos intrínsecos à PI. Isso se dá devido à sociocognição inerente aos profissionais indexadores. A característica sociocognitiva do profissional que atua na indexação é essencial ao referido processo, pois o indexador atua como principal componente na geração do conhecimento da organização informacional (FUJITA, 2016). A perspectiva sociocognitiva se faz essencial na indexação pois perpassa pelo contexto da sociocognição que, por sua vez, possibilita a compreensão dos autores e processos desenvolvidos ao indexar visando ao tratamento adequado da informação. “A abordagem sociocognitiva, portanto, tem como foco o sujeito que realiza uma determinada atividade e sua cognição em relação ao seu contexto de produção”. (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009b, p. 4).

Santos, Martins, Araújo, Lima, Feitosa, Peixoto e Maia (2016) relatam, com base em sua experiência profissional em uma UI, que a consideração das especificidades da unidade informacional em que atuavam na ocasião e o atendimento e escuta ativa dos usuários foram fatores fundamentais para a determinação das diretrizes formadoras da PI desta instituição.

Gomes (2019, p. 94) destaca que “a política de indexação é considerada um elemento norteador da indexação, que auxilia os profissionais indexadores na tomada das decisões sensíveis ao tratamento temático da informação”. Estes elementos (vide seção 2.3.2) se constituem por meio de princípios e critérios.

Carneiro (1985) denota que a PI objetiva estabelecer princípios e critérios que serão utilizados como guia para a orientação da indexação. Estes princípios e critérios (vide seção 2.3.2) devem ser empregados na tomada de decisões que culminará na otimização do serviço,

tornando os processos racionais e consistentes. Para tal, deve-se considerar o grande quantitativo de variáveis existentes nas relações indexadoras.

Baptista, Araújo Júnior e Carlan (2010, p. 68) salientam que o processo decisório “quanto ao projeto e implementação de formas diferentes de se organizar a informação com vistas à sua ágil recuperação requer o estabelecimento de políticas e estratégias por parte de gestores e profissionais.” Tal afirmação reforça a importância da elaboração e aplicação de um PI em UI.

Oliveira, Cunha e Vieira (2018) definem a PI enquanto um elemento utilizado para padronização das ações pertinentes à indexação de um documento. Enfatizam, ainda, que pode ser compreendida como “o conjunto de parâmetros que guiará a unidade de informação e refletirá o processo decisório desta em torno da representação temática da informação.” (OLIVEIRA; CUNHA; VIEIRA, 2018, p. 9). Pela perspectiva das autoras, insere-se, também, como um manual responsável por orientar a escolha dos termos descritores representativos de um documento. Além disso, possui papel estratégico enquanto decisão gerencial.

Carneiro (1985) corrobora que é necessário conhecer os objetivos e atividades da organização em que a UI se insere ao elaborar sua PI, pois, a depender do tipo de organização, o tipo de indexação, assim como os níveis de exaustividade e especificidade poderão variar. Torna-se evidente, ainda, que as especificidades do usuário e os recursos (humanos, materiais e financeiros) disponíveis também são elementos relevantes ao se estabelecer uma PI.

Em relação aos aspectos necessários para o correto gerenciamento de uma biblioteca, evidencia-se a necessidade de conhecimento dos usuários para o oferecimento de um atendimento eficiente para o mesmo. Lancaster (2004) ressalta que o bibliotecário deve inteirar-se das demandas da comunidade de usuários que sua UI atende. Para tal, infere que mesmo os profissionais responsáveis pelo tratamento técnico do objeto informacional, tais como os indexadores, devem buscar desempenhar atividades de atendimento direto ao usuário, visto que desta forma poderá compreender melhor suas necessidades.

A PI, conforme explicitado por Rubi e Fujita (2003), tem função de nortear os princípios e critérios que guiarão a tomada de decisões otimizadoras e racionalizadoras do processo indexador. Este norteamento cumpre a função de amparar o profissional indexador nos processos inerentes à indexação.

Dentre diversos métodos e ferramentas para que se atinja um atendimento eficiente aos usuários, inclui-se a elaboração de uma PI como ferramenta essencial para melhor atendimento das necessidades identificadas. Corroborando com tais afirmações:

a adoção de uma política de indexação torna-se imprescindível, pois ela será norteadora de princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço e racionalização dos processos. Pode-se dizer então, que a política de indexação é uma decisão administrativa indispensável a um sistema de recuperação de informação pois, somente depois de seu estabelecimento, é que o sistema em questão poderá definir suas características principais (RUBI; FUJITA, 2003, p. 67).

Sob a perspectiva de Guimarães (2004), a PI se estrutura enquanto uma decisão gerencial. Para o autor, a PI direciona as atividades de um Sistema de Recuperação da Informação (SRI) em relação tanto às atividades gerenciais quanto às organizacionais. Denota que a PI apresenta três variáveis em seu processo estabelecendo “o objetivo do SRI, o perfil da clientela e o modelo de indexação desejado que, por sua vez, depende da infraestrutura.” (GUIMARÃES, 2004, p. 47).

Dessa maneira, uma política de indexação objetiva:

orientar o profissional indexador na tomada de decisão durante suas atividades e é apontada como uma das diretrizes administrativas existentes da instituição. É considerada um elemento norteador do profissional durante a indexação, pois auxilia em sua atividade e a torna mais coerente e objetiva. Desta forma a política de indexação deverá ser feita de maneira objetiva e estar ao alcance de todos, visando quantificar/limitar os termos e definir quais e que tipo de vocabulários controlados serão utilizados (GOMES, 2019, p. 39).

Diante do verificado, torna-se evidente que o estudo de usuários é essencial ao se realizar a elaboração de uma PI. Fujita e Santos (2016, p. 60) demonstram que a PI, além de levar em consideração a cultura organizacional da instituição, deve preocupar-se em compreender o “contexto sociocultural em que se inserem os sistemas de recuperação da informação e a comunidade usuária”. O estudo acerca dos usuários possibilita, assim:

definir a abrangência temática do sistema (assuntos centrais e periféricos), estabelecer o núcleo do vocabulário de recuperação (aspectos de grande valor em sistemas de indexação automática), o nível de profundidade e abrangência de tratamento e de recuperação e o perfil do produto documentário (índice, resumo, etc.) final. (GUIMARÃES, 2004, p. 48).

Acerca da implementação da política de indexação, Guimarães (2004) dispõe que é imprescindível que esta possua dois aspectos inerentes. Estes equivalem à interdependência dos elementos que a constituem e à avaliação constante. Ambos os aspectos são necessários devido ao fato da constante mudança de diversos fatores que vão desde a alteração dos interesses da UI, a modificação dos perfis dos usuários até a recolocação das linguagens documentárias.

Em relação às mudanças nos interesses relativos à UI e aos usuários, Nunes (2004, p. 58) denota que “a política de indexação necessariamente será atualizada conforme se alterem as condições institucionais e conforme evolua o conhecimento humano, processo que afeta a

linguagem natural e, por decorrência, as linguagens documentárias”. Estas alterações evidenciam que a formalização da PI enquanto documento não interfere em sua atualização, que deve ser realizada constantemente, denotando que esta é um “instrumento dinâmico, em permanente atualização (NUNES, 2004, p. 58)”. As atualizações promovidas devem, da mesma forma, ser formalizadas.

A PI deve preocupar-se com a concepção pela qual a escolha dos termos descritores variantes dos conceitos utilizados para a indexação será realizada. Podem-se adotar, basicamente, três tipos de concepções (FUJITA, 2003). A primeira delas é a concepção simplista, na qual os assuntos são tidos como entidades objetivas absolutas derivando de uma análise estatística da terminologia encontrada no próprio documento. A segunda é a concepção orientada para o conteúdo que se utiliza da concepção interpretativa por meio de abstração do conteúdo documental não envolvendo, necessariamente, a terminologia presente no documento. A terceira consiste na concepção orientada pela demanda, em que ocorre a adequação dos termos com vistas às demandas do usuário que irá recuperar a informação.

Fujita (2003) evidencia que a análise de assunto, atividade inerente ao processo de indexação, trata-se de um processo de grande complexidade, pois envolve a influência direta do indexador, ou seja, a subjetividade. O estabelecimento de uma PI contribui para que tal subjetividade não interfira na correta delimitação dos termos descritores úteis à representação por parte do profissional indexador e da recuperação do documento por parte do usuário. Quanto a isto, evidencia-se que:

a seleção do assunto ou informação relevante sofre a influência da política de indexação do sistema de informação ao qual se insere o indexador. A instituição decidirá se o tema extraído do documento será o mais específico, ou se considerará um nível mais genérico, baseando-se no perfil do usuário que estabeleceu atender. (FUJITA, 2003, p. 69).

Faz-se necessário evidenciar, ainda, o que é o conceito e o que é o termo na perspectiva da indexação. O conceito engloba o conteúdo temático de um documento e, após sua identificação por meio da análise do indexador, pode ser selecionado para representar a constituição temática de um documento. Já o termo de indexação se expressa na representação vocabular que constitui um ponto de acesso (MENDES; SIMÕES, 2002).

Mendes e Simões (2002) esclarecem que é necessário fazer-se a aceção de termo e conceito, mantendo como referencial, durante todo o processo indexador, a distinção entre ambos, especialmente durante a AI, em que os conceitos são identificados para posterior definição dos termos.

Segundo Mendes e Simões (2002), a análise documental que resulta na definição do conceito precede a escolha dos termos de indexação. Os conceitos são concebidos, em decorrência da análise documental, em linguagem natural, enquanto os termos de indexação podem ser concebidos embasados em linguagens de indexação com controle e rigor semântico. Acerca da distinção entre ambos, afirma-se que “conceito, também designado por ideia e noção, constitui uma representação intelectual de um objecto; termo é a sua representação formal, o seu suporte visível [...]” (MENDES; SIMÕES, 2002, p. 23).

A representação dos termos de indexação deve ser precisa e evitar ambiguidades. Sua escolha deve traduzir o(s) conceito(s) deliberados anteriormente visando à unicidade e especificação. Os conceitos elencados podem coincidir com os termos indexadores (MENDES; SIMÕES, 2002). Estes termos devem responder às seguintes indagações do indexador: “1. De que trata? 2. Por que foi incorporado ao nosso acervo? 3. Quais de seus aspectos serão de interesse para nossos usuários?” (LANCASTER, 2004, p. 9).

Dadas tais definições, urge salientar que a política de indexação se torna cada vez mais imprescindível para as UI. A PI influencia, diretamente “a otimização de serviços, a racionalização de processos e a consistência das operações de tratamento e organização de conteúdos informacionais [...]” (GUIMARÃES, 2004, p. 46). Especialmente ao se considerar a dinâmica indexadora via termo e conceito inerente ao processo de organização da informação essencial às UI.

Guimarães (2004) evidencia, ainda, que se faz necessário o monitoramento rigoroso e seleção dos conteúdos de forma profunda para possibilitar a construção de novos conhecimentos por meio de fontes responsáveis e autorizadas. Este monitoramento e esta seleção se dão mediadas pela elaboração de uma PI que atenda, por meio de seus elementos, às necessidades do usuário considerando os princípios da instituição em que se insere. Para compreensão de tais elementos, os mesmos seguem elencados na subseção 2.3.2.

Para sintetizar o disposto acerca dos aspectos conceituais da PI, utiliza-se a Figura 3<sup>3</sup> para elucidação.

---

<sup>3</sup> A elaboração da figura foi feita por meio de uma Nuvem de *Tags*. Este recurso possibilita a visualização dos principais termos de determinado texto. A execução do mesmo foi feita por meio do site WordArt, que pode ser acessado por meio do endereço eletrônico: <https://wordart.com>. Para a escolha dos termos, foram desconsiderados os nomes dos autores citados e palavras como “de, para, no” dentre outras que não acrescentariam ao conteúdo relacionado.



	Adequação do nível intelectual e técnico dos documentos ao nível do usuário
	Domínio da língua por parte do usuário
	Determinação de prioridades para adequação aos recursos financeiros
O processo de indexação	Exaustividade
	Especificidade
	Linguagem de indexação
	Revocação
	Precisão
Estratégia de busca	Busca delegada/não delegada
	Produto da busca selecionado ou da forma como o sistema oferece
	Busca de acordo com o informado pelo usuário ou tentativa até que haja recuperação
Tempo de resposta do sistema	Sistema de alerta corrente
	Sistema de busca retrospectiva
	De acordo com as exigências de revocação e precisão
Forma de saída	Formato de recuperação dos resultados da busca — números de acesso referente aos documentos, referências bibliográficas, resumos ou texto completo dos documentos —
Avaliação do sistema	Determina a satisfação das necessidades dos usuários
	Identificação e possibilidade de correção das falhas
	Observação direta
	Utilização de registros simples
	Procedimentos planejados — estabelecimento do alcance e propósito do programa, planejamento da avaliação, análise e interpretação dos resultados, modificações no sistema para melhoria do desempenho —

Fonte: Adaptado de Carneiro (1985).

Torna-se imprescindível a elaboração de um documento escrito que valide a definição de cada um dos elementos elencados no Quadro 1, constituindo, assim, a política de indexação da unidade de informação (CARNEIRO, 1985).

Em relação aos processos elencados, a cobertura de assuntos deve ser compreendida como o planejamento de um sistema de recuperação baseado no estudo das necessidades do usuário. Este estudo permitirá ao profissional responsável pela elaboração do sistema a identificação dos assuntos que deverão ser atendidos pelo mesmo, definindo, ainda, quais os temas prioritários e quais os temas secundários de acordo com os interesses dos usuários (CARNEIRO, 1985).

Sobre a seleção e aquisição dos documentos-fonte, Carneiro (1985) explicita que, novamente, é imprescindível levar em consideração as necessidades e interesses dos usuários. Para tal, é necessário atentar-se à extensão da cobertura do sistema em relação às áreas de assunto dos interesses identificados e à qualidade dos documentos pertinentes a tais áreas que serão adicionados ao sistema. Evidencia-se que a identificação das áreas de interesse se dá por

meio da aplicação de questionários ou entrevistas realizadas com uma amostra da população de usuários acerca de suas preferências em relação aos materiais; por meio de exame das fontes mencionadas pelos usuários em trabalhos de sua autoria; realizando a separação de uma amostra de artigos científicos inerentes ao campo de assunto e levantando as citações contidas nos mesmos; e por meio da determinação das fontes mais utilizadas por usuários de outros sistemas com a mesma cobertura temática.

Carneiro (1985) discorre sobre a importância de adequar-se o nível intelectual e técnico dos documentos para um nível compreensível por parte dos usuários ao se pensar na seleção e aquisição dos documentos-fonte. Deixa evidente a importância de os usuários obterem o domínio da língua em que os documentos são produzidos e aponta acerca das limitações relacionadas aos recursos financeiros da UI, o que torna importante a priorização de alguns objetos informacionais em detrimento de outros.

A indexação requer coerência e qualidade para sua execução. A coerência no contexto da indexação está ligada “à extensão com que há concordância quanto aos termos a serem usados para indexar o documento.” (LANCASTER, 2004, p. 68). Acerca da coerência, deve-se especificar a coerência interindexadores, em que os indexadores concordam entre si acerca da atribuição de termos da indexação e a coerência intra-indexador, que é a concordância da atribuição de termos por parte do próprio indexador ao rever sua própria indexação após determinado tempo (LANCASTER, 2004). A concordância, ou falta dela, entre mais de um indexador ou entre o próprio pode ocorrer devido a diversos fatores. Perpassa-se sobre a quantidade de termos até a diferença de interpretações no momento da análise de assunto e na tradução dos termos, o que pode ser influenciado positivamente pela utilização de um vocabulário controlado.

A qualidade da indexação define-se, objetivamente, enquanto “como a indexação permite que se recuperem itens de uma base de dados durante buscas para as quais sejam respostas úteis.” (LANCASTER, 2004, p. 83). Diversos fatores influenciam na qualidade da indexação, evidenciando-se, principalmente, aqueles que influem diretamente no processo de busca, que é responsável pela recuperação da informação por parte do usuário. Nota-se que a relação entre especificidade e exaustividade, e conseqüentemente entre revocação e precisão, é fundamental para que se obtenha uma indexação de qualidade. É importante evidenciar, ainda, a relevância da necessidade do conhecimento temático por parte do indexador, não necessariamente significando que este deva ser um especialista, mas tendo a capacidade de compreensão do assunto do documento.

Em relação ao elemento da PI denominado como estratégia de busca, Carneiro (1985) ressalta que é importante definir se ela será delegada ou não. Uma busca delegada é realizada pelo profissional atuante na UI; o usuário, por sua vez, transfere esta função para o especialista em informação. Já a busca não delegada possui como característica a busca direta por parte do usuário, que acessa a base de dados para realizar a consulta sem a interferência de um profissional especialista em informação. Quando a UI opta por um sistema de busca delegada há, ainda, a necessidade de escolha a respeito do profissional que ficará responsável por realizá-la. A busca delegada pode ser feita pelo próprio profissional indexador, ou pode haver uma equipe especializada responsável somente pela execução deste processo.

Carneiro (1985) demonstra, ainda, em relação à busca delegada, que a PI deve prever acerca dos resultados recuperados, que poderão ser selecionados pelo profissional ou entregues exatamente conforme o obtido pelo sistema. Há de se verificar também, em relação ao esforço despendido para a pesquisa de acordo com a necessidade do usuário. Isso significa ponderar se o assunto será buscado exatamente conforme o informado pelo solicitante ou se o profissional responsável pela busca irá perscrutar a temática até que encontre resultados favoráveis.

Outro elemento pertinente à PI é o tempo de resposta de um sistema de recuperação, que consiste na relação de tempo entre a recepção de um pedido informacional e a resposta satisfatória de tal solicitação para os usuários que a realizam (CARNEIRO, 1985). Em um sistema que proporciona alertas correntes, as informações devem estar atualizadas o tanto quanto possível. Enquanto em um sistema de busca retrospectiva, prioriza-se a exaustividade dos resultados obtidos, não sendo o tempo de resposta o fator mais determinante.

Em relação ao tempo de resposta, Carneiro (1985) denota que este será variável de acordo com as especificidades de revocação e precisão. Verifica-se que o usuário que possui a necessidade de uma pesquisa com maior revocação está disposto a aceitar maior demora para o recebimento das informações buscadas. Já o usuário que prioriza a precisão, demanda maior agilidade no recebimento do retorno de sua busca.

Ainda relacionando às especificidades da busca por parte do usuário, Carneiro (1985) disserta sobre o formato em que os resultados de uma pesquisa são apresentados no momento da pesquisa. Segundo a autora, o formato influencia diretamente na receptividade do usuário em relação à precisão dos resultados. Os formatos recuperados por um sistema de recuperação consistem em: “números de acesso referentes aos documentos, referências bibliográficas, resumos, ou o texto completo dos documentos.” (CARNEIRO, 1985, p. 237).

Outro elemento essencial para a constituição de uma PI é a avaliação do sistema, que permite identificar se a satisfação das necessidades dos usuários está sendo atendida e se estão

ocorrendo falhas neste processo, abrindo a oportunidade de correção das mesmas caso existam (CARNEIRO, 1985). A avaliação dos sistemas pode ocorrer por meio de observação direta ou utilizando registros simples, tais como o tempo que um usuário gasta em um terminal de atendimento.

A avaliação do sistema, conforme corroborado por Santos *et al* (2016), deve ser realizada com periodicidade e de forma criteriosa, prezando pela verificação da qualidade. Faz-se necessário aferir, ainda, se a forma como os termos estão sendo disponibilizados está atendendo às demandas dos usuários.

Já para a verificação de aspectos como a cobertura, revocação e precisão, faz-se necessário a utilização de procedimentos planejados. Este planejamento deve decidir exatamente o que será avaliado, executar o planejamento da avaliação, realizar a análise e interpretação dos resultados e, com base nisso, promover modificações no sistema visando melhor desempenho deste. Aponta-se, ainda, que as mudanças realizadas em um sistema devem ser pensadas e aplicadas a todos os elementos constituintes do mesmo, uma vez que todos se interligam (CARNEIRO, 1985).

Sob a perspectiva de Gomes (2019), há três formas de se realizar a indexação de documentos. Estas formas são elucidadas por meio do Quadro 2:

**Quadro 2** – Formas de indexação do documento

Indexação centrada no documento	Foco no documento, não havendo interferência do contexto ou da necessidade do usuário.
Indexação centrada no usuário	Foco no usuário, no qual há seleção dos conceitos apropriados ao contexto e necessidade do usuário.
Indexação centrada no domínio	Baseado no conhecimento da organização, gerenciando elementos como: análise do domínio, necessidade do usuário, papel do indexador e análise do documento.

Fonte: Adaptado de Gomes (2019).

As formas de indexação do documento evidenciadas por Gomes (2019) possibilitam a definição de aspectos inerentes ao processo indexador. Em relação a este, é possível elencar uma série de elementos inerentes à sua execução. Para melhor elucidação, estes elementos são demonstrados com base em uma adaptação da separação proposta por Oliveira (2022) para distinguir os eixos aplicados existentes no processo de indexação. Tais elementos apresentam-se por meio das alíneas: a) Nível de exaustividade; b) Nível de especificidade; c) Recuperação da informação; d) Tradução; e) Linguagem documentária; f) Forma de indexação; g) Nível de

colaboração; h) Nível de combinação dos termos e i) Considerações acerca dos elementos da PI.

### **a) Nível de exaustividade**

Lancaster (2004) demonstra que a exaustividade da indexação se relaciona com a quantidade de termos atribuídos em média para sua representação e recuperação. O nível de exaustividade da indexação determina a seleção dos assuntos de um documento de maneira a atender às necessidades representativas de uma UI, podendo ser mais abrangente, considerando a inclusão da totalidade de assuntos de um objeto informacional, ou mais seletora, incluindo apenas os conteúdos principais.

Ao definir a exaustividade da indexação, o que consiste em uma decisão administrativa da biblioteca, a PI deve levar em consideração as possibilidades e finalidades da UI. Evidencia-se, por exemplo, que:

as bibliotecas gerais costumam indexar só pelos assuntos globais, reconhecendo só os temas dominantes [...] [enquanto,] as bibliotecas especializadas procuram indexar mais detalhadamente, indexando todos os assuntos que sabem ter interesse para seus usuários [...] (PIEIDADE, 1983, p. 11-12).

A maior abrangência de termos e a sua forma mais seletora se exprime enquanto nível de exaustividade da indexação de forma exaustiva ou seletiva. Quando realizada de maneira exaustiva, a indexação promove a seleção do número de termos suficientes para a contemplação de todo o conteúdo temático do documento indexado. Já quando realizada de forma seletiva, a quantidade de termos empregada é bem menor, uma vez que busca abranger somente o conteúdo principal do documento (LANCASTER, 2004).

Corroborando com Lancaster (2004), Frizon e Baptista (2015, p. 176) denotam que: “de acordo com o princípio da exaustividade, deve-se extrair do documento o maior número possível de termos representativos de seu conteúdo”. Tal afirmação corrobora com o sintetizado por Nunes (2004, p. 59) acerca da exaustividade na indexação; segundo ele, “refere-se à quantidade de pontos de acesso que o bibliotecário [(a)] deve atribuir para cada documento indexado”.

A exaustividade, conforme elucidado, relaciona-se à questão quantitativa. Evangelista (2016) elenca a percepção de diversos autores que corroboram tal afirmação. Segundo a autora, a exaustividade se preocupa em demonstrar os assuntos inerentes ao documento tratado. Torna evidente, ainda, que quanto mais exaustivo o apontamento de termos, maior será a

probabilidade de recuperação do documento. A autora perpassa, também, pela noção de que a exaustividade é uma decisão administrativa, devendo ser pensada de forma a especificar o conteúdo geral e perpassar pelos conteúdos específicos de um objeto informacional.

### **b) Nível de especificidade**

O nível de especificidade da indexação se propõe a selecionar os assuntos de um documento de maneira específica para que haja sua representação no processo indexador. A especificidade, conforme explanado por Lancaster (2004), é um princípio que denota a indexação de um termo no nível mais específico que o represente. Um exemplo clássico que elucida este princípio é que caso haja “um artigo que trate do cultivo de laranjas, será indexado sob LARANJAS e não sob FRUTAS CÍTRICAS ou FRUTAS.” (LANCASTER, 2004, p. 34). A escolha de termos mais específicos possibilita o direcionamento dos resultados de maneira mais assertiva.

Frizon e Baptista (2015, p. 176) tornam evidente que “a especificidade considera a univocidade dos conceitos, o que irá de fato particularizar um documento em relação aos demais, ainda que referentes a uma mesma área do conhecimento, ou a temática idêntica”. Tal afirmação corrobora com o explicitado por Lancaster (2004).

Nunes (2004, p. 59-60) externa que a especificidade pode ser definida no contexto da indexação, enquanto: “uma regra clássica da catalogação de assuntos [...] manda o bibliotecário indexar o conceito selecionado sempre sob o descritor ou cabeçalho de assunto mais específico disponível na linguagem de indexação adotada.”

Inserindo-se em uma dimensão qualitativa, Evangelista (2016) explana acerca da especificidade que, segundo a autora, “diz respeito ao nível de pormenor com que os assuntos de um documento são tratados, traduzindo, deste modo, a especificidade que o autor lhe dotou.” (EVANGELISTA, 2016, p. 46). A decisão em relação à especificidade dos termos elencados deve prever o atendimento das necessidades da UI e a relevância dos documentos que serão recuperados por seus usuários.

### **c) Recuperação da informação**

Piedade (1983) destaca que os princípios de exaustividade e especificidade direcionam a revocação e a precisão de um Sistema de Recuperação de Informação (SRI). A revocação “é

a relação entre os documentos relevantes recuperados e o número total de documentos relevantes sabidamente existentes na coleção” (PIEDADE, 1983, p. 11).

A precisão, por sua vez, consiste na “relação entre os documentos relevantes recuperados e o número total de documentos recuperados” (PIEDADE, 1983, p. 11). As fórmulas para obtenção dos coeficientes descritos podem ser identificadas na Figura 4 a seguir:

**Figura 4** – Fórmulas para obtenção dos coeficientes de revocação e precisão

Revocação	Precisão
$\frac{100 \times R}{C}$	$\frac{100 \times R}{L}$

Fonte: Adaptado de Piedade (1983).

Nunes (2004) reitera, acerca dos processos responsáveis pela recuperação da informação em um SRI, que:

a revocação mede a quantidade de documentos relevantes recuperados em uma busca (que inclui documentos irrelevantes, indicando, portanto, uma proporção). [...] a precisão designa a capacidade que o sistema tem de evitar a recuperação de documentos irrelevantes (NUNES, 2004, p. 60).

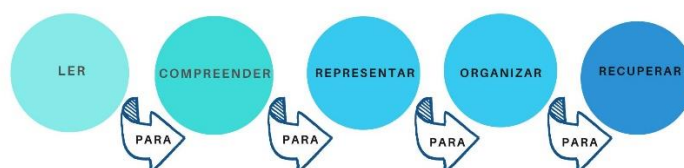
Ainda acerca da revocação, Evangelista (2016) enfatiza que esta designa os termos recuperados que são úteis à demanda da pesquisa realizada. Enquanto que a precisão, segundo a autora, garante a recuperação de documentos pertinentes ao que está sendo pesquisado. A revocação e a precisão se relacionam diretamente com a exaustividade e a especificidade, uma vez que a definição destes princípios irá definir as relações de revocação e precisão no processo de busca.

#### **d) Tradução**

A tradução dos conceitos se dá após a análise de assunto de um documento. Esta etapa da indexação é a responsável por determinar quais termos serão indexados para a representação do objeto informacional. Para tal, deve-se considerar a importância da prática de leitura por parte do profissional indexador, já que esta prática possibilita a identificação do conteúdo de

um documento. Conforme demonstrado por Frizon e Baptista (2015), a prática de leitura aplicada ao processo de tradução da indexação passa pelas seguintes etapas demonstradas na Figura 5:

**Figura 5** – Etapas da prática de leitura



Fonte: Adaptado de Frizon e Baptista (2015).

A leitura praticada na análise de assunto é realizada de forma técnica e é por meio desta análise que “se torna possível a identificação/extração de conceitos, e sua tradução em palavras que representem o assunto de forma condensada, e ao mesmo tempo, precisa.” (FRIZON; BAPTISTA, 2015, p. 169).

Lancaster (2004) evidencia que a identificação do conteúdo, em sua etapa de tradução, pode ser feita por meio de extração — também denominada de indexação derivada — ou por atribuição. Quando ocorre por meio de extração, ocorre a retirada de palavras ou expressões do próprio documento para proporcionar a representação do conteúdo. Quando ocorre por atribuição, os termos empregados para representar o conteúdo partem de uma fonte que não é o próprio documento, o que envolve uma análise mais subjetiva por parte do indexador ao realizar a interpretação do tema. A indexação por atribuição se utiliza, geralmente, de vocabulários controlados.

Em relação à tradução, deve-se observar em que fontes os vocabulários serão extraídos, o grau de precisão a ser utilizado pelo indexador na definição dos conceitos, o peso dos conceitos atribuídos (a fim de definir qual o mais geral e o mais específico, identificando qual o mais importante), a fidelidade dos termos em relação ao conceito identificado e a linguagem do usuário para que os termos definidos possam ser recuperados (PINTO, 2001).

O processo de tradução deve, ainda, ser adequado às linguagens documentárias que fornecerão os termos adequados. As linguagens documentárias que amparam o processo de tradução são compostas por vocabulários controlados, tais como os tesouros (PINTO, 2001).

#### **e) Linguagem documentária**

A indexação pode ser pautada em linguagem natural ou em linguagem documentária. Em linguagem natural - gestual, oral e escrita (FRIZON; BAPTISTA, 2015) -, também denominada como indexação livre, utiliza-se o próprio vocabulário do documento, abstendo-se da utilização de linguagem documentária. Já na linguagem documentária, padroniza-se a representação dos assuntos evitando problemas decorrentes de ambiguidades causadas por sinonímias<sup>4</sup> e homonímias<sup>5</sup> (CAFÉ; SALES, 2010).

Frizon e Baptista (2015, p. 164) denotam que as linguagens documentárias são: “linguagens controladas e normalizadas que são usadas nos processos de indexação de documentos e na recuperação da informação”. Verifica-se, ainda, que estas linguagens se embasam em critérios de racionalidade, objetividade e univocidade, possibilitando a expressão de um documento de forma consistente, coerente, confiável e atual.

Tendo como princípio a representação de documentos, as linguagens documentárias funcionam como “mediação entre a informação, em sua expressão original, e o usuário, em sua busca por dados, informações e conteúdos específicos de sua área de interesse.” (FRIZON; BAPTISTA, 2015, p. 166).

As linguagens documentárias, de acordo com Maimone (2020), visam, ainda, anular problemas relacionados à polissemia, redundância e ambiguidade, viabilizando, assim, a recuperação de maneira padronizada.

Acerca da linguagem utilizada para descrição dos assuntos dos documentos, Piedade (1983, p. 9) explicita que: “a linguagem empregada para descrever os assuntos dos documentos é chamada linguagem de indexação, linguagem documentária, linguagem de informação ou linguagem descritora”, demonstrando que é encontrada na literatura da área por diversas nomenclaturas.

Há diversas terminologias existentes para designar as linguagens utilizadas para a tradução no momento da indexação - linguagens de indexação, linguagens documentárias,

---

<sup>4</sup> Relação semântica entre duas ou mais palavras com o mesmo significado (SINONÍMIA, 2022, s.p.).

<sup>5</sup> Relação entre palavras que têm sentidos e origens diferentes, mas que se escrevem e pronunciam da mesma maneira (HOMONÍMIAS, 2022, s.p.).

vocabulário controlado, dentre outras -; opta-se, nesta pesquisa, pela utilização do termo linguagens documentárias, que conforme o concebido abarca sua função de maneira mais inteligível.

Em relação às linguagens documentárias, também identificadas na literatura como linguagens de indexação, verifica-se que:

estão sempre em processo de construção. Para isso, é importante abordar a interoperabilidade entre as linguagens de indexação. A interoperabilidade semântica está relacionada à capacidade do sistema de construção de linguagens de indexação que utiliza a fusão com outros vocabulários controlados existentes (FUJITA, 2018, p. 111).

Piedade (1983) demonstra que há duas formas de se realizar a indexação de um documento. A primeira consiste na indexação por palavra, que dispõe da linguagem natural utilizada pelo autor em sua obra. Já a segunda é a indexação por conceito, que necessita de uma análise prévia e se utiliza de linguagem controlada.

Evangelista (2016, p. 36) enfatiza que “[os] instrumentos usados para a representação e recuperação da informação são denominados linguagens de indexação”. Denota, ainda, que é por meio desses instrumentos que a tradução da linguagem natural utilizada pelo autor no documento é traduzida para uma linguagem artificial distinta da outra.

Lancaster (2004, p. 19) ressalta que um vocabulário controlado é:

essencialmente uma lista de termos autorizados [...] é mais do que uma mera lista. Inclui, em geral, uma forma de estrutura semântica. Essa estrutura destina-se, especialmente, a:

1. controlar sinônimos, optando por uma forma padronizada, com remissivas de todas as outras;
2. diferenciar homógrafos. [...]; e
3. reunir ou ligar termos cujos significados apresentem uma relação mais estreita entre si. Dois tipos de relações são identificados explicitamente: as hierárquicas e as não-hierárquicas (ou associativas) [...].

Existem três principais tipos de vocabulários controlados, sendo eles: “esquemas de classificação bibliográfica [como a CDD], listas de cabeçalhos de assuntos e tesouros.” (LANCASTER, 2004, p. 19). Ambas promovem a apresentação dos termos alfabética e sistematicamente, realizam o controle sinonímico, promovem a distinção de termos homógrafos e realizam o agrupamento de termos relacionados.

Piedade (1983, p. 13) evidencia que “tesouros, listas de cabeçalhos de assuntos e sistemas de classificação” são exemplos de linguagens de indexação. Estas linguagens, segundo a autora, possuem vocabulário e sintaxe. O vocabulário pode ser compreendido como descritores (palavras ou símbolos) utilizados para representar determinado item informacional

no momento da indexação. Já a sintaxe, associa-se com a relação entre os descritores e a ordem de sua representação.

Dentre as tipologias pertinentes às linguagens de documentação, evidencia-se o tesouro. O tesouro consiste em instrumento importante para a representação informacional que visa realizar o controle terminológico do processo de indexação. Insere-se, ainda, como uma ferramenta interoperável que se relaciona com outros vocabulários (FUJITA, 2018).

Conforme explicitado por Maimone (2020, p. 424):

o tesouro, tipo específico de linguagem controlada, é estruturado a partir de definições de termos preferidos e não preferidos, ordens hierárquicas entre conceitos e associações possíveis; um conceito para apenas um termo e um termo para apenas um conceito.

O tesouro, segundo Chaumier (1988), consiste em uma linguagem controlada que se utiliza de palavras ou expressões definidas como descritores e que possibilitem sua combinação no momento da realização da indexação para representar noções complexas. Antes de mais nada, o tesouro se estabelece enquanto uma lista de termos normalizados que busca determinar termos adequados que promovam a extinção de sinônimos e polissemia. O tesouro busca, ainda, introduzir relações semânticas entre os termos e estabelecer relações de equivalência, hierarquia e associação.

Dentre as relações estabelecidas no tesouro, a relação de equivalência possibilita que o termo descritor seja remetido a outros termos que são considerados sinônimos ou quase sinônimos do mesmo. Na relação hierárquica, um termo fica relacionado a outro de modo geral ou particular. Já na relação de associação, dois termos podem ter conotações entre si (CHAUMIER, 1988).

#### **f) Forma de indexação**

Há duas maneiras de se realizar o processo de indexação. O primeiro consiste na indexação manual, que também é denominada intelectual ou humana. A maneira de se realizar a indexação pode ser: manual, também chamada de intelectual, feita por humanos; mecânica, realizada por ferramentas automatizadas; e uma junção das duas primeiras, em que se combina a atuação humana com a automatização mecânica, também denominada de semimecânica. Na indexação semimecânica, a atividade é executada pela máquina e posteriormente refinada pelo indexador humano.

Desta maneira, o processo indexador é realizado por profissionais qualificados e se baseia no julgamento dos mesmos, considerando o conteúdo do documento analisado e os interesses dos usuários atendidos. Nota-se que a indexação manual “comporta a leitura de documentos, a compreensão de seu conteúdo, a identificação e a seleção de conceitos para representar os elementos indicativos deste conteúdo.” (PINTO, 2001, p. 229).

A indexação manual, conforme expressado por Pinto (2001), possui alguns pontos problemáticos a depender da situação. Mesmo que o indexador possua grande poder na tomada de decisões, este processo possui alto custo, pois necessita de pessoal especializado e gasta muito tempo; há questões controversas em relação à coerência de diversos indexadores na identificação dos conceitos e escolha dos termos; há dificuldade na escolha de grande quantidade de conceitos, o que pode promover a perda de alguns conceitos importantes para a recuperação do documento. Além disso, há questões envolvendo a capacidade indexadora e o conhecimento acerca da temática por parte do profissional e referentes à atualização das linguagens documentárias.

A segunda maneira de se realizar o processo de indexação é a automática, que, por sua vez, é realizada pelo computador por meio de critérios previamente estabelecidos. Esta forma de realização do processo indexador possibilita a redução da subjetividade neste processo (OLIVEIRA, 2017).

A indexação automática, conforme explicitado por Frizon e Baptista (2015, p. 174), “foi desenvolvida em decorrência dos avanços tecnológicos que possibilitaram o surgimento de novas formas de representação da informação. A sua implementação leva em consideração a organização documental [...]”. Os autores ressaltam, ainda, que neste tipo de indexação é realizada uma varredura completa no texto do documento, na qual o software de indexação executa a identificação dos conceitos relevantes contidos nele.

Sob a perspectiva de Robredo (2005, p. 170), considera-se como indexação automática:

qualquer procedimento que permita identificar e selecionar os termos que representam o conteúdo dos documentos, sem a intervenção direta do indexador [...] um algoritmo, ou seja, um conjunto de operações elementares, organizadas logicamente [...] realiza, com certa medida, o trabalho do indexador no processo de escolha dos termos significativos.

Ainda relacionado ao evidenciado por Robredo (2005) acerca da indexação automática, nota-se que os descritores são extraídos dos elementos textuais que compõem o documento analisado. A automatização da indexação pode prever, ainda, a relação com um vocabulário controlado, como, por exemplo, o tesauro mencionado na alínea e), em que os termos elencados

são automaticamente convertidos para os termos autorizados a serem utilizados pela linguagem de indexação.

Conforme demonstrado por Silva e Fujita (2004), a indexação consiste na identificação e seleção dos termos indexadores que representam o objeto informacional sem que haja a participação de um profissional indexador, ou seja, por mediação de um programa de computador que, por sua vez, identifica e seleciona os termos que aparecem com maior frequência no documento.

Evangelista (2016) corrobora que a indexação automática pode ser feita de três formas diferentes. Na primeira forma, utilizam-se programas para avaliar a indexação intelectual realizada pelo profissional. Esta análise perpassa por sugestões de notas explicativas e termos relacionados. Na segunda forma, a análise e a extração de termos são feitas pelo sistema, mas necessita da validação de um profissional. Na terceira forma, assim como na segunda, a análise e extração do termo são de responsabilidade do programa; porém, neste caso, não ocorre a validação por parte do profissional, ou seja, o processo é, de fato, totalmente automático.

Um exemplo prático da realização da indexação de forma automática pode ser verificado na Figura 3 utilizada para elucidar o conteúdo temático da subseção 2.3.1. A denominada Nuvem de Tags realiza o elencamento dos principais termos utilizados ao decorrer da explanação da referida subseção. Por meio de critérios pré-definidos, conforme explanado anteriormente, identifica-se, quantitativamente, os principais termos inerentes ao texto selecionado.

A identificação dos termos também pode ser realizada de forma semiautomática, quando são identificados automaticamente por meio dos sistemas informatizados, porém prescindem da análise validadora de um profissional. E há, ainda, a definição que resulta do trabalho intelectual do indexador, que realiza a análise do documento e extrai, de forma subjetiva, os principais termos pertinentes ao mesmo (SILVA; FUJITA, 2004).

#### **g) Nível de colaboração**

A indexação, analisada em âmbito profissional, tradicionalmente é realizada pelo profissional bibliotecário. No entanto surgem, cada dia mais, novas aplicações nos mais diversos tipos de recursos informacionais, principalmente tratando-se de formatos digitais. Esta nova realidade proporciona aos usuários dos sistemas de recuperação da informação a possibilidade de realização da indexação colaborativa, na qual estes são os responsáveis pela atribuição dos termos descritores de um objeto informacional (LANCASTER, 2004).

Em âmbito tradicional, a representação de assuntos é realizada pelo profissional bibliotecário responsável pelo processo de indexação de uma unidade de informação (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Esta representação, quando realizada pelo profissional indexador, pode ocorrer das formas apresentadas na alínea f), sendo manual, automática ou semiautomática.

A indexação colaborativa, por sua vez, pode ser exemplificada em diversas ações comuns no contexto informacional. Evidencia-se “o autoarquivamento de um documento em um repositório digital, a publicação de um conteúdo web ou a submissão de artigos em portais de revistas.” (OLIVEIRA *et al.*, 2020, p. 143).

A atribuição de termos na indexação colaborativa se exprime por meio da indicação de palavras-chave por parte do usuário. A inclusão dessas palavras-chave pode ser convertida em termos descritores, quando em âmbito formal, e neste caso é guiada por diretrizes e normas (OLIVEIRA *et al.*, 2020). As palavras-chave, portanto, exprimem-se enquanto linguagem natural, e quando convertidas em termos descritores, utiliza-se das linguagens documentárias para sua tradução.

Santos (2016) ressalta que, em decorrência da globalização a produção e disseminação da informação em âmbito digital, propicia-se o surgimento de redes de interação e a construção de uma memória social. Os usuários destes ambientes, portanto, possuem participação ativa em sua construção e manutenção, o que culmina em uma organização informacional baseada na indexação colaborativa por meio da criação de tags (etiquetas) que assumem papel de descritores das linguagens destes usuários. A esta prática, denomina-se folksonomia<sup>6</sup>.

Mediante o levantamento de diversos autores, Santos (2016, p. 35) especifica acerca da folksonomia, que “em alguns momentos ela é considerada pelos autores como um fenômeno; um sistema; uma classificação; um vocabulário; um método ou até mesmo um resultado de um processo”. A folksonomia, portanto, assume papel representativo da indexação colaborativa por parte dos usuários de ambientes digitais.

#### **h) Nível de combinação dos termos**

Em relação às linguagens documentárias, elas se subdividem entre pré-coordenadas e pós-coordenadas. Na indexação, os termos devem ser coordenados, o que segundo Mendes e Simões (2002, p. 27) consiste em “uma operação lógica de dois ou mais conceitos de um mesmo

---

<sup>6</sup> Derivado do inglês *folksonomy* que é a junção de *folk* (povo) e *taxonomy* (taxonomia) (SANTOS, 2016).

documento, feita no momento da indexação [...] ou no momento da pesquisa”. À utilização de conceitos compostos (mais de um conceito simples combinados), denomina-se sistemas pré-coordenados. Já à utilização de conceitos simples ao indexar, denomina-se sistemas pós-coordenados (PIEDADE, 1983).

A decisão acerca da utilização de termos pré ou pós-coordenados deve ser tomada ao elaborar-se uma PI. Se a decisão tomada for a de adotar o método pós-coordenado, influencia na recuperação dos termos de forma avulsa, em que cada termo consiste em uma entrada passível de recuperação. Já no método pré-coordenado, a atribuição dos termos se dá de maneira conjunta, somente sendo possibilitada sua recuperação caso toda a entrada seja procurada (MENDES; SIMÕES, 2002).

Mendes e Simões (2002) evidenciam que os termos pré-coordenados derivam da escolha realizada anteriormente ao momento da pesquisa terminológica, durante o processo indexador. Os termos pré-coordenados expressam o assunto descrito de forma conjunta, formando uma chave única de pesquisa que somente é recuperada caso todos os termos que a formam sejam pesquisados.

Os termos pós-coordenados, por sua vez, são elencados após o processo da indexação propriamente dito, sua escolha acontece a partir de pesquisa. Seus termos são atribuídos de forma separada, possibilitando sua recuperação mesmo com a pesquisa de somente um dos elencados (MENDES; SIMÕES, 2002).

### **i) Considerações acerca dos elementos da PI**

Dado o exposto, nota-se que a verificação dos elementos na elaboração de uma PI é imprescindível para a tomada de decisões assertivas. Corroborando com isto, Gomes (2019, p. 95) evidencia que “a adoção de diretrizes para o processo de indexação pode não só apoiar o trabalho técnico-intelectual do profissional indexador, mas, sobretudo, possibilitar que o processo seja mais eficiente de ponta a ponta, isto é, da representação à recuperação”. A adoção das diretrizes norteadoras em uma PI impacta positivamente, desde que realizada de forma condizente, perpassando pelo profissional indexador e chegando ao usuário (NUNES, 2004).

Nunes (2004, p. 60) discorre que:

uma vez estabelecidos formalmente os elementos constitutivos da política de indexação, a biblioteca passa a dispor de um instrumento de gerenciamento técnico efetivo capaz de orientar com racionalidade e consistência as atividades de indexação. De todos seus benefícios advindos, o mais destacado é a economia do tempo do usuário [...].

Em relação aos elementos da PI, cabe destacar-se, principalmente, acerca dos níveis de exaustividade, especificidade, revocação e precisão. Conforme o exposto, os princípios de exaustividade e especificidade inerentes ao processo indexador garantem a coerência e a qualidade que devem prevalecer nesta atividade, segundo mencionado por Lancaster (2004).

Nota-se que a exaustividade e especificidade são as variáveis que mais interferem na escolha dos termos em um processo de indexação, sendo decisões imprescindíveis a serem definidas pela PI com base em aspectos relevantes tais como a especialização do acervo e as necessidades dos usuários (RUBI; FUJITA, 2003).

Para além das questões técnicas inerentes à definição da exaustividade e especificidade no processo de indexação, evidencia-se que:

é importante perceber que características como a exaustividade e a especificidade afetam diretamente a recuperação informacional, sendo consideradas não apenas de importância para o sistema, mas também como uma questão social, uma vez que um documento indexado em sua completude, de forma exaustiva, poderá ser recuperado pelo usuário por qualquer dos termos com ele relacionados, concorrendo para uma maior recuperação de um documento indexado a partir de todas as particularidades de seus assuntos. Quando o usuário buscar uma informação mais precisa, mais específica, poderá encontrá-la. (EVANGELISTA, 2016, p. 48).

Infer-se, então, que a opção da exaustividade e especificidade deve ser vista como uma escolha, além de técnica com definições voltadas às demandas da UI, também ética, uma vez que o usuário é o principal fator a ser considerado no momento da recuperação informacional. Esta decisão, portanto, deve ser prevista na PI, considerando-se tais aspectos.

A exaustividade se relaciona com a quantidade de conceitos utilizados no momento da indexação. Quanto maior a quantidade de termos utilizados para exprimir os conceitos diversos, maior a exaustividade da indexação. Já a especificidade diz respeito à exatidão na utilização da linguagem de indexação. Quanto mais específicos os termos utilizados na expressão conceitual, maior será a precisão (PIEDADE, 1983).

Nunes (2004, p. 60) afirma que a revocação e a precisão “comportam-se inversamente, condicionadas diretamente [...] [pela] exaustividade e a especificidade”. Evidencia-se que estas variáveis são as principais responsáveis pela eficiência e eficácia do SRI da unidade de informação, possibilitando a recuperação da informação demandada pelo usuário.

Considera-se, então, que quanto maior a exaustividade menor será a especificidade, por conseguinte, maior será a revocação e menor a precisão. Tendo em conta que a recíproca é verdadeira, quanto maior a especificidade, menor será a exaustividade, o que promoverá menor revocação e maior precisão.

Fujita e Santos (2016) assinalam que, em relação à definição da especificidade, exaustividade, revocação e precisão na indexação:

tem por objetivo equilibrar as respostas do sistema reduzindo os níveis de ruído, ou seja, a recuperação de registros que não são compatíveis com a questão proposta pelo usuário, e de silêncio, a não recuperação de registros pertinentes à questão de busca do usuário ainda que a coleção os contemple. (FUJITA; SANTOS, 2016, p. 63).

Chaumier (1988), frisa a importância da correta execução da indexação para evitar ruídos e silêncios na recuperação da informação no momento de uma pesquisa. Segundo ele, o ruído consiste em documentos que são recuperados no momento da busca, mas que não possuem pertinência à questão pesquisada. Já o silêncio equivale aos documentos existentes no acervo com conteúdo pertinente, porém não recuperados no momento da busca. Para que se evite o ruído e o silêncio, é imprescindível adequar a exaustividade, a especificidade, a revocação e a precisão na PI de forma prévia, considerando as necessidades dos usuários e da UI.

Em consonância com as dimensões de exaustividade, especificidade, revocação e precisão, o cerne estruturante da política de indexação precisa contemplar definições acerca da linguagem, da forma e do nível de coordenação. Estas definições são essenciais e igualmente importantes para a estruturação eficiente da PI.

Faz-se oportuno contextualizar as Unidades de Informação em que a PI se insere, para melhor compreender sua aplicação. Esta contextualização é abordada na subseção 2.3.3.

### **2.3.3 Política de indexação nas Unidades de Informação**

Uma política de indexação se insere, conforme explicitado na subseção 2.3.1 do presente trabalho, enquanto decisão administrativa que deve adequar sua filosofia e objetivos à organização em que se insere. Em relação à tipologia dessas organizações, faz-se necessário evidenciar as unidades de informação (UI) que consistem em unidades específicas cuja área de atuação permeia a informação, referindo-se a: “organizações que coletam, tratam, organizam e disponibilizam informações.” (SILVA; FERNANDES, 2017, p. 63).

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 370), definem unidade de informação enquanto:

entidade encarregada de adquirir, processar, armazenar e disseminar informações, com o objetivo de satisfazer as necessidades de informação dos usuários. Em muitos casos é sinônimo de biblioteca, centro, serviço e sistema de informação; agência de informação [...] centro de informação. 2. Entidade que faz uso de um sistema de informação [...] sistema de informação [...].

As unidades de informação, segundo a perspectiva de Macedo e Ortega (2019), caracterizam-se como instituições que produzem e oferecem serviços informacionais. Inserem-se, ainda, como parte essencial ao desenvolvimento da organização a que estão vinculadas, sendo consideradas enquanto recurso organizacional e possibilitando vantagem competitiva, ética e social por conta de seu cunho informacional.

Silva e Fernandes (2017, p. 63) denotam que as UI se referem a: “uma área de atuação dos profissionais de informação, abrangendo arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus, remetendo ao ambiente físico de trabalho dos profissionais dessa área”. As autoras evidenciam, ainda, que assim como os demais tipos de organização, a UI possui “missão, objetivos, serviços oferecidos, público-alvo, estratégia de reconhecimento do ambiente a ser servido [...]” (SILVA, FERNANDES, 2017, p. 55), o que deve estar em consonância com as características adotadas à PI da mesma.

As UI devem atender às necessidades da comunidade em que se inserem. Estas comunidades, segundo Café e Sales (2010), podem inserir-se em diferentes contextos, exemplificando-se por bibliotecas, museus, arquivos e etc. Corroborando com isso, verifica-se que “as bibliotecas, em suas várias modalidades (nacionais, públicas, acadêmicas, escolares, especializadas), põem à disposição de seus usuários as informações de que necessitam” (DIAS; NAVES, 2013, p. 2).

Tessitore (2003) identifica as UI como entidades de preservação documental. A autora especifica que estas entidades visam a possibilitar a recuperação informacional dos mais diversos tipos de documentos que, por sua vez, podem constituir-se por livros, artigos de revistas, prontuários médicos, cartas, cartazes, vídeos, legislações, objetos utilizados e etc. Esses documentos possuem função: “social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística e/ou histórica [...]” (TESSITORE, 2003, p. 11).

As tipologias de UI, segundo Tessitore (2003), podem ser relacionadas em arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus. Conforme explanado pela mesma, cada uma dessas tipologias de unidades de informação tem em comum o papel de guarda e difusão documental; no entanto, diferem-se em relação aos procedimentos técnicos empregados na organização e descrição de seus acervos. Estas tipologias são conceituadas conforme demonstrado no Quadro 3, a seguir:

**Quadro 3 – Unidades de informação e suas principais funções**

<b>Tipo de unidade de informação</b>	<b>Principais funções</b>
Arquivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• possui documentos acumulados organicamente, no decorrer das funções desempenhadas por entidades ou pessoas, independentemente da natureza ou do suporte da informação; portanto, provenientes de uma única fonte geradora (a entidade/ pessoa acumuladora);</li> <li>• é um órgão receptor, ou seja, os documentos chegam a ele por passagem natural e obrigatória;</li> <li>• é constituído por documentos seriados e, ao mesmo tempo, únicos; a totalidade desse conjunto, que espelha a trajetória da entidade ou pessoa que o gerou, é indivisível porque somente dentro desse conjunto cada documento adquire seu pleno significado;</li> <li>• tem finalidades administrativas, jurídicas e sociais, podendo ser também científicas e culturais;</li> <li>• tem sua organização baseada na trajetória específica de cada entidade ou pessoa, exigindo conhecimento da relação entre os documentos e da estrutura e funções da entidade ou pessoa;</li> <li>• referencia conjuntos de documentos.</li> </ul>
Bibliotecas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• possui documentos originados das atividades culturais e da pesquisa científica, reunidos artificialmente em torno de seu conteúdo, sob a forma de coleções;</li> <li>• é um órgão colecionador, ou seja, define quais documentos deseja ter em seu acervo e os adquire por compra, doação ou permuta;</li> <li>• tem acervo formado por documentos múltiplos, isto é, com muitos exemplares, produzidos por diversas fontes (livrarias, editoras, empresas jornalísticas etc.);</li> <li>• tem finalidades educativas, científicas e culturais;</li> <li>• tem sua organização baseada em sistemas predeterminados e universais, exigindo conhecimento do sistema e do conteúdo dos documentos;</li> <li>• referencia documentos isolados.</li> </ul>
Museus	<ul style="list-style-type: none"> <li>• possui objetos tridimensionais originados da atividade humana ou da natureza, reunidos, artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo ou função;</li> <li>• é órgão colecionador;</li> <li>• tem acervo constituído por documentos únicos, produzidos por diversas fontes geradoras;</li> <li>• tem finalidades recreativas, educativas, culturais e científicas; testemunha uma época ou atividade;</li> <li>• tem sua organização efetuada segundo a natureza do material e a finalidade específica do Museu;</li> <li>• referencia peça a peça.</li> </ul>

Centros de documentação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• é uma entidade híbrida;</li> <li>• não conta com uma teoria e metodologia específicas para o tratamento do acervo;</li> <li>• possui documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos, constituindo conjuntos orgânicos (fundos de arquivo) ou reunidos artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo;</li> <li>• é um órgão colecionador e/ou referenciador;</li> <li>• tem o acervo constituído por documentos únicos ou múltiplos, produzidos por diversas fontes geradoras;</li> <li>• possui como finalidade o oferecimento da informação cultural, científica ou social especializada;</li> <li>• realiza o processamento técnico de seu acervo, segundo a natureza do material que custodia.</li> </ul>
-------------------------	--

Fonte: Adaptado de Tessitore (2003).

Verifica-se, conforme o demonstrado no Quadro 3, que há diversos tipos de UI, que mesmo contendo distinções entre si, buscam, em suma, salvaguardar, organizar e disseminar a informação ao público que atende, considerando os valores e necessidades da instituição a que se filiam.

Destaca-se, dentre os diversos tipos de UI, a biblioteca. Esta unidade informacional se trata de uma instituição que proporciona a organização de uma coleção ou um conjunto de coleções de diversos tipos de materiais bibliográficos. Estes materiais são mantidos e organizados pela biblioteca a fim de serem utilizados pelos usuários que, por sua vez, traduzem-se enquanto uma clientela específica. Ainda em relação aos materiais, à sua totalidade inserida nas coleções, denomina-se acervo. O acervo, por sua vez, deve ter como base de sua formação a manutenção e o descarte, as demandas dos usuários (MACEDO; ORTEGA, 2019).

As bibliotecas, conforme explicitado por Macedo e Ortega (2019), possuem importante função social, uma vez que adotam a função de representação da memória coletiva de determinados grupos sociais e da humanidade como um todo. As autoras tornam evidente que há dois tipos de classificação em relação aos tipos de bibliotecas. Estas classificações podem ser verificadas quanto ao tipo de coleções e quanto ao tipo de usuários. Verifica-se esta divisão no Quadro 4, a seguir:

**Quadro 4 – Tipos de bibliotecas**

Quanto aos usuários	Quanto aos tipos de coleções/materiais
<ul style="list-style-type: none"> <li>• bibliotecas públicas (nacionais, estaduais e municipais)</li> <li>• bibliotecas escolares</li> <li>• bibliotecas universitárias</li> <li>• bibliotecas especializadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• hemerotecas</li> <li>• discotecas</li> <li>• gibitecas</li> <li>• brinquedotecas</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• bibliotecas especiais</li> <li>• bibliotecas comunitárias</li> <li>• bibliotecas ambulantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• mapotecas</li> </ul>
---	---

Fonte: Adaptado de Macedo e Ortega (2019).

O Quadro 4 não apresenta todas as tipologias existentes; no entanto, aponta as principais segundo Macedo e Ortega (2019). Faz-se necessário destacar que as bibliotecas especializadas se diferem das especiais, uma vez que as especializadas possuem seus serviços e acervos voltados a determinada área do conhecimento, enquanto as especiais perpassam pela noção de adaptabilidade dos serviços e acervos às demandas de usuários específicos, tais como pessoas com deficiência (PCD), com a finalidade de proporcionar inclusão social.

Sobre as tipologias destacadas por Macedo e Ortega (2019), cabe destacar-se a biblioteca universitária. Esta tipologia tem como principal finalidade o fornecimento de acesso ao conhecimento. As bibliotecas universitárias vinculam-se e mantêm-se por uma instituição de ensino superior, e sua existência visa atender as necessidades informacionais do corpo docente, discente e administrativo, apoiando todas as atividades relacionadas ao ensino, a pesquisa e a extensão (CRIVELLARI; SIMA, 2015).

As bibliotecas universitárias, segundo Crivellari e Sima (2015) podem inserir-se como a única da instituição de ensino superior ou podem fazer parte de um sistema de bibliotecas, o qual é constituído por várias unidades de informação da mesma instituição. Estas bibliotecas se integram aos níveis hierárquicos da instituição a que pertencem, portanto, seus objetivos e sua atuação devem subordinar-se às da referida instituição. A existência da biblioteca é necessária para a existência das instituições de ensino superior, sendo esta existência e manutenção regularmente verificada pelos órgãos competentes.

A biblioteca escolar, tipologia que também merece destaque, visa habilitar os estudantes para os processos de aprendizagem ao decorrer de sua vida. Este tipo de biblioteca desenvolve a imaginação e prepara seu público-alvo, os estudantes, para práticas cidadãs responsáveis. Estas bibliotecas atuam como instrumento de apoio educacional, fomentadoras do interesse à leitura, desenvolvedora do hábito de leitura e propiciadora do desenvolvimento da capacidade em pesquisas (CRIVELLARI; SIMA, 2015).

Santos, Lima e Resende (2021) evidenciam que a biblioteca escolar desempenha papel pedagógico, desempenhando papel primordial na formação de seu público, promovendo sociabilidade entre a comunidade escolar e mediação da informação visando a promoção do letramento informacional. Faz-se importante mencionar que há legislações, tais como a Lei nº 12.244/201, que determinam a existência e manutenção desses tipos de UI nas escolas, porém

na realidade brasileira o que se nota é que muitas vezes as legislações não são cumpridas, havendo a inexistência destes espaços nas escolas, diferentemente da realidade encontrada nas bibliotecas universitárias.

Outra tipologia importante a ser mencionada é a biblioteca comunitária. Essas bibliotecas visam atender a uma comunidade específica, e muitas vezes se confunde na literatura com as bibliotecas públicas, uma vez que ambas possuem gratuidade nos serviços de referência, empréstimo, aconselhamento, dentre outros que oferecem. Este tipo de bibliotecas busca promover a transformação da comunidade em que se insere (CRIVELLARI; SIMA, 2015).

Guimarães (2004) salienta que as UI assumem papel estratégico dentro das organizações em que se inserem, considerando-se o contexto de necessidade informacional vivenciado na sociedade. As unidades de informação propiciam o acesso e a agregação de valores ao conhecimento por meio da representação do conhecimento que promovem.

Pereira (2017) discorre acerca do contexto informacional relacionado à tecnologia no contexto social e tecnológico propiciado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Segundo a autora, para além das tradicionais concepções supracitadas acerca das tipologias das UI, faz-se necessário ressaltar que sua abrangência perpassa também pelos espaços digitais e/ou virtuais destinados à organização e disseminação da informação com a finalidade de atendimento das necessidades informacionais de seus usuários ou clientes.

Cunha e Crivellari (2004) apontam, ainda, que além das tradicionais definições de UI que englobam bibliotecas, centros de documentação e informação e arquivos, nota-se a crescente atuação profissional de bibliotecários em UI inseridas em “cinematecas, filmotecas, videotecas, livrarias e editoras, sem esquecer de citar a Internet que se tem revelado um espaço cada vez mais promissor para os profissionais da informação”. (CUNHA; CAVELARI, 2004, p. 47).

Visando à disseminação informacional, existem diferentes tipos de UI com a finalidade principal de colocar à disposição dos usuários as informações que eles necessitam. Esta disposição perpassa por questões acessíveis tanto em âmbito físico quanto econômico, uma vez que grande parte dos usuários não conseguiria, por meio de recursos financeiros próprios, adquirir e manter uma biblioteca ou outro tipo de UI. Além das questões apontadas, o usuário sem formação não possui capacitação profissional para lidar com a administração e organização de uma UI, o que implica na necessidade de um profissional qualificado para fazê-lo (DIAS; NAVES, 2013).

Além da formação dos profissionais atuantes nas UI, Macedo e Ortega (2019, p. 341) evidenciam que “a preparação dos profissionais que atuam em unidades de informação deve ser suficiente para enfrentar novos desafios”, o que denota a importância da formação continuada desses profissionais, que devem adaptar-se às demandas das unidades em que atuam.

A UI, além da prestação de serviços inerentes à organização e disseminação informacional, destaca-se de outras tipologias organizacionais pois: “está intrinsecamente relacionada ao serviço que ela presta à comunidade, bem como seu papel social e sua interação com o público real e em potencial.” (PEREIRA, 2017, p. 117). Isso evidencia a responsabilidade e relevância social desse tipo de instituição e ressalta o papel de suma importância das UI frente aos seus usuários.

Em concordância com Pereira (2017), Silva (2000, p. 2) explicita que as UI, enquanto organizações sociais:

estão inseridas no ambiente que as circunda em uma relação dinâmica, recebendo dele a retroalimentação em seu ciclo produtivo, o ciclo documentário ou informacional, que se refere às atividades de entrada, processamento e disseminação da informação contida em registros gráficos entre outros.

Macedo e Ortega (2019) evidenciam o fato de que as UI estão expostas a constantes mudanças e fenômenos que podem gerar alterações que perpassam por alguns pontos como: “missão, objetivos e metas, pessoal, materiais e instalações, orçamentos e serviços.” (MACEDO; ORTEGA, 2019, p. 340). E apesar deste caráter maleável, as autoras denotam que a função das UI frente ao contexto da sociedade passa pela transmissão do conhecimento de forma que: “as bibliotecas e serviços de informação se tornem vitais para uma sociedade da informação aberta e democrática, uma vez que são essenciais para uma cidadania bem informada e um governo transparente.” (MACEDO; ORTEGA, 2019, p. 341).

Dado o exposto, verifica-se que as UI, segundo apontado por Silva (2000), assumem uma finalidade social, sendo inerente ao seu fazer, a preservação da produção intelectual de acordo com a especificidade a que se dedica e a promoção de informações de acordo com as demandas dos usuários. O autor sintetiza, ainda, que “existe um mercado para a informação, regido pelas leis da oferta e procura, como qualquer outro produto. Não se trata apenas de armazenar a informação, mas sim, de torná-la disponível a uma dada clientela.” (SILVA, 2000, p. 3). Esta constatação evidencia o quanto essas organizações são relevantes e necessárias ao desenvolvimento da sociedade.

### 3 METODOLOGIA

A discussão dos critérios estabelecadores dos limites e alcances da ciência é imprescindível para o fazer científico; portanto, para que atinja o rigor científico que permite sua inserção enquanto conhecimento válido acerca da realidade (TOMANIK, 2004), esta pesquisa demonstra o caminho metodológico percorrido para atingir seus objetivos.

Nas subseções a seguir, são descritos os procedimentos metodológicos que foram utilizados na elaboração da pesquisa. Eles são especificados quanto à delimitação do campo de pesquisa, universo e amostra, classificação da pesquisa, os instrumentos e técnicas utilizados para coleta e análise de dados, as etapas da pesquisa, os procedimentos de coleta e análise dos dados e o desenho da pesquisa.

#### 3.1 DELIMITAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

O campo de pesquisa a que este estudo se ateve foi a Base de Dados Referencial de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). A BRAPCI possui, indexados, em seu acervo digital, prioritariamente artigos publicados em periódicos científicos da área de Ciência da Informação, o que contempla 57 revistas relacionadas à Biblioteconomia e à Arquivologia, compondo o corpus da Ciência da Informação. Estes artigos são datados a partir de 1972 e se delimitam a publicações brasileiras (BUFREM *et al.*, 2010).

Dado o exposto, a escolha de utilizar a BRAPCI como base de dados para pesquisa se deu devido ao fato de que esta é uma base especializada na área de Ciências da Informação (CI), o que é de extrema relevância para a disseminação da produção científica neste campo de estudo.

Segundo as informações contidas na própria base, sua criação deriva de um projeto de pós-doutorado de 1995 da autoria de Leilah Santiago Bufrem. O projeto, no entanto, foi implementado dos anos 2000 a 2003. De 2006 a 2008, dois projetos, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foram essenciais para a consolidação da BRAPCI com a infraestrutura necessária para seu funcionamento (BRAPCI, [2014?]).

Até o ano de 2009 eram indexados somente os metadados referentes a publicações. A partir desse ano, passaram a realizar a incorporação dos artigos em sua integralidade, desde que obedeam aos critérios de acesso aberto, incluindo um arquivo em PDF com este conteúdo.

Esta mudança proporcionou à BRAPCI o status de repositório da área da Ciência da Informação, não sendo mais somente uma base referencial (BRAPCI, [2014?]).

A BRAPCI propicia as seguintes opções de busca para recuperação dos termos solicitados:

- a) Todos;
- b) Autores;
- c) Título;
- d) Palavras-chave;
- e) Resumo;
- f) Texto completo.

Para a realização de busca simples, basta digitar o termo exato que se deseja recuperar com a pesquisa. Já para a realização de busca avançada, utiliza-se uma adaptação de operadores booleanos<sup>7</sup>, que segundo o informado na própria base de dados, constituem-se pelo explicitado no Quadro 5:

**Quadro 5 – Especificações para busca avançada na BRAPCI**

<b>Tipo do termo</b>	<b>Modo de apresentação do termo</b>	<b>Símbolo/palavra</b>	<b>Função</b>	<b>Exemplos</b>
Termo exato	Nome do termo entre aspas	“”	Busca por termo composto	“Mineração de texto”
Termo e sua variação	Nome do termo com asterisco	*	Busca pelas variações do termo	Bibliomet* *Metria
Termos com início e fim	Nome do termo com ponto de interrogação	?	Busca pela variação de uma letra dos termos	Bibliotecári? Indexad?r
Termos com início e fim	Nome do termo com asterisco	*	Busca pela variação do termo	Bib*ca (retorna tudo que começa com BIB e termine com CA)
Busca composta <sup>8</sup>	Delimitação de ocorrência de mais de um termo	AND	Para delimitar a busca, onde ocorra a ocorrência dos termos é necessário a inclusão do elemento booleano AND	Bibliometria Citação Forma de busca no sistema: Bibliometria AND Citação

<sup>7</sup> “Os Operadores Booleanos atuam como palavras que informam ao sistema de busca como combinar os termos de sua pesquisa. São eles: AND, OR e NOT e significam, respectivamente, E, OU e NÃO e, a fim de facilitar a visualização da busca, é importante que estes sejam escritos em letras maiúsculas.” (CAPCS, 2020, s.p).

<sup>8</sup> Na busca composta o sistema insere de forma automática o elemento booleano OR entre os termos, não sendo necessário aplicá-lo.

			entre os termos, recuperando apenas os registros que tenham as ocorrências indicadas	
	Atribuição de pesos diferentes para cada termo	^	Em buscas com mais de um termo, pode-se atribuir pesos diferentes para cada um deles, definindo maior prioridade para um deles, para isso, é atribuída a indicação ^ e o peso atribuído	Biblioteca AND Universit*^ O sistema recupera todos os termos biblioteca e universit*, porém atribui um peso maior para a universit*, colocando com maior relevância nos resultados.

Fonte: Adaptado de Bufrem *et al.* (2010).

A BRAPCI permite, ainda, a delimitação da busca por ano, sendo possível desde 1972, data de publicação do primeiro documento indexado na base, até o ano corrente. Permite também a ordenação dos resultados recuperados por:

- a) Relevância;
- b) Mais novos;
- c) Mais antigos.

Na presente pesquisa, a opção pelo levantamento de artigos científicos publicados em periódicos, especificamente periódicos científicos brasileiros, em detrimento de outros tipos de fontes de informação foi feita com base no fato de que:

a ciência se consolida pela produção de conhecimento científico, a qual, por sua vez, se efetiva na prática da comunicação científica. O ato de publicar um artigo em um periódico, depois do desenvolvimento de um estudo, representa a chance de apresentar tal produto àqueles que comungam do campo investigado (OLIVEIRA *et al.*, 2020, p. 145).

Fujita, Agustín-Lacruz e Terra (2018) afirmam que os artigos científicos são importantes ferramentas para a contribuição da disseminação do conhecimento. Afirmam, ainda, que o formato em que esta tipologia de artigos é elaborada, possibilita a representação e, conseqüentemente, a visibilidade dos conhecimentos trazidos pelo mesmo. Tais características são determinantes para a visibilidade e mensuração do impacto social e intelectual desses artigos frente à comunidade em que se inserem enquanto fontes informacionais.

Os artigos científicos se encontram publicados em periódicos científicos, que por sua vez se inserem enquanto um canal comunicacional indispensável aos consumidores de informações (FUJITA; AUGUSTÍN-LACRUZ; TERRA, 2018). Os periódicos científicos atuam enquanto mediadores responsáveis pela disseminação de conteúdo científico, portanto, confiável, para aqueles que necessitam de tais informações. Os cientistas se utilizam dos dados e informações obtidas por meio dos artigos científicos que se inserem nestes periódicos (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Portanto, a escolha de delimitar os artigos científicos contidos na BRAPCI enquanto universo de pesquisa se deu pela sua relevância e aplicabilidade na área de atuação profissional e acadêmica da Biblioteconomia.

### 3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo de uma pesquisa, conforme explicitado por Gil (1999), constitui-se em um conjunto pré-determinado de elementos que possuem características específicas. Entende-se como universo, então, a totalidade desses elementos. Dada esta definição, compreende-se por amostra um subconjunto derivado do universo. Este subconjunto possibilita a estimativa das características principais inerentes ao universo.

Em relação aos tipos de amostras existentes, Gil (1999) denota que há grande diversidade. Dentre os diversos tipos de amostra, a caracterizada como por acessibilidade ou por conveniência (GIL, 1999) ou, ainda, intencional (MATIAS-PEREIRA, 2019) foi adotada nesta pesquisa em função da metodologia escolhida. Esta tipologia amostral é destituída de qualquer rigor estatístico e a responsabilidade da seleção fica por conta do pesquisador que, por sua vez, “seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo.” (GIL, 1999, p. 104). Este tipo de amostra é comumente utilizado em pesquisas de caráter exploratório e qualitativo, em que a precisão não é imprescindível ao estudo.

Verifica-se abaixo, na Tabela 1, o quantitativo que exprime a quantidade de artigos científicos recuperados de acordo com os termos pesquisados de acordo com o período delimitado de 1972 a agosto de 2022:

**Tabela 1** – Quantitativo de artigos científicos recuperados no BRAPCI

	<b>Total de registros recuperados</b>	<b>Total de registros selecionados</b>
Política de indexação	64	19
Manual de indexação	9	2
<b>TOTAL</b>	<b>73</b>	<b>21</b>

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Dado o exposto, o universo da pesquisa consistiu em 73 artigos científicos obtidos mediante a pesquisa na BRAPCI utilizando os termos “política de indexação” e “manual de indexação”, delimitando-se o período de 1972 a agosto de 2022. No recurso de busca “todos”, com a utilização do recurso de busca avançada “”, foram recuperados 73 artigos, sendo 64 referentes ao termo “política de indexação” e 9 referentes a “manual de indexação”. Dos artigos recuperados, 21 se inseriram no corpus da pesquisa, definindo, assim a amostra; os demais não atenderam aos critérios estabelecidos por meio da RSL; destes, 19 foram recuperados mediante o termo “política de indexação” e 2 mediante “manual de indexação”.

### 3.3 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa se classifica, quanto aos objetivos, como exploratória, uma vez que buscou proporcionar familiaridade com o problema. Encaixa-se, ainda, como descritiva, considerando a exposição realizada acerca das abordagens sobre política de indexação na literatura consultada (MATIAS-PEREIRA, 2019).

Gil (1999) aponta que uma pesquisa exploratória visa, principalmente, propiciar o desenvolvimento e o esclarecimento de conceitos e ideias por meio da formulação de problemas mais precisos. Tal como apontado pelo autor, esta pesquisa, considerando-se o caráter exploratório, envolveu levantamento bibliográfico, que atuou como mediador do esclarecimento da problemática previamente delimitada.

Quanto ao caráter descritivo, Gil (1999) evidencia a utilização de técnicas padronizadas para a coleta de dados. Tais técnicas foram realizadas com base na revisão sistemática de literatura (vide seção 3.4), que foi utilizada como norteadora para a definição dos critérios específicos para tal coleta.

Gil (1999, p. 44) afirma que “as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”. O enunciado corrobora a justificativa prática para a realização deste estudo,

que buscou servir como material norteador para o estabelecimento de políticas de indexação em unidades de informação.

A presente pesquisa se utilizou dos métodos quantitativo e qualitativo para sua abordagem metodológica. Segundo Matias-Pereira (2019), o método quantitativo utiliza da quantificação mensurável das informações obtidas por meio dos dados levantados. Este método se orienta por correntes teóricas realistas/objetivistas e perpassa por práticas exploratórias. Já o método qualitativo, norteia-se por correntes teóricas de caráter idealista/subjetivista e se caracteriza pelo cunho descritivo, de forma que as informações obtidas por meio dos dados levantados são analisadas mediante indução. Neste método, o pesquisador é essencial para a interpretação e análise dos dados.

Lakatos e Marconi (2010, p. 269), em relação aos métodos supracitados, discorrem que: “no método quantitativo, os pesquisadores valem-se de amostras amplas e de informações numéricas, enquanto que no qualitativo as amostras são reduzidas, os dados são analisados em seu conteúdo psicossocial e os instrumentos de coleta não são estruturados”. As autoras denotam, ainda, que a combinação de métodos diversos utilizados em um estudo fenomenológico se denomina triangulação.

Flick (2009), em consonância com Lakatos e Marconi (2010), salienta que a triangulação consiste na verificação dos resultados qualitativos conjugados aos quantitativos. O autor torna evidente que um tipo pode apoiar o outro, sendo possível o estabelecimento de diversas relações entre ambas.

A abordagem realizada na pesquisa, portanto, foi realizada de forma mista, podendo ser classificada como quantiquantitativa. Reuniu elementos quantitativos, uma vez que proporcionou a mensuração de forma quantitativa da produção científica de periódicos brasileiros na BRAPCI, e resumiu considerações analítico-subjetivas acerca dos artigos científicos de periódicos levantados, o que conferiu seu caráter qualitativo.

### 3.4 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DOS DADOS

As técnicas, conforme elucidado por Tomanik (2004), são os procedimentos específicos utilizados para a realização da coleta de dados. Nesta pesquisa, foi priorizada a utilização da técnica de levantamento bibliográfico aliada aos critérios estabelecidos por meio da técnica de revisão sistemática da literatura científica da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

A revisão sistemática de literatura (RSL), técnica principal utilizada na presente pesquisa, é um método que viabiliza, por meio de levantamento estruturado e com critérios

definidos, uma análise criteriosa e de qualidade da literatura selecionada, permitindo “identificar conceitos importantes, comparar as análises estatísticas apresentadas e concluir sobre o que a literatura informa em relação a determinada intervenção, apontando ainda problemas/questões que necessitam de novos estudos” (SAMPAIO; MANCINI, 2007, p.83).

Denominada como revisão bibliográfica sistemática por Conforto, Amaral e Silva (2011), a RSL, segundo explanado pelos autores, possibilita a condução de uma pesquisa científica de maneira sistemática e rigorosa, o que possibilita a construção de uma base sólida de conhecimento voltada à área a que se dedica.

Cerrao, Jesus e Castro (2018) evidenciam, ainda, a importância da utilização de um método que proporciona a garantia de confiabilidade e reprodutibilidade tal como a RSL direcionada à área da CI. Segundo os autores, este método ainda não é amplamente difundido e utilizado como ferramenta nas pesquisas científicas da CI e Biblioteconomia. Denotam, ainda, que a questão problema que norteia uma pesquisa, bem como a síntese dos estudos levantados, são elementos primordiais para a execução de uma RSL.

Em relação ao construto possibilitado pela RSL, Lima, Pinto e Farias (2020, p. 48) discorrem acerca da potencialização do processo de busca, o que:

auxilia na construção da revisão de literatura e permite encontrar resultados de forma sistemática e organizada, além de estabelecer critérios de seleção mais adequados para o desenho e análise do estudo. Não se trata apenas de uma exposição linear e descritiva sobre um tema; a revisão sistemática deve constituir-se na forma de um trabalho reflexivo, crítico e revelador do devido grau de compreensão acerca do material analisado e previamente selecionado no processo de busca sistemática.

Ainda segundo o explicitado por Lima, Pinto e Farias (2020), a RSL se destaca enquanto contribuinte para o levantamento de estudos já realizados que possuem relação com o tema pesquisado.

A utilização do método de revisão sistemática permite a seleção, por meio de critérios pré-estabelecidos, de materiais relevantes e contribuintes para a área do conhecimento a que se propõe. Aplicando tal princípio à PI, é possível realizar o levantamento de contribuições importantes para a área de atuação dos profissionais bibliotecários, uma vez que a utilização dessa prática pode influenciar diretamente na disseminação e recuperação das informações contidas em uma UI, auxiliando a experiência do usuário e o fazer bibliotecário, o que, segundo Fujita, Rubi e Boccato (2009a), corrobora com a quarta Lei de Ranganathan, que visa poupar o tempo do leitor.

Dado o exposto, a utilização de uma revisão sistemática de literatura científica da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação que trate acerca desta temática foi realizada nesta pesquisa utilizando-se dos critérios demonstrados no Quadro 6:

**Quadro 6** – Critérios adotados para a revisão sistemática de literatura

<b>Crítérios</b>	<b>Inclusão</b>	<b>Exclusão</b>
Tipologia	Artigos científicos	Dissertações, teses, livros, trabalhos apresentados em eventos e demais tipos documentais que não sejam artigos científicos
Origem	Periódicos brasileiros indexados na BRAPCI	Não indexados na BRAPCI; periódicos estrangeiros
Idioma	Português	Outros idiomas
Periodicidade	1972 a agosto de 2022	Anterior a 1972 e posterior a agosto de 2022
Aderência temática	Define política de indexação; aborda unidades de informação	Não define política de indexação; não aborda unidades de informação

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Para além da utilização da RSL enquanto técnica de coleta e análise dos dados levantados na pesquisa, e conjugando-se à mesma, foram utilizadas as perspectivas teóricas elucidadas por Bardin (2016) acerca da análise de conteúdo. Para tal, foram utilizados os seguintes procedimentos:

- a) pré-análise
- b) exploração do material;
- c) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise consistiu na escolha dos documentos submetidos à análise mediante os critérios da RSL supracitados. Esta pré-análise se apropriou da denominada leitura flutuante explicitada por Bardin (2016), na qual foi estabelecido primeiro contato com os documentos mediante uma leitura técnica. Este procedimento possibilitou a definição da amostra (vide seção 3.2).

A exploração do material consistiu na aplicação sistemática dos critérios definidos por meio da RSL. O tratamento dos resultados foi realizado de modo a assumir papel significativo e relevante para a pesquisa. Tal papel foi possibilitado mediante a utilização de gráficos para demonstração dos dados quantitativos. Já as inferências e interpretações referentes aos dados quantitativos se utilizaram da observação dos dados categorizadores de relevância e recorrência relacionados aos tipos de unidades de informação e às rotinas de indexação abordadas nos

artigos. Foram realizadas indicações dos principais pontos de relevância dos artigos por meio da elaboração de resumos indicativos. Apresentaram-se os dados descritivos em relação ao título, ano de publicação, autor(es/as) e periódico de cada um dos artigos e a ênfase temática da PI voltada à UI abordada com indicação das diretrizes indexadoras.

Em relação aos instrumentos, torna-se evidente por meio da explanação de Tomanik (2004), que estes consistem no material utilizado para que a técnica seja aplicada. Este material, no contexto do presente estudo, consistiu, prioritariamente, nos softwares Excel, Word, Google Docs, Google Forms e Canva, possibilitadores de organização de dados, tais como tabelas, documentos de texto e elaboração de gráficos.

### 3.5 ETAPAS DA PESQUISA

Em um primeiro momento, foi realizada a busca dos artigos científicos na BRAPCI mediante pesquisa avançada realizada com os termos combinados de busca “política de indexação” e “manual de indexação” por meio da seleção todos que engloba a localização dos termos em todos os campos dos documentos indexados na base no período de 1972 a agosto de 2022. Para facilitação das inferências acerca dos dados inseridos na tabela, os resultados da busca foram ordenados pelos mais antigos.

Em um segundo momento, foi elaborada uma tabela por meio do software Excel contendo todos os dados descritivos dos artigos elencados. Em um terceiro momento, foram inseridos dados subjetivos em relação ao conteúdo temático; estes, por sua vez, foram obtidos mediante leitura técnica do título, resumo, palavras-chave e títulos das seções. Tanto os dados descritivos quanto os dados referentes ao conteúdo temático, foram necessários para a identificação, seleção e descarte dos artigos conforme sua pertinência em relação à pesquisa.

Uma vez verificados os artigos científicos que preenchiam os pré-requisitos definidos por meio da técnica de revisão sistemática de literatura, foram elaborados os gráficos, tabelas e resumos indicativos dos artigos selecionados, que foram subsídio para as inferências de análise.

### 3.6 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados sucede à coleta dos mesmos. Nesta fase da pesquisa, realiza-se a análise e interpretação com base no que foi coletado. Esta análise visa a possibilitar a organização e sumarização dos dados com o intuito de fornecer respostas pertinentes à problemática levantada anteriormente. A interpretação, por sua vez, intenta a aplicação de

sentido mais amplo às respostas obtidas por meio da correlação com conhecimentos previamente obtidos (GIL, 1999).

Em uma pesquisa como a presente, em que os dados foram obtidos por meio de levantamento bibliográfico, os processos de análise e interpretação foram organizados mediante uma ordenação de passos a serem seguidos. Esta ordenação, conforme explicitado por Gil (1999), deve se dar por meio de categorizações classificatórias que possibilitem a elaboração de um conjunto exaustivo de classificações que viabilize a análise estatística e a interpretação dos dados coletados.

Faz-se importante indicar que, para a localização dos artigos científicos na BRAPCI, foram utilizados procedimentos específicos possibilitadores de pesquisa avançada. Para tal, o operador booleano “” foi empregado aos termos “política de indexação” e “manual de indexação” (vide Apêndice A), determinando, assim, que fossem recuperados os termos especificamente desta forma, evitando revocação desnecessária na recuperação possibilitada pela busca.

A coleta de dados da presente pesquisa foi executada, então, por meio de levantamento bibliográfico realizado com embasamento da técnica de revisão sistemática da literatura científica constituída por periódicos científicos brasileiros contidos na BRAPCI. Observaram-se critérios pré-estabelecidos na RSL. Para tal, foram definidos pontos relevantes a serem observados nos artigos. Estes pontos consistem em:

- a) Pertinência ao tema;
- b) Definição de política de indexação;
- c) Abordagem acerca de unidades de informação.

A identificação do primeiro ponto foi realizada mediante a leitura técnica de título, resumo e palavras-chave. Os demais pontos foram identificados por meio da leitura dos títulos das seções em artigos indexados em formato de texto não legível automaticamente pelo computador ou pelo recurso de busca *control+f* no corpo do artigo naqueles que permitem a aplicação de tal recurso, no qual foram inseridos os termos “política de indexação”, “unidade/organização/instituição/biblioteca”.

Ainda para ser considerado pertinente ao presente estudo, foram considerados artigos científicos aqueles documentos que se encaixam neste padrão, mesmo que na plataforma BRAPCI estejam indexados em outras coleções tais como relatos de experiência.

Foram inseridos, em uma tabela, os dados descritivos preliminares dos artigos tais como: título, autoria, ano de publicação, periódico científico e referência bibliográfica.

Posteriormente à inserção dos dados descritivos, foi analisado: se o artigo traz a definição de política de indexação, se possui seção específica para abordar a política de indexação, se aborda acerca de unidades de informação aplicando-se ao contexto da pesquisa, e não apenas realizando menção às UI enquanto requisito a ser observado na elaboração de uma PI, caso traga abordagem pertinente acerca de UI, a qual ou quais tipos se refere e por meio da verificação destes levantamentos foi identificada a pertinência em relação ao tema com base no atendimento de todas as especificações supracitadas. Foi observado, ainda, se o periódico em que o artigo está indexado é brasileiro. Em um segundo momento, os dados contidos nesta tabela foram inseridos em um formulário. Foi realizada, ainda, a codificação dos dados, que segundo apontado por Gil (1999, p. 170) “é o processo pelo qual os dados brutos são transformados em símbolos que possam ser tabulados”. Tal codificação foi realizada de maneira prévia, considerando o teor da presente pesquisa, em que a extração dos dados resultantes foi realizada no próprio documento analisado.

A tabulação dos dados quantitativos foi realizada por meio da utilização da ferramenta “Formulários” do Google. Os dados obtidos em primeiro momento mediante a revisão sistemática da literatura e elencados em planilha do Excel foram repassados para esta ferramenta, que, por sua vez, promoveu a tabulação de forma automática propiciando a geração de gráficos e estimativas quantitativas e informativas em relação a tais dados. Esta tabulação subsidiou elementos para análises estatísticas que, conforme endossado por Gil (1999), consiste em uma descrição dos dados aliada à avaliação das constatações possibilitadas pela análise dos mesmos.

Além da análise quantitativa, foi realizada a análise de conteúdo, mencionada por Matias-Pereira (2019), dos artigos levantados, sendo elaborado um resumo indicativo para cada um.

Dadas as etapas anteriores, a descrição dos dados se pautou no elucidado por Gil (1999, p. 173), o que consistiu em:

- a) caracterizar o que é típico no grupo;
- b) indicar a variabilidade dos indivíduos no grupo;
- c) verificar como os indivíduos se distribuem em relação a determinadas variáveis;  
e
- d) mostrar a força e a direção da relação entre as variáveis estudadas.

A descrição dos dados, portanto, foi realizada mediante a consideração dos aspectos supracitados que foram basilares para a elaboração das inferências acerca dos dados obtidos.

### 3.7 DESENHO DA PESQUISA

O Quadro 7, disposto a seguir, sintetiza os procedimentos metodológicos adotados para o alcance dos objetivos específicos da presente pesquisa.

**Quadro 7 – Desenho da pesquisa**

	<b>Objetivo específico 1</b>	<b>Objetivo específico 2</b>	<b>Objetivo específico 3</b>
	Levantar a produção científica sobre política de indexação na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) por meio de revisão sistemática no período de 1972 a agosto de 2022	Categorizar os artigos levantados conforme a ênfase temática da política de indexação voltada aos diferentes tipos de unidades de informação	Explicitar os principais pontos abordados nos artigos selecionados a partir da elaboração de resumos descritivos e, assim, prospectar as diretrizes indexadoras dos artigos
Universo	Literatura científica		
Amostra	Artigos científicos sobre política de indexação		
Técnica de coleta	Revisão sistemática da literatura		
Técnica de análise	Análise de conteúdo		
Instrumento de coleta	Tabela do Excel	Documento de texto do Word	
Técnica de análise	Leitura técnica		Leitura aprofundada
Instrumento de análise	Dados inseridos no Google Forms		Resumos indicativos

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Dado o exposto, verifica-se que a metodologia utilizada foi coerente ao alcance dos objetivos específicos pré-estabelecidos.

## 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

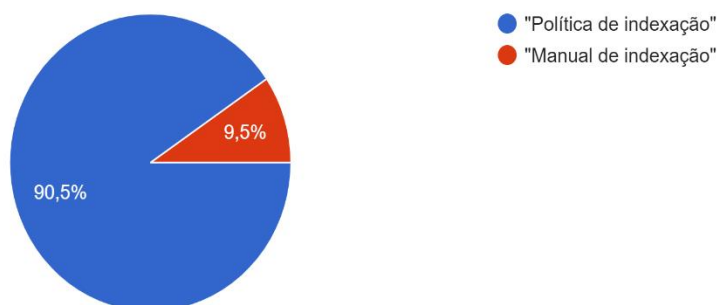
São analisados, na subseção 4.1, os dados quantitativos e na subseção 4.2 os dados qualitativos.

### 4.1 DADOS QUANTITATIVOS

Por meio do levantamento dos artigos científicos na BRAPCI foi possível realizar a identificação de alguns dados quantitativos acerca dos mesmos. Dentre estes, é possível verificar os autores de maior recorrência, os períodos de maior e menor produção sobre a temática recuperada e os periódicos que possuem maior quantitativo em relação às publicações relacionadas à temática. Por meio de gráficos gerados automaticamente pela ferramenta Google Forms, é possível verificar alguns pontos acerca dos dados pesquisados. O Gráfico 1 demonstra os termos pesquisados:

**Gráfico 1 – Termo pesquisado**

Termo pesquisado  
21 respostas



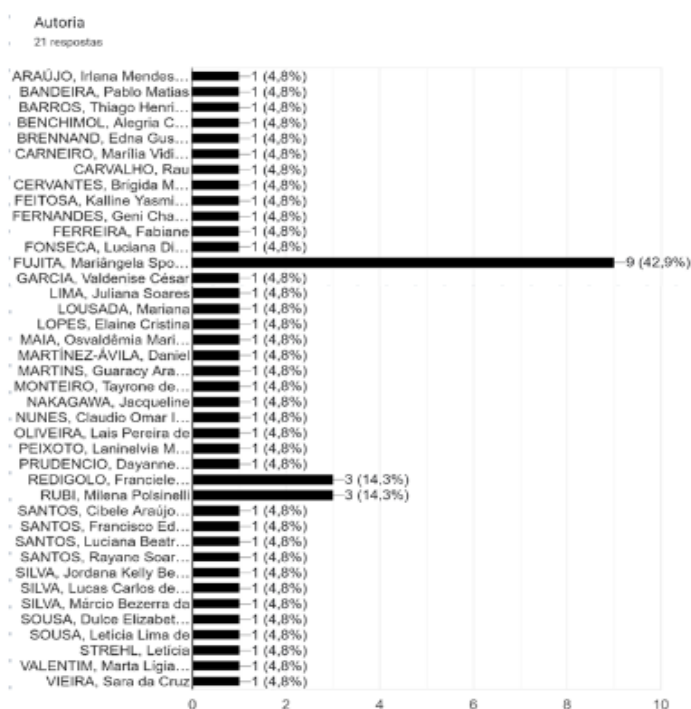
Fonte: Elaboração da autora (2022).

O Gráfico 1 permite visualizar que a recuperação de artigos se deu majoritariamente pelo termo “política de indexação”, totalizando 90,5% da amostra recuperada. Já o termo “manual de indexação” constitui apenas 9,5 % da totalidade da amostra de 21 artigos. Faz-se importante mencionar que 5 artigos não entraram na totalização dos pesquisados pelo termo “manual de indexação”, pois já haviam sido recuperados pela pesquisa do termo “política de indexação”.

Nota-se, de acordo com a análise do Gráfico 1, o predomínio da designação “política” em detrimento de “manual” junto à produção científica do tema. Esta sobressalência ressalta uma compreensão teórica deste instrumento de representação temática em nível de indexação, a partir de sua compreensão holística e não apenas procedimental, na forma de regras voltadas ao desenvolvimento do processo de indexação por assunto. Esta constatação corrobora com o postulado por Fujita e Santos (2016) de que as políticas diferem dos manuais. Em certa medida, portanto, essa visão está presente na literatura.

A seguir, o Gráfico 2 demonstra os dados quantitativos relacionados às autorias dos artigos recuperados:

**Gráfico 2 – Publicações por autoria**



Fonte: Elaboração da autora (2022).

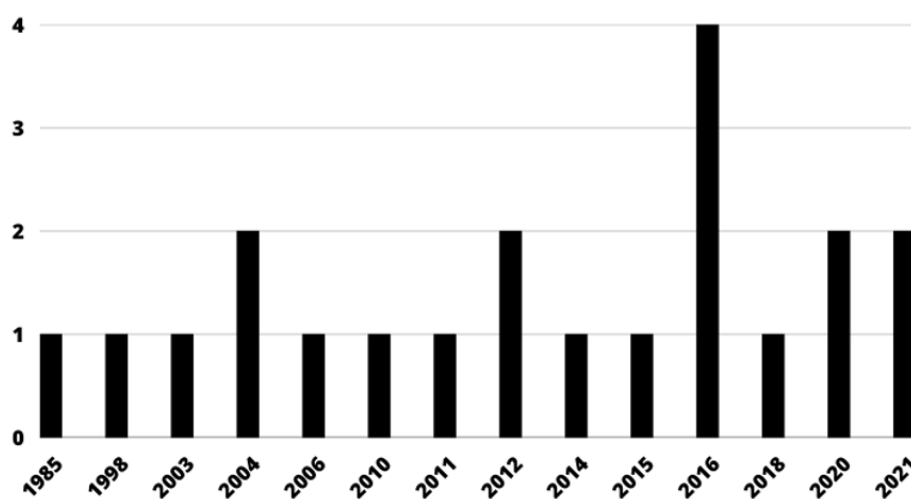
O Gráfico 2 evidencia que a autoria com maior quantitativo de publicações no período de levantamento é de Mariângela Spotti Lopes Fujita que, por sua vez, detém 9 publicações de sua autoria, contabilizando 42,9 % do total de artigos recuperados na BRAPCI, dos quais 2 são de exclusividade de Fujita e outros 7 são parcerias suas com outras/outros autoras/autores. Após Fujita, Franciele Marques Redigolo e Milena Polsinelli Rubi são as maiores detentoras em quantidade de publicações na temática no período levantado. Cada uma soma 14,3 %, sendo que 2 das três publicações de Rubi são em parceria com Fujita e 1 das três de Redigolo também são com a autora que detém o maior quantitativo de publicações. Os demais autores e autoras

detêm a porcentagem de 4,8% cada, o que reflete em apenas uma publicação no período levantado.

Verifica-se, acerca das constatações possibilitadas por meio da análise dos dados expostos no Gráfico 2, que Mariângela Spotti Lopes Fujita surge em diversas coautorias, o que denota a realização de diversos trabalhos sobre política de indexação em conjunto com seus orientandos, o que demonstra uma constância de pesquisa da autora em relação à temática proposta nos artigos, tanto quanto no estabelecimento de parcerias acadêmicas.

A seguir, o Gráfico 3 demonstra os anos de publicação dos artigos levantados:

**Gráfico 3 – Ano de publicação**



Fonte: Elaboração da autora (2022).

O Gráfico 3 demonstra exponencial quantitativo de publicações sobre política de indexação no ano de 2016. Neste ano, que detém o total de 19% no período analisado, houve 4 publicações. Outros 4 anos, detendo o total de 9,5% das publicações, contaram com 2 artigos cada, sendo os anos de 2004, 2012, 2020 e 2021. O primeiro artigo desde 1972, que é o ano inicial de cobertura da BRAPCI, que contou com uma publicação dentro da temática pesquisada, foi o de 1985.

Nota-se, por meio da análise deste gráfico, que a publicação sobre PI no período analisado se deu tardiamente, ocorrendo apenas na década de 1980. Além da tardia iniciação, nota-se grande hiato até a publicação do próximo artigo relacionado à temática, ocorrendo apenas 13 anos depois, em 1998. A publicação seguinte levou 5 anos, em 2003. Posteriormente, os hiatos entre publicações diminuíram, tendo ocorrido duas em 2004, uma em 2006, uma em



A RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação detém o Qualis A3, determinado pela Plataforma Sucupira<sup>9</sup> ([2023]) na área de avaliação de Comunicação e Informação. Este periódico vincula-se ao Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e realiza unicamente publicações da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Seu público alvo se constitui de bibliotecários, cientistas da informação, educadores e demais profissionais ligados à área da informação (RDBCI: REVISTA DIGITAL DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, [2019?]).

O periódico Perspectivas em Ciência da Informação detém o Qualis A2 conforme a Plataforma Sucupira ([2023]). A revista é vinculada à Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e seu enfoque é nas áreas de Ciência da Informação, abrangendo a Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e demais áreas correlatas. (PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, [202-?]).

O ano com maior quantitativo de publicações, conforme analisado no Gráfico 3, foi o de 2016. Estas publicações foram realizadas nos periódicos: Transinformação (Qualis A1), Biblioline (Qualis B1), RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação (Qualis B1), e Revista Conhecimento em Ação (Qualis B1). Os Qualis foram verificados na Plataforma Sucupira ([2023]).

Trata-se, portanto, de dois periódicos com Qualis bem avaliado e com escopo na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. De modo que sua escolha para publicar sobre PI condiciona a uma visibilidade considerável de tais artigos, considerando inclusive sua vinculação institucional e a consolidação de tais canais de comunicação científica.

Nota-se grande diversidade em relação aos periódicos que têm contemplado menor número de artigos a respeito do assunto política de indexação no decorrer do período analisado. Esta gama de variedades, tanto em relação às instituições de ensino a que se vinculam, quanto em relação à definição do Qualis, permite um lastro amplo e interessante para a difusão do tema.

Na demonstração a seguir, o Gráfico 5 ilustra a coleção em que os artigos levantados estavam indexados na BRAPCI:

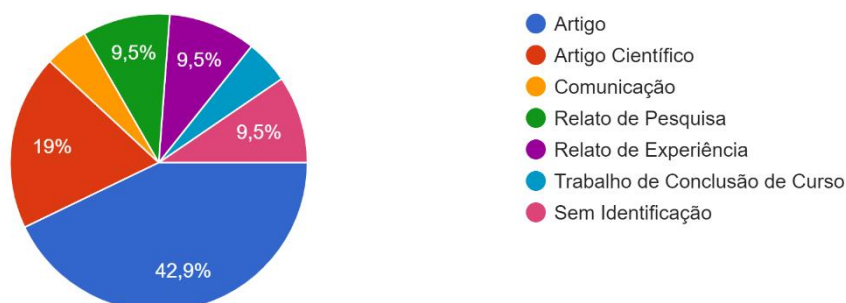
---

<sup>9</sup> Sistema utilizado para classificação da publicação científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos. Sistema referendado pela CAPES (PLATAFORMA SUCUPIRA, [2016?]).

### Gráfico 5 – Coleção indexada na BRAPCI

Coleção indexada na Brapci

21 respostas



Fonte: Elaboração da autora (2022).

No Gráfico 5 é possível identificar que 42,9% dos artigos obtidos pelo levantamento realizado está indexado como “Artigo” na BRAPCI. Detendo 19%, a coleção “Artigo científico” é a segunda maior, com 4 exemplares. Não há explicações na base de dados em relação à diferenciação das coleções a serem indexadas, o que permite inferir que esta seleção fica a critério dos periódicos no momento da indexação na base. “Relato de pesquisa” e “Relato de experiência” são as duas coleções que ocupam a terceira posição de coleções com maior quantitativo, constituindo 9,5%, o correspondente a 2 exemplares juntamente com aqueles que estão sem identificação, que detém os mesmos dados quantitativos. Com 4,8%, o que corresponde a apenas 1 exemplar, há as coleções “Comunicação” e “Trabalho de Conclusão de Curso”.

A distinção de tipologias encontrada na indexação de artigos na BRAPCI aponta a possibilidade da abordagem desta temática em estudos futuros. Esta indexação perpassa não somente pelos processos componentes da descrição temática que segundo Guimarães (2008), aplica-se à realidade das bibliotecas tradicionais e também ao universo editorial; mas também perpassa pela descrição físico/formal do documento realizada pelo TDI conforme disposto por Dias e Naves (2013). Estes processos devem ser bem compreendidos e executados por parte dos responsáveis pela vinculação dos trabalhos na base de dados, evitando assim que a informação não seja recuperada pelo usuário de maneira satisfatória, tal como o postulado por Gomes (2019).

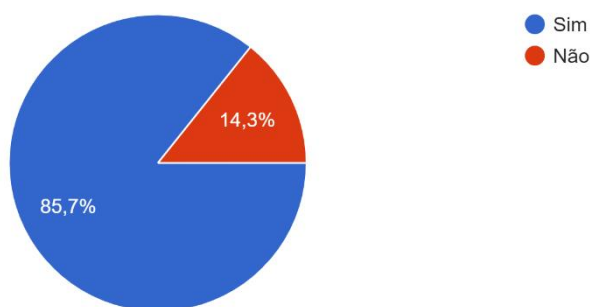
Grosso modo, para o presente estudo, foram considerados todos os documentos que possuem estrutura de artigos científicos, desde que atendidos os critérios pré-estabelecidos pela

RSL, independente da coleção em que estavam indexados na base de dados analisada, vide subseção 3.6.

Todos os artigos analisados trazem a definição do que é política de indexação e abordam acerca de unidades de informação (foram também consideradas as nomenclaturas: organização e instituição). O Gráfico 6 demonstra a quantidade de artigos que possuem uma seção específica para a definição de PI:

**Gráfico 6 – Seção específica para PI**

Seção específica para PI  
21 respostas



Fonte: Elaboração da autora (2022).

É possível verificar, por meio da elucidação do Gráfico 6, que 85,7%, o que somatiza 18 artigos, ocupa-se em dedicar uma seção específica para a definição de PI, o que demonstra a acurácia dos autores em relação à definição do que, geralmente, será o instrumento indicado para aplicação nas UI que abordam em seus trabalhos. Rubi (2009) afirma que a descrição das condutas teóricas e práticas que devem ser adotadas pelos profissionais no processo indexador deve estar devidamente registrada e estruturada, o que entra em consonância com a prática do que é apresentado na maioria dos artigos analisados, uma vez que muitos se propõem a estabelecer os critérios de uma PI para aplicação em determinada UI. Apenas 3 dos artigos, que constituem 14,3% do levantamento, não fazem a definição da PI em uma seção específica, mas de toda forma o fazem ao longo do texto dos referidos trabalhos.

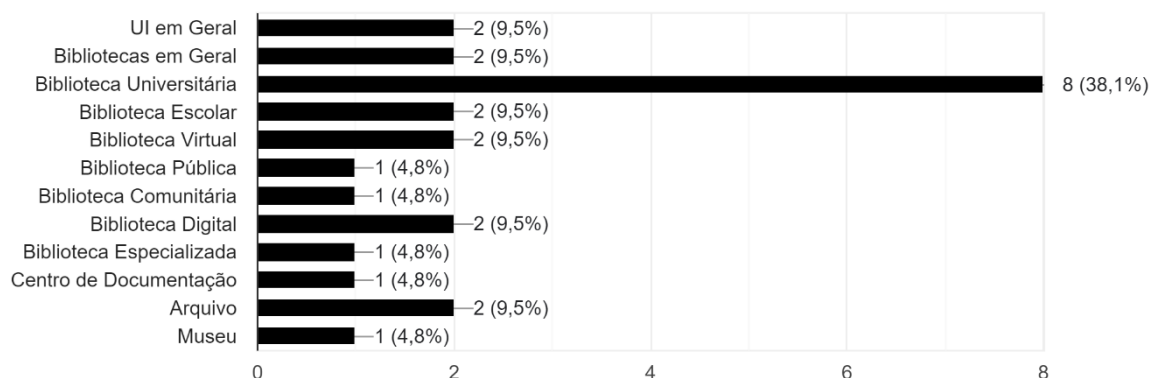
Oliveira (2017) evidencia que o estabelecimento de uma PI auxilia e ampara o profissional bibliotecário por meio de suas definições norteadoras. O que se encontra exemplificado em grande parte dos artigos, conforme é possível verificar pelo Gráfico 6, que demonstra esta especificação por parte dos autores por meio de uma seção voltada à PI.

Acerca das unidades de informação, é possível verificar as tipologias encontradas nos artigos levantados por meio do Gráfico 7 apresentado a seguir:

**Gráfico 7 – Tipo de UI**

Tipo de UI

21 respostas



Fonte: Elaboração da autora (2022).

É possível notar que 38,1%, ou seja, 8 dos artigos levantados aborda as bibliotecas universitárias. Somatizando 9,5% (2 exemplares) cada, outros 6 tipos de UI são abordados, sendo eles: UI em geral (quando não há especificação, mas se aborda a temática de forma generalizada), bibliotecas em geral (quando não se direciona a abordagem a apenas um tipo de biblioteca, mas se fala delas como um todo), bibliotecas escolares, bibliotecas virtuais, bibliotecas digitais e arquivos. Outros 5 tipos também são mencionados 1 única vez, totalizando 4,8% cada; são esses: bibliotecas públicas, bibliotecas comunitárias, bibliotecas especializadas, centros de documentação e museus. Cabe ressaltar que alguns artigos abordam mais de um tipo de UI, o que resulta em 25 menções a tipologias de unidades informacionais presentes no corpus dos 21 artigos.

As bibliotecas, principais tipologias de UI abordadas nos artigos recuperados são instituições que proporcionam, segundo Macedo e Ortega (2019) a organização de coleções de diversos tipos de materiais bibliográficos. Assim, para que seja possível tal organização e o atendimento às necessidades informacionais dos usuários (PANDO; ALMEIDA, 2019), a abordagem acerca da PI nestes artigos é de extrema relevância.

Verifica-se, de acordo com os resultados obtidos, que a maior parte das abordagens realizadas nos artigos foram em relação às bibliotecas universitárias. Esta tipologia pode ser

mais abordada nos artigos científicos devido ao fator mencionado por Crivellari e Sima (2015) que evidencia a necessidade da existência de bibliotecas para o funcionamento de instituições de ensino superior, o que faz com que esse tipo de UI seja mais recorrente. Além da obrigatoriedade de sua existência, o fato de muitas instituições adotarem sistemas de bibliotecas fomenta o surgimento da necessidade de instrumentos formais que visem orientar os processos, bem como o evidenciado por Oliveira (2017) ao mencionar a necessidade da formalização da PI em um manual de indexação.

Importante mencionar a abordagem realizada acerca das bibliotecas escolares, que conforme postulado por Santos, Lima e Resende (2021), mesmo tendo grande importância no papel pedagógico que desenvolve e tendo legislações que garantem sua existência, muitas vezes não existem nas escolas. Os artigos que se propõem a discutir a PI nestas bibliotecas são de grande valia para o auxílio no processo de indexação das existentes e das que existirão.

As UI em geral podem ser constituídas de arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação conforme mencionado por Tessitore (2003), e todas perpassam pelo pressuposto do atendimento às necessidades da comunidade a que se propõem (CAFÉ; SALES, 2010). As UI devem realizar, conforme Tessitore (2003), a guarda e a difusão documental, o que prescinde de procedimentos técnicos que possibilitem a organização e descrição dos acervos. Para que atendam às demandas supracitadas, as UI devem ter bem estabelecidas as diretrizes postuladas por uma PI.

No quadro geral, os dados quantitativos obtidos por meio do levantamento da presente pesquisa demonstram que ainda há poucas publicações relacionadas à temática “política de indexação” e abordando-a em unidades de informação na BRAPCI no período de tempo analisado. Estas publicações detêm-se em grande parte à Fujita e são, em sua maioria, voltadas às bibliotecas universitárias.

## 4.2 DADOS QUALITATIVOS

Em relação aos dados qualitativos, apresentam-se por meio da elaboração de resumos indicativos que contemplam a indicação dos principais pontos dos artigos sem apresentar maior detalhamento metodológico e de conteúdo. Estes resumos apresentam os dados descritivos em relação ao título, ano de publicação, autor(es/as) e periódico. Indicam, ainda, a ênfase temática da PI voltada à UI abordada nos artigos e as diretrizes indexadoras neles contempladas. Cada alínea seguinte se refere a um dos 21 artigos analisados, sendo as 8 primeiras referentes àqueles

artigos que tratam acerca de bibliotecas universitárias, tipo de UI com maior frequência conforme os dados analisados na subseção 4.1. Seguem as alíneas de a) a u):

- a) O artigo “Avaliação da consistência da indexação realizada em uma biblioteca universitária de artes” publicado em 1998 por Letícia Strehl no periódico Ciência da Informação enfatiza a consistência da PI de uma biblioteca universitária que conta com acervo especializado nas áreas de artes plásticas, música e teatro. Atenta-se à noção de coerência e qualidade e adentra-se, em seção específica, nos elementos componentes de uma política de indexação que se destacam como diretrizes para a mesma. São estes elementos: cobertura de assuntos; processo de indexação; estratégia de busca; tempo de resposta do sistema; forma de saída; e avaliação do sistema.
- b) O artigo “O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário” de 2006, autoria de Milena Polsinelli Rubi e Mariângela Spotti Lopes Fujita, publicado no periódico Perspectivas em Ciência da Informação, contribui para a literatura especializada sobre PI. Analisa três bibliotecas universitárias do estado de São Paulo. São diretrizes indexadoras estabelecidas em seção específica: cobertura de assuntos; seleção/aquisição dos documentos-fonte; processo de indexação (exaustividade, especificidade, linguagem, revocação e precisão); estratégia de busca; tempo de resposta do sistema; forma de saída; e avaliação do sistema.
- c) O artigo “Política de indexação na catalogação de assunto em bibliotecas universitárias: a visão sociocognitiva da atuação profissional com protocolo verbal” publicado em 2010 por Milena Polsinelli Rubi e Mariângela Spotti Lopes Fujita no periódico RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, analisa e identifica os elementos necessários a PI de bibliotecas universitárias. As diretrizes indexadoras são: revocação/precisão; especificidade; exaustividade; formação do indexador; procedimentos indexadores; manual de indexação (elaboração/utilização); linguagem escolhida; consistência/uniformidade, exatidão; avaliação do sistema de busca; campos de assunto do formato MARC; capacidade de consulta a esmo; estratégia de busca; forma de saída dos dados.
- d) O artigo “Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante” do ano de 2016 de autoria de Mariângela Spotti Lopes Fujita e Luciana Beatriz Piovezan dos Santos publicado no periódico Transinformação, investiga a PI de bibliotecas universitárias do Sul e Sudeste. Em seção específica, as diretrizes para elaboração da PI se dividem em duas partes: 1 Orientações

- gerais (requisitos do sistema de recuperação da informação; variáveis da indexação e da recuperação da informação) e 2 Orientações específicas (o processo de indexação (elemento); a linguagem de indexação (variável); avaliação da Indexação (elemento)).
- e) O artigo “A linguagem documentária na negociação de uma política de indexação para bibliotecas universitárias: procedimentos e estratégias da pesquisa-ação integral” de 2016 e autoria de Mariângela Spotti Lopes Fujita, da Revista Conhecimento em Ação, investiga a utilização das linguagens de indexação em PI de bibliotecas universitárias. Aponta-se como diretrizes para a PI: a seleção de tipos de documentos; procedimentos de análise e representação de assuntos; aspectos qualitativos da indexação (precisão, especificidade, exaustividade e revocação); instrumentos de controle de vocabulário (linguagem documentária ou linguagem natural); uso programas de indexação automática; avaliação da indexação pela consistência e pela recuperação.
- f) O artigo “Planejamento e elaboração de uma política de indexação para bibliotecas universitárias: um estudo realizado a partir da análise da indexação e da recuperação da informação em catálogo online” de 2016, de autoria de Francisco Edvander Pires Santos, Guaracy Araújo Santiago Martins, Irlana Mendes de Araújo, Juliana Soares Lima, Kalline Yasmin Soares Feitosa, Laninelvia Mesquita de Deus Peixoto e Osvaldênia Maria Lucena Maia, publicado no periódico Biblionline, apresenta a teoria e prática dos processos indexadores bibliotecas universitárias. As diretrizes são: o indexador, as técnicas de indexação (revocação/precisão, exaustividade/especificidade), os usuários do sistema, o acervo e a instituição.
- g) O artigo “Processo de indexação nas bibliotecas dos Institutos Federais do Paraná – IFPR” do ano de 2016, de autoria de Fabiane Ferreira e Brígida Maria Nogueira Cervantes publicado no periódico RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação investiga o processo de indexação realizado nas bibliotecas universitárias (que também assumem características de escolares e especializadas) do IFPR. Estabelece-se como diretrizes para PI: definição das variáveis que afetam o desempenho do serviço de indexação; estabelecimento dos princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço; racionalização dos processos; e consistência das operações envolvidas.
- h) O artigo “Avaliação extrínseca mediante a interconsistência nos catálogos das bibliotecas universitárias da Amazônia brasileira: UFPA, UFOPA, IFPA E UFRA” do ano de 2020 de autoria de Letícia Lima de Sousa, Thiago Henrique Bragato Barros, Franciele Marques Redigolo e Mariângela Spotti Lopes Fujita, publicado no periódico

Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, analisa a consistência das bibliotecas universitárias mencionadas no título por meio do catálogo *on-line* das mesmas. As diretrizes indexadoras indicadas para a elaboração da PI são: exaustividade; revocação; seletividade; precisão, especificidade; consistência.

- i) O artigo “Diretrizes para uma política de Indexação” publicado em 1985 por Marília Vidigal Carneiro na Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG levanta os elementos necessários à elaboração de uma PI em UI em geral. As diretrizes indexadoras são: cobertura de assuntos; seleção e aquisição de documentos; o processo de indexação (níveis de exaustividade e especificidade, capacidade de revocação e precisão, linguagem); estratégia de busca; forma de saída; tempo de resposta do sistema; e avaliação do sistema. As decisões devem ser registradas para maior eficiência do serviço e orientação de ações futuras para a necessária verificação de falhas.
- j) O artigo “Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados” de 2003, autoria de Milena Polsinelli Rubi e Mariângela Spotti Lopes Fujita publicado no periódico Perspectivas em Ciência da Informação visa identificar elementos de PI em sistemas de informação de diversas bibliotecas virtuais especializadas. As diretrizes para a elaboração de uma PI são: cobertura de assuntos; seleção e aquisição dos documentos-fonte; processo de indexação (exaustividade, especificidade, linguagem, revocação/precisão do sistema); estratégia de busca; tempo de resposta do sistema; e avaliação do sistema.
- k) O artigo “A Leitura Documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto” do ano de 2004, publicado por Mariângela Spotti Lopes Fujita no periódico DataGramZero analisa a leitura documentária enquanto processo da PI de centros de documentação, evidenciando o fator sociocognitivo do indexador. As diretrizes indexadoras, expressas em seção específica, são: cobertura de assuntos; seleção e aquisição dos documentos-fonte; processo de indexação (exaustividade, especificidade, linguagem, revocação/precisão do sistema); estratégia de busca; tempo de resposta do sistema; e avaliação do sistema.
- l) O artigo “Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras” do ano de 2004, de autoria de Claudio Omar Iahnke Nunes, publicado no periódico BIBLOS, trata acerca da inexistência na literatura biblioteconômica brasileira de estudos sobre PI e o impacto desta ausência na formação de profissionais bibliotecários em bibliotecas de todos os tipos. As diretrizes para elaboração de PI são: formalização do documento PI; disposição do tratamento dado aos

diferentes domínios disciplinares; linguagem de indexação; adoção de catálogo decisório; níveis de exaustividade, especificidade, revocação e precisão do sistema de informações.

- m) O artigo “Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional” de 2011, autoria de Mariana Lousada, Elaine Cristina Lopes, Mariângela Spotti Lopes Fujita e Marta Lígia Pomim Valentim publicado no periódico Informação & Sociedade: Estudos visa compreender a relação das PI com a gestão do conhecimento em UI em geral. As diretrizes estabelecidas para a elaboração de uma PI são: cobertura de assuntos; seleção e aquisição de documentos-fonte; processo de indexação (exaustividade, especificidade, linguagem, revocação/precisão); estratégia de busca; tempo de resposta do sistema; forma de saída; e avaliação do sistema.
- n) O artigo “Proposta metodológica para o estabelecimento de política de indexação para a biblioteca escolar” de 2012, autoria de Lucas Carlos de Oliveira Silva e Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos publicado no periódico CRB-8 Digital, busca uma proposta metodológica para o estabelecimento de PI em bibliotecas escolares. Consideram-se como diretrizes indexadoras: a identificação da organização à qual estará vinculado o sistema de indexação; a identificação da clientela a que se destina o sistema; os recursos humanos, materiais e financeiros.
- o) O artigo “A representação temática em documentos arquivísticos: o caso da indexação documental realizada pelos alunos de Arquivologia da UFPB” de 2012, autoria de Márcio Bezerra da Silva, Dulce Elizabeth Lima de Sousa e Pablo Matias Bandeira publicado no periódico InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação apresenta um estudo de caso da atividade de indexação de documentos em um arquivo. Determina como diretrizes indexadoras: cobertura de assuntos; seleção e aquisição de documentos-fonte; processo de indexação (exaustividade, especificidade, revocação, precisão, linguagem; estratégias de busca; tempo de resposta do sistema; forma de saída/resultados de busca; e avaliação do sistema.
- p) O artigo “A política de indexação da Biblioteca Digital Paulo Freire como ferramenta de fluência digital” do ano de 2014, autoria de Edna Gusmão de Góes Brennand, Rayane Soares de Sousa Santos, Jordana Kelly Belarmino da Silva e Tayrone de Sousa Monteiro publicado no periódico Revista Informação na Sociedade Contemporânea, analisa a PI de uma biblioteca digital. Dada a especificidade desta tipologia de biblioteca, as diretrizes indexadoras são: seleção de cabeçalhos; uso de singular e plural; sinônimos;

- cabeçalhos compostos; termos homógrafos; período; indicadores geográficos; e divisão de forma.
- q) O artigo “Política de indexação em bibliotecas cariocas: mapeamento exploratório” do ano de 2015, autoria de Geni Chaves Fernandes e Dayanne da Silva Prudencio, publicado no periódico Ponto de Acesso, mapeia a existência de PI em bibliotecas públicas, comunitárias e especializadas do Rio de Janeiro. As diretrizes ou elementos para a elaboração de PI não são especificadas, apenas menciona-se que se trata de decisão administrativa que deve alinhar-se com a missão e objetivo da instituição em que a UI se insere.
- r) O artigo “Estudo bibliométrico da produção científica sobre Políticas de Indexação no Banco de Teses e Dissertações da CAPES” de 2018, autoria de Valdenise César Garcia, Franciele Marques Redigolo e Alegria Celia Benchimol, publicado na Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação realiza levantamento da produção científica de PI em biblioteca digital. O artigo não contempla diretrizes nem elementos necessários para a elaboração de uma PI. Atém-se à definição teórica do que é uma política de indexação.
- s) O artigo “Política de indexação na prática: a dinâmica de planejamento e constituição atrelada ao ensino em Biblioteconomia” de 2020, autoria de Sara da Cruz Vieira, Lais Pereira de Oliveira e Daniel Martínez-Ávila publicado no periódico Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, correlaciona a dinâmica de planejamento e constituição de uma PI voltada a uma biblioteca escolar, à formação biblioteconômica em Indexação e Resumos. Em seção específica para PI, elencam-se as diretrizes indexadoras: especificidade; exaustividade; revocação; precisão; atribuição dos termos; linguagem; forma (manual/automática); pré/pós-coordenação; e nível de colaboração.
- t) O artigo “O contexto da política de indexação em arquivo permanente: um estudo de observação participante da prática profissional de arquivistas” do ano de 2021, de autoria de Jacqueline Nakagawa e Mariângela Spotti Lopes Fujita publicado na Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, visa identificar e caracterizar PI em arquivos permanentes. São diretrizes indexadoras estabelecidas: descrição de forma e conteúdo dos documentos; revocação; precisão; análise da história administrativa/biografia, história arquivística, título, âmbito e conteúdo, sistema de arranjo e notas.
- u) O artigo “Diálogo sobre indexação na Biblioteconomia e Museologia” do ano de 2021, com autoria de Raul Carvalho, Luciana Di Paula Andrade da Fonseca e Franciele Marques Redigolo publicado no periódico Informação em Pauta, discute o processo de

indexação em bibliotecas em geral e museus. As diretrizes indexadoras pensadas no contexto de bibliotecas e museus são: especificidade; exaustividade; revocação; precisão; leitura documentária; identificação e seleção dos conceitos; tradução; linguagem documentária.

Nota-se que alguns artigos, mesmo contemplando os critérios definidos na RSL em relação a definição conceitual de política de indexação e abordagem de unidades de informação, não contemplam a indicação de diretrizes ou elementos norteadores para a elaboração de PI. Grande parte, conforme verificado nos resumos indicativos, realiza a análise de uma ou mais unidades de informação, trazendo as rotinas indexadoras aplicadas à análise, de forma a promoverem “estudos de caso”, verificando a aplicação da teoria na prática e como se inserem os elementos de política de indexação na realidade das UI.

As diretrizes indexadoras propostas pelas autoras e autores dos artigos analisados, em geral, coincidem. A maioria se baseia nos elementos postulados por Carneiro (1985) como necessários para a elaboração de uma PI, que consistem em: cobertura de assuntos; seleção e aquisição dos documentos-fonte; processo de indexação (exaustividade, especificidade, linguagem, revocação e precisão do sistema); estratégia de busca; tempo de resposta do sistema; e avaliação do sistema. Esta similaridade pode, a depender do caso, ser prejudicial, uma vez que cada tipologia de UI possui características específicas, e mesmo dentre o mesmo tipo, segundo postulado por Café e Sales (2010), as UI podem atender a necessidades distintas por parte dos usuários e da instituição em que se inserem.

As diretrizes indexadoras evidenciadas por Carneiro (1985), apesar de notadamente utilizadas na literatura especializada da área para a definição dos processos inerentes à PI, podem ser engessadas a depender do contexto organizacional e da dinâmica de representação, na forma de indexação por assunto estabelecida, sobretudo considerando a percepção de indexação à época da publicação do clássico texto da autora supracitada. Corroborado pela própria autora, os interesses e necessidades dos usuários devem ser levados em consideração. Pereira (2017) evidencia, também, que a tipologia de UI deve influenciar os processos decisórios, pois há diversas particularidades em cada uma, incluindo o espaço em que se inserem, podendo ser físico ou virtual.

As adaptações referentes aos elementos clássicos que postulam as diretrizes indexadoras conforme supracitado, demandam que os profissionais indexadores estejam em constante aprimoramento, preparando-se para enfrentar os novos desafios que possam surgir, tal como demonstrado por Macedo e Ortega (2019). Desta forma, conforme afirmado por Rubi (2016),

a tomada de decisões em relação aos elementos constituintes da PI de uma UI, deve ir além da proposição puramente tecnicista, mas também deve ser amparada na sociocognição dos profissionais atuantes nesses espaços.

Com base nos resumos indicativos, é possível notar, ainda, três principais abordagens adotadas pelos autores em relação aos elementos postulados como constituintes das políticas indexadoras nas UI. Estas abordagens classificatórias foram estabelecidas no presente estudo, sendo esta classificação possibilitada mediante a leitura integral dos artigos científicos. A primeira abordagem, denomina-se Abordagem Tecnicista, uma vez que a pesquisa se atém aos elementos de forma a guiar a elaboração de uma PI preocupando-se em elencar os aspectos técnicos inerentes à mesma, considerando-a como instrumento da prática indexadora. A segunda abordagem pode ser compreendida como Abordagem Teórica, uma vez que somente realiza a definição do que é uma PI, mas não adentra nos elementos específicos que a constituem. A terceira abordagem é compreendida como Abordagem Gerencial, considerando a indexação enquanto processo que visa atender às necessidades da instituição em que a UI se insere. Os artigos, majoritariamente, inserem-se em mais de uma abordagem, principalmente na tecnicista, no entanto foi considerada a abordagem predominante para sua correlação com as tipologias apresentadas no Quadro 8, que demonstra as abordagens e os respectivos títulos dos artigos pertencentes a elas.

**Quadro 8 – Abordagens dos artigos**

<b>Abordagem</b>	<b>Artigo</b>
Tecnicista	O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário
	Política de indexação na catalogação de assunto em bibliotecas universitárias: a visão sociocognitiva da atuação profissional com protocolo verbal
	Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante
	Planejamento e elaboração de uma política de indexação para bibliotecas universitárias: um estudo realizado a partir da análise da indexação e da recuperação da informação em catálogo online
	Avaliação extrínseca mediante a interconsistência nos catálogos das bibliotecas universitárias da Amazônia brasileira: UFPA, UFOPA, IFPA E UFRA
	Diretrizes para uma política de Indexação
	Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados
	A Leitura Documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto
	Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras
	Proposta metodológica para o estabelecimento de política de indexação para a biblioteca escolar
	A política de indexação da Biblioteca Digital Paulo Freire como ferramenta de fluência digital
	Política de indexação na prática: a dinâmica de planejamento e constituição atrelada ao ensino em Biblioteconomia
	O contexto da política de indexação em arquivo permanente: um estudo de observação participante da prática profissional de arquivistas

	Diálogo sobre indexação na Biblioteconomia e Museologia
Teórica	Estudo bibliométrico da produção científica sobre Políticas de Indexação no Banco de Teses e Dissertações da CAPES
Gerencial	Avaliação da consistência da indexação realizada em uma biblioteca universitária de artes
	A linguagem documentária na negociação de uma política de indexação para bibliotecas universitárias: procedimentos e estratégias da pesquisa-ação integral
	Processo de indexação nas bibliotecas dos Institutos Federais do Paraná – IFPR
	Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional
	Política de indexação em bibliotecas cariocas: mapeamento exploratório
	A representação temática em documentos arquivísticos: o caso da indexação documental realizada pelos alunos de Arquivologia da UFPB

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Diante da categorização estabelecida para o corpus investigado se observa que a maior parte dos artigos se utilizam de abordagem prioritariamente tecnicista. O que reflete a uniformização e padronização necessária para o direcionamento do processo indexador postuladas por Oliveira (2017). Esta tipologia de abordagem possibilita contributo para a formalização das PI em manuais de indexação por parte dos profissionais atuantes em UI conforme mencionado por Fujita e Santos (2016).

A Abordagem Teórica, apesar de não reunir os elementos constituintes da PI, auxilia no processo sociocognitivo do profissional indexador, que conforme Fujita (2016), possui relevante papel na execução da indexação. Por meio desta abordagem, o conhecimento acerca dos aspectos teóricos da formalização e estruturação de uma PI podem ser agregados ao conhecimento dos profissionais responsáveis pelo processo de indexação.

Os artigos que se inserem na Abordagem Gerencial e tratam acerca de bibliotecas universitárias contribuem para a compreensão demonstrada por Crivellari e Sima (2015) ao evidenciarem que a biblioteca universitária se insere enquanto tipologia de UI integrada aos interesses e necessidades das instituições de ensino a que se vinculam. Pinto (2001) evidencia, ainda, que as definições contidas na PI devem alinhar-se aos objetivos e à missão da organização em que a UI se insere, o que é propiciado, como grande contributo, por parte desta abordagem. Além disso, a abordagem gerencial remete à definição de PI explicitada por Rubi (2012) ao mencionar seu aspecto de diretriz administrativa em uma UI.

## 5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou analisar a produção científica brasileira sobre política de indexação na forma de artigos de periódicos brasileiros presentes na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) no período de 1972 a agosto de 2022, visando delinear a abordagem em relação às rotinas indexadoras em diferentes tipos de unidades de informação. Possibilitou o levantamento de 21 artigos na BRAPCI pertinentes à temática de rotinas de indexação relacionadas a diferentes tipos de unidades de informação, dentro do período de 50 anos, atingindo assim o objetivo geral proposto.

O primeiro objetivo específico, que consistiu em levantar a produção científica brasileira sobre PI na BRAPCI de 1972 a agosto de 2022, mediante a seleção de artigos científicos pertinentes à temática, bem como o segundo objetivo específico, que foi categorizar os artigos levantados conforme a ênfase temática da política de indexação voltada aos diferentes tipos de UI, foram possibilitados por meio da seleção realizada na literatura científica, mediante os critérios estabelecidos na RSL (tipologia, origem, idioma, periodicidade e aderência temática) e demonstrados nos gráficos da subseção 4.1. A seleção dos artigos que compuseram o *corpus* deste estudo perpassou por detalhada verificação, sendo excluídos 52 do total de 73 recuperados. Além disso, a análise de conteúdo (realizada mediante a leitura aprofundada dos artigos levantados) foi realizada na elaboração dos resumos indicativos.

O alcance do terceiro objetivo específico, que buscou explicitar os principais pontos abordados nos artigos selecionados e prospectar as diretrizes indexadoras presentes nos mesmos, foi propiciado mediante a elaboração de resumos indicativos, elaborados na subseção 4.2, contendo dados descritivos de identificação de cada artigo (título, ano de publicação, autor(es/as) e periódico) e indicando a ênfase temática da política de indexação relacionada à unidade de informação abordada e o destaque de como a indexação deve ser desenvolvida, considerando a política para ela instituída.

Os artigos científicos analisados no período delimitado demonstram que Mariângela Spotti Lopes Fujita se destaca em relação ao quantitativo de publicações, sendo este quantitativo também composto por autoras como Franciele Marques Redigolo e Milena Polsinelli Rubi; além disso, as publicações contam com uma ampla diversidade autoral, mesmo que em menor recorrência relacionando-se às autoras supracitadas. Marília Vidigal Carneiro se destaca com sua notável contribuição, que em grande parte dos artigos é utilizada como fundamentação para o estabelecimento de diretrizes indexadoras. Nota-se, ainda, períodos de grandes hiatos na

produção, o que demonstra a necessidade de maior constância no quantitativo de pesquisas voltadas à temática.

Constatou-se, conforme a problematização questionada no presente estudo, que a maior parte da produção científica em periódicos brasileiros relacionada à temática de PI na BRAPCI é voltada ao estudo de bibliotecas universitárias, tipologia que requer estabelecimento de manuais formais para a padronização de suas normas, visto que em grande parte dos casos se inserem em sistemas de bibliotecas que necessitam de direcionamentos formalizados para seu correto funcionamento.

A maioria desses artigos aponta as mesmas diretrizes necessárias para o estabelecimento de uma PI em UI, estabelecendo como padrão os elementos postulados por Carneiro (1985). Esta padronização torna evidente que não há grande quantitativo de movimentos na literatura especializada que visam a atualização destes elementos, considerando as demandas emergentes dos usuários e das instituições em que as UI se vinculam.

Ainda em relação à problematização, nota-se que as abordagens na literatura científica brasileira especializada se dividem em: Tecnicista, Teórica e Gerencial. Destas, a abordagem tecnicista é a predominante, o que demonstra a priorização por parte dos(as) autores(as) nos artigos científicos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, do estabelecimento de diretrizes que embasem o processo de indexação nas unidades de informação. Esta priorização tecnicista subsidia a elaboração de políticas de indexação e auxilia o desenvolvimento da prática indexadora nas diferentes tipologias de UI. As abordagens Teóricas e Gerenciais também possibilitam grande contributo ao processo indexador nas UI, uma vez que auxiliam no desenvolvimento sociocognitivo do profissional indexador e atendem aos desígnios das instituições a que se vinculam.

Algumas limitações foram encontradas no levantamento dos artigos científicos. Alguns, estruturam-se de forma a proporcionar uma seção específica para abordagem da política de indexação, elencando os elementos considerados como essenciais de maneira evidente. Outros, no entanto, abordam as diretrizes indexadoras no decorrer do texto, exigindo maior aprofundamento na leitura para a compreensão dos mesmos. A construção textual realizada por cada autor (a) se difere, mesmo que sejam todos pertencentes à mesma categoria de artigos científicos.

Como limitações, é importante evidenciar a filtragem da RSL para a seleção do *corpus* selecionado. Foram excluídos, em relação à tipologia, quaisquer documentos que não fossem artigos científicos (dissertações, teses, livros, trabalhos apresentados em eventos e etc.); quanto à origem, excluíram-se artigos científicos não indexados na BRAPCI e periódicos estrangeiros;

em relação ao idioma, foram excluídos outros idiomas que não o português; a periodicidade excluiu artigos publicados anteriormente a 1972 e posteriormente a agosto de 2022, e a aderência temática excluiu artigos que não definem política de indexação e não abordam unidades de informação. Além dos critérios da RSL, foram excluídos artigos que não possibilitaram sua visualização na BRAPCI, estando com os links quebrados e artigos em duplicidade, sendo mantido apenas um no *corpus* final.

Alguns artigos, mesmo contendo o termo “política de indexação” (inclusive no título e palavras-chave), somente foram recuperados por meio da busca terminológica “manual de indexação”, o que permite a inferência de que a BRAPCI não realiza a recuperação de maneira assertiva em todos os casos, evidenciando que alguns artigos científicos pertinentes a este estudo podem ter permanecido fora da amostra recuperada. Isto pode se dar pelo fato de que a indexação por parte dos autores ou periódicos possa ter sido feita de forma equivocada, ou que o sistema utilizado para a recuperação na base não é suficientemente adequado e confiável.

Apesar disso, a pesquisa contemplou o proposto investigativo, ainda que dentro de restrições orientadas pelos métodos e técnicas selecionados ou pela configuração do próprio corpus objetivo de análise.

Estudos futuros podem ampliar a pesquisa na BRAPCI sobre o tema política de indexação, mas, desta vez, incluindo artigos publicados em periódicos estrangeiros e delimitando o período de análise até a data de sua realização. Além disso, pode-se derivar a tipologia de documentos analisados, dedicando-se exclusivamente a um tipo ou a todos os tipos indexados na referida base de dados. Este levantamento pode, ainda, ser realizado em outras bases, traçando um comparativo das abordagens temáticas em relação às tipologias de UI, confirmando se as bibliotecas universitárias continuam sendo a principal tipologia abordada, mesmo em publicações obtidas em outras bases de dados.

Outras pesquisas podem ser realizadas, ainda, em relação às tipologias de UI, estudando-se com maior profundidade a relação das bibliotecas universitárias e as PI e o porquê de estas serem as mais abordadas na produção científica brasileira especializada. Outro apontamento direciona à verificação da prática indexadora junto aos profissionais responsáveis pela elaboração e aplicação das diretrizes postuladas nelas, o que poderia ser realizado mediante estudos de caso.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: Métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: Informação e documentação: resumo, resenha e recensão - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.
- ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. L. V. A. C.; ZAFALON, Z. R. O controle de autoridade no domínio bibliográfico: os catálogos digitais. **Biblios (Peru)**, n. 68, p. 21-33, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/64045>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- BAPTISTA, D. M.; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. de; CARLAN, E. O escopo da análise da informação. In: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (org.). **Passeios no Bosque da Informação**: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento. Brasília, DF: IBICT, 2010. 335 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/189812>. Acesso em 30 maio 2022. p. 61-80.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRAPCI. **Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci)**. [S.l]: [2014?]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/about>. Acesso em: 1 ago. 2022.
- BRÄSCHER, M.; GUIMARÃES, J. A. C. Tratamento temático da informação (TTI): influência dos paradigmas físico, cognitivo e social em artigos de revisão de literatura no período de 1966-1995. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/107395>. Acesso em: 17 jun. 2022.
- BUFREM, L. S. *et al.* Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 2010. Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/pci/v15n2/a03v15n2.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.
- CAFÉ, L.; BRÄSCHER, M. Organização da informação e bibliometria. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n. esp. 1. sem., p. 54-75, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/91793>. Acesso em: 27 jun. 2022.
- CAFÉ, L.; SALES, R. Organização da informação: Conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M (org.). **Passeios no Bosque da Informação**: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento. Brasília DF: IBICT, 2010. 335 p. Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022. p. 115-129.
- CAPCS. **Você sabe o que são Operadores Booleanos?**. [S.l]: 2020. Disponível em: <http://www.capcs.uerj.br/voce-sabe-o-que-sao-operadores-booleanos/#:~:text=Os%20Operadores%20Booleanos%20atuam%20como,sejam%20escritos%20em%20letras%20mai%C3%BAsculas>. Acesso em 9 ago. 2022.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 221-241, 1985. Disponível em: <http://www.referenciasarquivisticas.fci.unb.br:8080/jspui/handle/123456789/791>. Acesso em: 29 jun. 2022.

CERRAO, N. G.; JESUS, A. F.; CASTRO, F. F. O método de revisão sistemática da literatura (RS) na área da ciência da informação no brasil: análise de dados de pesquisa. **Informação & Tecnologia**, v. 5, n. 1, p. 105-116, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/110396>. Acesso em: 1 ago. 2022.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito, etapas e instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, 1988. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/388/362>. Acesso em: 24 jun. 2022.

CONFORTO, E. C.; AMARAL, D. C. SILVA, S. L. da. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO - CBGDP*, 8. 2011, Porto Alegre. [Anais] Porto Alegre: CBGDP. P. 1 – 12.

CRIVELLARI, H. M. T.; SIMA, A. M. Biblioteca universitária, escolar e comunitária: o caso da biblioteca comunitária “Professora Ebe Alves da Silva” do IFMG. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 28–48, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8640597>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CUNHA, M. V. da; CRIVELLARI, H. M. T. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. *In: VALENTIM, M. L. P. (org.). Atuação profissional na área de informação*. São Paulo: Polis, 2004. p. 41-54.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. Tratamento temático da informação. *In: Análise de assunto: teoria e prática*. 2. ed. rev. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2013. 115 p.

EVANGELISTA, I. V. **A exaustividade e a especificidade como valores éticos no processo de indexação**: aspectos conceituais e deontológicos. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138923>. Acesso em: 6 jun. 2022.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOSKETT, A. C. **A abordagem temática da informação**. São Paulo: Polígono; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1973.

FRIZON, G. A.; BAPTISTA, D. M. Indexação e representação: uma reflexão diante de novas tipologias documentais. *In: BAPTISTA, D. M.; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. de. Organização da informação: abordagens e práticas*. Brasília, DF: Thesaurus, 2015. p. 159-187.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 60-90, 2003. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/40149>. Acesso em: 24 jun. 2022.

FUJITA, M. S. L. Construção e manutenção de tesouro em bibliotecas universitárias: uma experiência de interoperabilidade semântica. *In*: CAMPOS, M. L. de A. *et al* (org.). **Produção, tratamento, disseminação e uso de recursos informacionais heterogêneos: diálogos interdisciplinares**. Niterói: IACS/UFF, 2018. p. 110-116.

FUJITA, M. S. L. Política de indexação para bibliotecas: funções e finalidades. *In*: FUJITA, M. S. L (org.). **Política de indexação para bibliotecas: elaboração, avaliação e implantação**. Marília: Oficina Universitária, 2016. p. 15-19

FUJITA, M. S. L.; AUGUSTÍN-LACRUZ, C.; TERRA, A. L. Knowledge Organization in editorial policies for titles, abstracts and keywords in JCR-indexed journals: an exploratory study in the areas of Information and Communication Sciences. *In*: RIBEIRO, F., CERVEIRA, M. E. Challenges and Opportunities for Knowledge Organization in the Digital Age: INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE, 15., Porto, Portugal. **Proceedings** [...] Baden-Baden: Ergon, 2018. p. 321-330. (Advances in Knowledge Organization, v. 16). Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Carmen-Agustin-Lacruz/publication/329276252\\_Knowledge\\_organization\\_in\\_editorial\\_policies\\_for\\_titles\\_abstracts\\_and\\_keywords\\_in\\_the\\_journals\\_indexed\\_in\\_the\\_JCR\\_an\\_exploratory\\_study\\_in\\_the\\_areas\\_of\\_Information\\_and\\_Communication\\_Science/links/5c25156692851c22a3496b11/Knowledge-organization-in-editorial-policies-for-titles-abstracts-and-keywords-in-the-journals-indexed-in-the-JCR-an-exploratory-study-in-the-areas-of-Information-and-Communication-Science.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Carmen-Agustin-Lacruz/publication/329276252_Knowledge_organization_in_editorial_policies_for_titles_abstracts_and_keywords_in_the_journals_indexed_in_the_JCR_an_exploratory_study_in_the_areas_of_Information_and_Communication_Science/links/5c25156692851c22a3496b11/Knowledge-organization-in-editorial-policies-for-titles-abstracts-and-keywords-in-the-journals-indexed-in-the-JCR-an-exploratory-study-in-the-areas-of-Information-and-Communication-Science.pdf). Acesso em: 10 ago. 2022.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C. As diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre indexação e catalogação de assuntos. *In*: FUJITA, M. S. L. *et al* (org.). **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias: um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009a. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/109109>. Acesso em: 1 mar. 2022. p. 19-42.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C. O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. **DataGramZero**, v. 10, n. 2, 2009b. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6489>. Acesso em: 17 out. 2022.

FUJITA, M. S. L.; SANTOS, L. B. P. D. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **Transinformação**, v. 28, n. 1, p. 59-76, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/K6wKdXKG3pbPVkcLChr7FtL/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, R. F. **A relevância da política de indexação para a representação e recuperação da informação:** uma revisão sistemática. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/34289>. Acesso em: 7 jun. 2022.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 1 No 1, n. 1, p. 77-99, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/70663>. Acesso em: 18 jul. 2022.

GUIMARÃES, J. A. C. As políticas de indexação como elemento para a gestão do conhecimento nas organizações. *In*: VIDOTTI, S. A. B. G. (coord.). **Tecnologia e conteúdos informacionais:** abordagens teóricas e práticas. São Paulo: Polis, 2004. Disponível em: <https://abecin.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Tecnologia-e-conteudos.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2022.

HOMONÍMIAS. *In*: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. [S.l.]: Priberam Informática, 2022. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/homon%C3%ADmias>. Acesso em: 10 jun. 2022.

KARDEC, A. **O livro dos espíritos:** filosofia espiritualista. 93. ed. Brasília: FEB, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos:** teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, J. S.; PINTO, V. B.; FARIAS, M. G. G. O bibliotecário na gestão de dados de pesquisa: uma revisão sistemática. **Em Questão**, v. 26, n. 3, p. 43-69, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/146078>. Acesso em: 15 out. 2022.

MACEDO, S. M. S.; ORTEGA, C. D. Unidades de informação: termos e características para uma diversidade de ambientes de informação. **Em Questão**, v. 25, n. 2, p. 326-347, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/113857>. Acesso em: 5 ago. 2022.

MAIMONE, G. D. Informação e conhecimento: insumos para o trabalho organizativo em ciência da informação. **Informação & Informação**, v. 25, n. 3, p. 423-436, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/149486>. Acesso em: 22 jun. 2022.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C.; TÁLAMO, M. de F. G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 21, n. 1, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91937>. Acesso em: 29 mar. 2022.

MARCONDES, C. H. Fundamentos da organização do conhecimento. **Ponto de Acesso**, v. 15, n. 3, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/169205>. Acesso em: 1 mar. 2022.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MENDES, M. T. P.; SIMÕES, M. da G. **Indexação por assuntos: princípios gerais e normas**. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, 2002.

NOVELLINO, M. S. F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, v. 1, n. 2, p. 37-45, 1996. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34088>. Acesso em: 15 out. 2022.

NUNES, C. O. I. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 55-61, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/22625>. Acesso em: 14 jul. 2022.

OLIVEIRA, L. P. de. Movimento acesso livre e aberto: origens, desenvolvimento, prerrogativas e produtos resultantes. In: GOMES, S. H. *et al* (org.). **Letramento Informacional: entendendo a ciência e a comunicação científica**. Goiânia: Gráfica UFG, 2020. p. 121-140.

OLIVEIRA, L. P. de. O ensino de política de indexação na graduação em Biblioteconomia: enlace teórico e prático. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Cristovão, v. 9, n. número especial, p. 1–15, 2022. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/325>. Acesso em: 12 jul. 2022.

OLIVEIRA, L. P. de. Política de indexação: concepções acerca do conceito e percepções em torno de sua elaboração. **Ciência da Informação em Revista**, v. 4, n. 2, p. 39- 58, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36466>. Acesso em: 1 mar. 2022.

OLIVEIRA, L. P. de.; CUNHA, T. M.; VIEIRA, A. P. F. A política de indexação nas produções científicas brasileiras em ciência da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 2, p. 4-25, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/500>. Acesso em: 14 jul. 2022.

OLIVEIRA, L. P. de.; FUJITA, M. S. L; DAL'EVEDOVE, P. R.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Política de indexação em periódicos da Ciência da Informação: um estudo das diretrizes para atribuição de palavras-chave aos artigos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 4, p. 140-169, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/26936>. Acesso em: 14 jul. 2022.

OLIVEIRA, L. P. de.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Tratamento temático da informação. **Informação em Pauta**, v. 4, n. 2, p. 83-100, 27 dez. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/42654>. Acesso em: 1 mar. 2022.

ORTEGA, C. D. Fundamentos da organização da informação frente à produção de documentos. **Transinformação**, v. 20, n. 1, p. 07-15, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/115965>. Acesso em: 23 jun. 2022.

PANDO, D. A.; ALMEIDA, C. C. Cientificidade da organização da informação: uma análise epistemológica a partir da comunidade brasileira. **Informação & Informação**, v. 24, n. 1, p. 102-130, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/110578>. Acesso em: 23 jun. 2022.

PANDO, D. A.; ALMEIDA, C. C. de. Organização da informação e do conhecimento no contexto da Ciência da Informação: da análise terminológica à reflexão epistemológica. *In*: CONGRESSO ISKO ESPAÑA, 7.; CONGRESSO ISKO ESPAÑA-PORTUGAL, 2., 2015, Murcia. [Anais] Murcia: Universidad de Murcia. P. 556 – 567.

PEREIRA, A. M. Avaliação dos serviços de informação. *In*: SPUDEIT, D.; KROEFF, M. S. (org.). **Gestão de unidades de informação**. São Paulo: FEBAB, 2017. p. 69-85.

PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Sobre a revista. Belo Horizonte: [202-?]. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/about>. Acesso em: 19 nov. 2022.

PIEIDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Gabinete de Interciência, 1983.

PINTO, V. B. Indexação documentária: uma forma de representação do conhecimento registrado. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, p. 223-234, 2001. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/423>. Acesso em: 24 jun. 2022.

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Qualis Periódicos**. Brasília: [2023]. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

RDBCI: REVISTA DIGITAL DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Sobre a revista. Campinas: [2019?]. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/about>. Acesso em: 19 nov. 2022.

RIO-BRANCO, L. B. P.; MOREIRA, W.; FUJITA, M. S. L. Mapeamento entre sistemas de organização do conhecimento. **Informação em Pauta**, v. 6, n. 00, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/165114>. Acesso em: 1 mar. 2022.

RIVA, P.; LE BOEUF, P.; ŽUMER, M. IFLA **Library Reference Model: definition of a conceptual reference model to provide a framework for the analysis of non-administrative metadata relating to library resources**. Netherlands: IFLA, 2017. 101 p. Disponível em: [https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/cataloguing/frbr-lrm/ifla-lrm-august-2017\\_rev201712-por.pdf](https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/cataloguing/frbr-lrm/ifla-lrm-august-2017_rev201712-por.pdf). Acesso em: 9 jan. 2023.

ROBREDO, J. **Documentação de hoje e de amanhã**: uma abordagem revisitada e contemporânea da ciência da informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas. 4. ed. rev. e ampl. Brasília: [Edição de autor], 2005. 409 p.

RUBI, M. P. Os princípios da política de indexação na análise de assunto para catalogação: especificidade, exaustividade, revocação e precisão na perspectiva dos catalogadores e usuários. *In*: FUJITA, M. S. L. *et al* (org.). **A indexação de livros**: a percepção de

catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias: um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/109109>. Acesso em: 1 mar. 2022. p. 81-94.

RUBI, M. P. Política de Indexação. In: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (ed.). **Política de Indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao\\_ebook.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/politica-de-indexacao_ebook.pdf). Acesso em: 1 jun. 2022. p. 107-120.

RUBI, M. P.; FUJITA, M. S. L. Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 8, n. 1, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/38387>. Acesso em: 1 mar. 2022.

SALES, R. de. **A presença de Kaiser no Quadro Teórico do Tratamento Temático da Informação (TTI)**. 2012. 190 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2012. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP\\_8b4fbd44252b711970004325c767d24e](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_8b4fbd44252b711970004325c767d24e). Acesso em 9 ago. 2022.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista brasileira de fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/?lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2019.

SANTOS, A. P. D.; LIMA, M. M.; RESENDE, V. F. A. A legislação da biblioteca escolar nos estados pós lei 12.244: o que mudou?. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, p. 1-25, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/165882>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SANTOS, R. F. dos. **Modelos colaborativos de indexação social e a sua aplicabilidade na base de dados referencial de artigos de periódicos em ciência da informação (Brapci)**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE\\_03ebff734a9483ff88dd81a59ae927b0](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_03ebff734a9483ff88dd81a59ae927b0). Acesso em: 9 ago. 2022.

SANTOS, F. E. P.; MARTINS, G. A. S.; ARAÚJO, I. M. de; LIMA, J. S.; FEITOSA, K. Y. S.; PEIXOTO, L. M. de D.; MAIA, O. M. L. Planejamento e elaboração de uma política de indexação para bibliotecas universitárias: um estudo realizado a partir da análise da indexação e da recuperação da informação em catálogo online. **Biblionline**, v. 12, n. 3, p. 226-237, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/16653>. Acesso em: 14 jul. 2022.

SILVA, A. F. G. Marketing em unidades de informação: revisão crítica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23-24, n. 1, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/76639>. Acesso em: 4 ago. 2022.

SILVA, I. C. O. da.; FERNANDES, T. B. Gestão de pessoas em unidades de informação. *In*: SPUDEIT, D.; KROEFF, M. S. (org.). **Gestão de unidades de informação**. São Paulo: FEBAB, 2017. p. 39-53.

SILVA, M. D. R.; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, v. 16, n. 2, p. 133-161, 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/115657>. Acesso em: 27 jun. 2022.

SINONÍMIA. *In*: DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. [S.l]: Priberam Informática, 2022. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/sinon%C3%ADmia>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SMIT, J. W. Novas abordagens na organização, no acesso e na transferência da informação. *In*: SILVA, H. de C.; BARROS, M. H. T. C. de (org.). **Ciência da Informação: múltiplos diálogos**. Marília: Oficina Universitária UNESP, 2009. P. 57-67.

SOUSA, B. P. Representação temática da informação documentária e sua contextualização em biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 9, n. 2, p. 132-146, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2659>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SOUZA, R. F de. Organização do conhecimento. *In*: TOUTAIN, L. M. B. B. (org.). **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2007. P. 103-124.

TESSITORE, V. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. 52 p.

TOMANIK, E. A. **O olhar no espelho: “conversas” sobre a pesquisa em Ciências Sociais**. 2. ed. rev. Maringá: Eduem, 2004.

VIEIRA, J. M. L.; PINHO, F. A. A contribuição da organização e da visualização da informação para os sistemas de recuperação de informação. **Informação & Informação**, v. 20, n. 1, p. 110-136, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34780>. Acesso em: 23 jun. 2022.

### APÊNDICE A – Dados coletados

Termos de busca	Artigos recuperados	Autoria	Ano	Selecionado
<b>Política de indexação</b>	Diretrizes para uma política de Indexação	CARNEIRO, Marília Vidigal	1985	sim
	Diretrizes para uma política de Indexação	CARNEIRO, Marília Vidigal	1985	não
	O indexador face às novas tecnologias de informação	GOMES, Hagar Espanha	1989	não
	O indexador face às novas tecnologias de informação	GOMES, Hagar Espanha	1989	não
	Avaliação da consistência da indexação realizada em uma biblioteca universitária de artes	STREHL, Letícia	1998	sim
	Avaliação da consistência da indexação realizada em uma biblioteca universitária de artes	STREHL, Letícia	1998	não
	Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados	RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	2003	sim
	A Leitura Documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto	FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	2004	sim
	A Leitura Documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto	FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	2004	não
	Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras	NUNES, Claudio Omar Iahnke	2004	sim
	Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras	NUNES, Claudio Omar Iahnke	2004	não
	O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação á distância do bibliotecário	RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	2006	sim
	O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação á distância do bibliotecário	RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	2006	não
	A TERMINOLOGIA EXPRESSA NO DISCURSO DOS ESPECIALISTAS DA ÁREA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:um estudo de caso	LAAN, Regina Helena van der; ALVORCEM, Rochelle Martins	2007	não
	A TERMINOLOGIA EXPRESSA NO DISCURSO DOS ESPECIALISTAS DA ÁREA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:um estudo de caso	LAAN, Regina Helena van der; ALVORCEM, Rochelle Martins	2007	não
	Consistência na indexação em bibliotecas universitárias brasileiras	GIL-LEIVA, Isidoro; RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	2008	não
	Consistência na indexação em bibliotecas universitárias brasileiras	GIL-LEIVA, Isidoro; RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	2008	não
	Terminologias em política de indexação	CERVANTES, Brígida Maria Nogueira; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli	2008	não

Terminologias em política de indexação	CERVANTES, Brígida Maria Nogueira; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli	2008	não
Folksonomias: características das etiquetas na descrição de recursos da Web.	CATARINO, Maria Elizabete; BAPTISTA, Ana Alice	2009	não
Folksonomias: características das etiquetas na descrição de recursos da Web.	CATARINO, Maria Elizabete; BAPTISTA, Ana Alice	2009	não
Política de indexação na catalogação de assunto em bibliotecas universitárias: a visão sociocognitiva da atuação profissional com protocolo verbal	RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	2010	sim
Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional	LOUSADA, Mariana; LOPES, Elaine Cristina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; VALENTIM, Marta Lúcia Pomim	2011	não
Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional	LOUSADA, Mariana; LOPES, Elaine Cristina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; VALENTIM, Marta Lúcia Pomim	2011	não
Avaliação do uso de catálogos coletivos de bibliotecas universitárias pela perspectiva sociocognitiva do usuário	SILVA, Eduardo Graziosi; BOCCATO, Vera Regina Casari	2012	não
Avaliação do uso de catálogos coletivos de bibliotecas universitárias pela perspectiva sociocognitiva do usuário	SILVA, Eduardo Graziosi; BOCCATO, Vera Regina Casari	2012	não
Proposta metodológica para o estabelecimento de política de indexação para a biblioteca escolar	SILVA, Lucas Carlos de Oliveira; SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos	2012	não
Do conhecimento tácito ao conhecimento explícito: a elaboração de manual de política de indexação em bibliotecas universitárias	RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; BOCCATO, Vera Regina Casari	2012	não
Do conhecimento tácito ao conhecimento explícito: a elaboração de manual de política de indexação em bibliotecas universitárias	RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; BOCCATO, Vera Regina Casari	2012	não
A representação temática em documentos arquivísticos: o caso da indexação documental realizada pelos alunos de Arquivologia da UFPB	SILVA, Márcio Bezerra da; SOUSA, Dulce Elizabeth Lima de; BANDEIRA, Pablo Matias	2012	sim
A representação temática em documentos arquivísticos: o caso da indexação documental realizada pelos alunos de Arquivologia da UFPB	SILVA, Márcio Bezerra da; SOUSA, Dulce Elizabeth Lima de; BANDEIRA, Pablo Matias	2012	não
A definição de elementos de política de indexação em biblioteca universitária da área médica	REDIGOLO, Franciele Marques	2012	não
A definição de elementos de política de indexação em biblioteca universitária da área médica	REDIGOLO, Franciele Marques	2012	não
Política de indexação para clippings: otimização do tratamento temático em	KOCHANI, Ardala Ponce; BOCCATO, Vera Regina	2012	não

coordenadorias de comunicação social brasileiras	Casari; RUBI, Milena Polsinelli		
A política de indexação da Biblioteca Digital Paulo Freire como ferramenta de fluência digital	BRENNAND, Edna Gusmão de Góes; SANTOS, Rayane Soares de Sousa; SILVA, Jordana Kelly Belarmino da; MONTEIRO, Tayrone de Sousa	2014	sim
A pesquisa sobre política de indexação no Brasil: avanços e desafios	DAL'EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	2015	não
Leitura e vocabulário controlado do documento do Café	ESPÍRITO SANTO, Silvia Maria	2015	não
A folksonomia e a representação colaborativa da informação em ambientes digitais	SANTOS, Raimunda Fernanda dos; CORRÊA, Renato Fernandes	2015	
Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante	FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SANTOS, Luciana Beatriz Piovezan dos	2016	sim
Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante	FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SANTOS, Luciana Beatriz Piovezan dos	2016	não
Planejamento e elaboração de uma política de indexação para bibliotecas universitárias: um estudo realizado a partir da análise da indexação e da recuperação da informação em catálogo online	SANTOS, Francisco Edvander Pires; MARTINS, Guaracy Araújo Santiago; ARAÚJO, Irlana Mendes de; LIMA, Juliana Soares; FEITOSA, Kalline Yasmin Soares; PEIXOTO, Laninelvia Mesquita de Deus; MAIA, Osvaldênia Maria Lucena	2016	sim
ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOCOGNITIVOS DURANTE A INDEXAÇÃO DE FOTOGRAFIAS	FELIPE, Carla Beatriz Marques; PINHO, Fabio Assis	2016	não
A indexação na recuperação da informação em arquivos: uma abordagem inicial	PINTO, Mariane Costa	2016	não
Processo de indexação nas bibliotecas dos Institutos Federais do Paraná - IFPR	FERREIRA, Fabiane; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira	2016	sim
Proposta de diretrizes para elaboração de política de indexação em bibliotecas universitárias: um estudo sociocultural com protocolo verbal	DAL'EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	2017	não
Indexação em repositórios digitais: uma abordagem sobre o metadado assunto da Biblioteca Digital de Monografias da UFRN	SANTOS, Raimunda Fernanda dos	2017	não
Política de indexação em arquivos de instituições de saúde	FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño	2018	não
Proposta de um manual de indexação para bibliotecas universitárias	SILVA, Rafaela Carolina; BRITO, Jean Fernandes	2018	não
Definição de metadados e critérios de indexação para documentário em repositório audiovisual	SANTOS, Francisco Edvander Pires; FARIAS, Maria Giovanna Guedes; FEITOSA, Luiz Tadeu; CAVATI SOBRINHO, Heliomar	2018	não

Política de indexação em ambiente colaborativo: uma análise em bibliotecas digitais brasileiras de teses e dissertações	TARTAROTTI, Roberta Cristina Dal'Evedove; DAL'EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	2018	não
Estudo bibliométrico da produção científica sobre Políticas de Indexação no Banco de Teses e Dissertações da CAPES	GARCIA, Valdenise César; REDIGOLO, Franciele Marques; BENCHIMOL, Alegria Celia	2018	sim
Ambiência da Biblioteca Universitária e a Concepção de um Sistema Integrado na Universidade Federal do Espírito Santo	CARVALHO, Sandra Maria Souza de; COSTA, Rosa da Penha Ferreira da; NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima do; MIGUEL, Marcelo Calderari	2019	não
O processo de construção do corpus de referência em Ciência da Informação	SILVA, Bruno Felipe de Melo; CORRÊA, Renato Fernandes	2019	não
O tratamento indexal de fotografias para composição da memória institucional	NOGUEIRA, Valeska Paulino; MARTINS, Gracy Kelli	2019	não
Política de indexação na prática: a dinâmica de planejamento e constituição atrelada ao ensino em Biblioteconomia	VIEIRA, Sara da Cruz; OLIVEIRA, Lais Pereira de; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel	2020	sim
Instrumentos, processos e produtos do Tratamento Temático da Informação	OLIVEIRA, Lais Pereira de; GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel	2020	não
Avaliação extrínseca mediante a interconsistência nos catálogos das bibliotecas universitárias da Amazônia brasileira: UFPA, UFOPA, IFPA E UFRA	SOUSA, Letícia Lima de; BARROS, Thiago Henrique Bragato; REDIGOLO, Franciele Marques; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	2020	sim
Informação Gênero-Sexualidade: um estudo teórico, prático e epistêmico no âmbito das políticas de indexação	SANTANA, Sérgio Rodrigues; GIRARD, Carla Daniella Teixeira; COSTA, Daniel Jackson Estevam da; MELO, Maytê Luanna Dias de Dias de; GIRARD, Cristiane Marina Teixeira Teixeira; FREITAS, Amanda Cristina Perigo de	2020	não
PRÁTICAS DE INDEXAÇÃO NOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DO NORDESTE BRASILEIRO	GALVINO, Cláudio César Temóteo; PEREIRA, Giulianne Monteiro	2021	não
PRÁTICAS DE INDEXAÇÃO NOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DO NORDESTE BRASILEIRO	GALVINO, Cláudio César Temóteo; PEREIRA, Giulianne Monteiro	2021	não
O contexto da política de indexação em arquivo permanente: um estudo de observação participante da prática profissional de arquivistas	NAKAGAWA, Jacqueline; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	2021	sim
Diálogo sobre indexação na Biblioteconomia e Museologia	CARVALHO, Raul; FONSECA, Luciana Di Paula Andrade da; REDIGOLO, Franciele Marques	2021	sim
O ensino de política de indexação na graduação em Biblioteconomia: enlace teórico e prático	OLIVEIRA, Lais Pereira de	2022	não

	A utilização de linguagens de indexação por bibliotecas universitárias: Revisão bibliográfica	TOLARE, Jessica Beatriz; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	2022	não
Manual de indexação	<b>A Leitura Documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto</b>	FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	2004	não
	Do conhecimento tácito ao conhecimento explícito: a elaboração de manual de política de indexação em bibliotecas universitárias	RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; BOCCATO, Vera Regina Casari	2012	não
	Política de indexação para clippings: otimização do tratamento temático em coordenadorias de comunicação social brasileiras	KOCHANI, Ardala Ponce; BOCCATO, Vera Regina Casari; RUBI, Milena Polsinelli	2012	não
	Política de indexação em bibliotecas cariocas: mapeamento exploratório	FERNANDES, Geni Chaves; PRUDENCIO, Dayanne da Silva	2015	sim
	A linguagem documentária na negociação de uma política de indexação para bibliotecas universitárias: procedimentos e estratégias da pesquisa-ação integral	FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	2016	sim
	Política de Indexação: concepções acerca do conceito e percepções em torno de sua elaboração	OLIVEIRA, Lais Pereira de	2017	não
	A política de indexação nas produções científicas brasileiras em Ciência da Informação	OLIVEIRA, Lais Pereira de; CUNHA, Tatielle Marques; VIEIRA, Ana Paula da Fonseca	2018	não
	Proposta de um manual de indexação para bibliotecas universitárias	SILVA, Rafaela Carolina; BRITO, Jean Fernandes	2018	não
	A utilização de linguagens de indexação por bibliotecas universitárias: Revisão bibliográfica	TOLARE, Jessica Beatriz; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes	2022	não